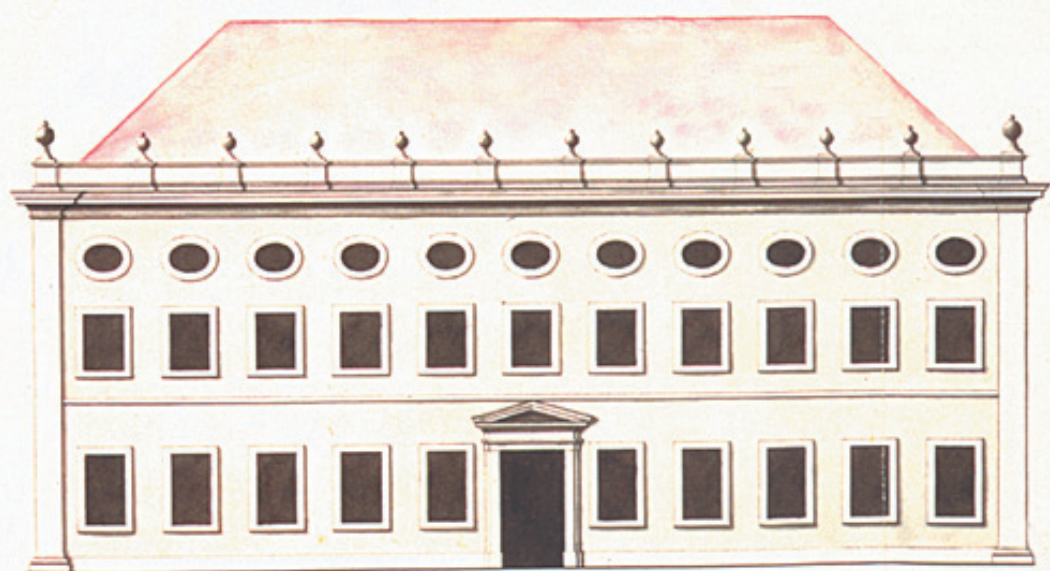


FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA • JOSÉ ANTUNES  
IRENE VAQUINHAS • ISABEL NOBRE VARGUES • LUÍS REIS TORGAL  
FERNANDO J. REGATEIRO

# Imprensa da Universidade de Coimbra Uma história dentro da História



ELEVACÃO GEOMETRICA.  
da  
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

*Guilherme Kelen, Tráf. Gráf. e Director*

*Theodoro Marf. P'ed'ad. Ajud'*



Coimbra • Imprensa da Universidade

(Página deixada propositadamente em branco)

# Imprensa da Universidade de Coimbra

## Uma história dentro da História

Fernando Taveira da Fonseca

José Antunes

Irene Vaquinhas

Isabel Nobre Vargues

Luís Reis Torgal

Fernando J. Regateiro



Coimbra • Imprensa da Universidade

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA  
António Barros

INFOGRAFIA  
Paula Isabel Jorge  
Estímulus [design] • Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA  
Imprensa de Coimbra, Lda.  
Couraça dos Apóstolos, 126  
3000-372 Coimbra

ILUSTRAÇÃO DA CAPA  
Guilherme Elsdén, alçado principal da Imprensa  
(*Riscos das Obras da Universidade de Coimbra*,  
prop. part., foto: José Pedro Aboim Borges)

ISBN  
972-8704-02-X

ISBN Digital  
978-989-26-0423-7

DOI  
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0423-7>

DEPÓSITO LEGAL  
171893/01

© NOVEMBRO 2001, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## PREFÁCIO

O reaparecimento da Imprensa da Universidade, depois de um longo período de silêncio, correspondeu antes de mais à recuperação de uma sigla prestigiada num contexto de aprofundamento da qualidade do ensino e da investigação que se verifica em Coimbra.

Muitos livros e revistas se publicam anualmente na nossa Universidade; no entanto, sentia-se a falta da produção de manuais ou de outros livros com documentos para apoio ao ensino, tal como se sentia a falta de colecções com carácter interdisciplinar ou de divulgação científica, escritos, de preferência, por professores da casa.

A história da Imprensa, tal como nos é contada neste livro, faz-nos remontar a tempos bem diferentes dos actuais, mostrando-nos bons e maus momentos da sua evolução, mas permite concluir pelo predomínio da enorme importância e brilhantismo que teve, dando a autores de nomes já consagrados e a jovens cientistas ou poetas a possibilidade de publicarem numa editora conhecida dentro e fora do nosso país.

Abrindo as portas a todos, mas estando naturalmente mais vocacionada para servir a Universidade, a Imprensa recomeçou a trabalhar em condições muito diferentes das que tinha antes da sua extinção em 1934, mas com uma exigência que logo a colocou ao nível das melhores editoras do seu género. Com doze títulos publicados em pouco mais de dois anos, a Imprensa da Universidade impôs-se, de novo, no meio nacional, deu-se a conhecer às congéneres estrangeiras e prepara-se para se institucionalizar, desenvolvendo-se e promovendo a difusão de todas as publicações da Universidade.

A adesão de um grande número de professores às propostas da Imprensa foi verdadeiramente notável. Por um lado, colaborando nas

actividades do Conselho Editorial ou preparando trabalhos para edição, por outro lado, ajudando do ponto de vista científico na montagem da exposição sobre a sua história, muitos têm sido os que merecem o agradecimento de toda a Universidade.

Um agradecimento especial, porém, é de dirigir aos colegas que escreveram esta História que agora se dá à estampa e, naturalmente, ao Director da Imprensa, Prof Doutor Fernando Regateiro, que, com o dinamismo que já lhe conhecíamos de outras tarefas, não se tem poupado a esforços para conseguir o máximo de êxitos no mínimo de tempo possível.

Fernando Rebelo  
Reitor da Universidade de Coimbra



Procuração do Reitor Fr. Diogo de Murça e do Conselho da Universidade passada a João Álvares, para ir a Lisboa receber e arrecadar toda a impressão que o monarca fizera mercê ao Estudo. Coimbra, 2 de Novembro de 1546. Manuscrito, papel, encadernação em pele gravada. Arquivo da Universidade de Coimbra. *Escrituras da Universidade*, tomo II, liv. I, fls. 15-15v. Foto: Varela Pêcurto © IUC 2001.



## A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE NO PERÍODO DE 1537 A 1772

Em 2 de Novembro de 1546, o Reitor da Universidade de Coimbra, fr. Diogo de Murça, e bem assim os deputados, conselheiros e síndico, reunidos em conselho e agindo em "corpo de universidade", passam procuração a João Álvares, "imprimidor e morador nesta cidade", por ela lhe conferindo poderes para que "vaa ha cidade de Lisboa e arecade a aja ha sua mão toda a impressão de que hora el rey noso senhor fez merce a este estudo, para a trazer a ele"; e não só para a trazer e "aver ha sua mão" mas igualmente para "a avalyar e lhe por os preços que justos forem"<sup>(1)</sup>.

Esta primeira referência documental a material tipográfico destinado a ficar ao serviço da Universidade, então sediada em Coimbra há menos de uma década, terá de ser compreendida num contexto mais amplo: na verdade, ela não pode ser dissociada do notável impulso que então experimentava a nobre arte da "imprimissão" – ao mesmo tempo veículo e elemento dinamizador da difusão do Humanismo –, do interesse que por ela manifestaram outras universidades europeias, nem do processo de transferência e reforma da Universidade levada a cabo por D. João III, com antecedentes que ajudaram à definição das suas dimensões e do seu sentido.

---

(1). Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.), *Escrituras*, livro 7-1º, fls. 15 e 15v. Esta procuração (sem indicação da fonte de informação de onde fora colhida) é referida por Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos para a história contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868, p. 282 e reproduzida por Joaquim de Carvalho nos "Aditamentos e Notas" às *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra* de Francisco Leitão Ferreira, vol. III, tomo I, p. 724. Ver também José Antunes — "Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra". *Revista de História das Ideias*, IV, tomo II, 1982, pp. 143-197.

A consideração destes aspectos, em algumas das suas linhas essenciais, parece indispensável à compreensão do processo de criação e do modo de funcionamento da imprensa da Universidade de Coimbra.

1. Alguns estudos e sínteses de notável erudição e rigor dão-nos conta da introdução da imprensa em Portugal, dos seus progressos, da relação entre a impressão dos livros e a recepção e difusão do Humanismo entre nós<sup>(2)</sup>. De um modo geral, o contexto de afirmação política de Portugal "no eixo da política ocidental, na segunda metade do século XV", traduziu-se num "alargamento dos meios de acesso à cultura, tanto por iniciativa das instituições como, sobretudo, em decorrência do intercâmbio (de pessoas e de ideias) com os outros países europeus"<sup>(3)</sup>. Segundo José Vitorino de Pina Martins, "os caracteres móveis existiam em Portugal provavelmente desde a década de 1470-1480"; mas as primeiras obras impressas nas quais "se insinuam sinais já muito sensíveis de um incipiente Humanismo" situam-se entre a ponta final do século XV (1495 é a data da impressão da *Vita Christi* por Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes de Morávia) e nas duas décadas iniciais do século XVI. Em 1523, a obra de fr. António de Beja, *Contra os Juyzos dos Astrologos*, revela uma evidente influência do *Adversus astrologiam divinatricem* de Giovanni Pico della Mirandola; "mas é sobretudo em 1529, no *Commentum in Plinij naturalis historiae prologum*, da autoria de Martinho de Figueiredo, impresso por Germão Galharde, que se insinuam em Portugal influências de uma filologia humanística com o magistério de Angelo Poliziano,

---

<sup>(2)</sup>. José Vitorino de Pina Martins — *Humanisme et renaissance de l'Italie au Portugal. Les deux regards de Janus*. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989; "O Humanismo (1487-1537)", in *História da Universidade em Portugal*, Coimbra — Lisboa: Universidade de Coimbra — Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I, tomo I, 1997, pp. 179-236; "Humanismo e Universidade. Livros quinhentistas editados em Coimbra no âmbito dos estudos escolares e sua contribuição para o progresso do Humanismo", in *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas — Actas do Congresso História da Universidade*, Coimbra, 1991, vol. IV, pp. 47-66. Artur Anselmo — *As origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: INCM, 1981. Não poderemos ainda deixar de mencionar as obras já clássicas de Sousa Viterbo — *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924; Venâncio Deslandes — *Documentos para a história da tipografia em Portugal no séc. XVI e XVII*. Lisboa, 1888; António Joaquim Anselmo — *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

<sup>(3)</sup>. Artur Anselmo — *Origens da imprensa em Portugal*, p. 404.

do qual Martinho de Figueiredo, professor da Universidade de Lisboa, tinha sido discípulo”(4).

Esta expressão visível, vertida em letra de forma, tinha sido acompanhada por uma curiosidade e interesse bem patentes na biblioteca real de D. Manuel, na qual “a cultura clássica está bem representada” e nas livrarias de D. Leonor – “a fomentadora esclarecida da arte da *imprimissão*” – e de D. Catarina, mulher de D. João III, à qual chegam as obras de Erasmo impressas em Espanha, a partir de 1525(5). O mesmo D. Manuel, em 1508, tendo em vista a petição de “Iacobo Chromberger Alemão Imprimidor de livros, e como por nosso mandado nos veyo servir a estes Reynos, e quaõ necessaria he a nobre Arte da Impressão nelles para o bom governo, porque com mais facilidade, e menos despesa os Ministros da lustiça possaõ usar de nossas Leys e Ordenações, e os sacerdotes possaõ administrar os Sacramentos da Madre Santa Igreja”, concede-lhe a ele e “a todos os Imprimidores de livros [...] que hora saõ, e pello tempo forem em estes nossos Reynos” que “hajão aquellas mesmas graças, Privilegios, Liberdades, e honras que haõ, e devem haver os cavalleiros de nossa Caza por nos confirmados”, desde que possuam de cabedal duas mil dobras de ouro e sejam cristãos-velhos, sem suspseita de heresia(6).

A tardia introdução da imprensa em Coimbra, em 1530, numa altura em que já se espalhara não só em numerosas cidades europeias mas noutras localidades do país(7) parece fazer parte do processo que conduziu à transferência da Universidade e à fundação do Colégio das Artes. Segundo a proposta de Mário Brandão, que perfilhamos, esse processo terá sido iniciado

---

(4). J.V. Pina Martins — “O Humanismo (1487-1537)” in *História da Universidade em Portugal*, p. 235.

(5). *Ibidem*.

(6). M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*. Coimbra, 1966, p. 41. Em 1617, Pedro Craesbeck solicita treslado deste privilégio (*ibidem*).

(7). As diversas hipóteses colocadas por Artur Anselmo relativamente à primeira oficina tipográfica que terá sido fundada em Portugal referem-se a Leiria, Faro, Lisboa, Chaves e Guarda (*As origens da imprensa em Portugal*, pp. 221-251). Joaquim Martins de Carvalho menciona Lisboa, Braga, Setúbal e Leiria, como localidades que terão possuído imprensa antes de Coimbra (*Apointamentos para a história contemporânea*, p. 277). Mas este autor não possuía ainda a notícia do primeiro livro em língua portuguesa, o *Tratado de Confissom*, impresso em Chaves em 1489 (J.V. Pina Martins — *Humanisme et Renaissance*, vol. II, pp. 767 e ss.)

pela reforma do convento de Santa Cruz, cometida ao religioso jerónimo fr. Brás de Braga e que se traduziu em saneamento económico, retorno à fidelidade da observância monástica, e renovação cultural. Não será ousadia demasiada afirmar que o mosteiro de Santa Cruz proporcionou o fundamento institucional, cultural e financeiro (em grande parte) para a implantação da Universidade em Coimbra<sup>(8)</sup>. O ambiente espiritual e cultural que se respirava no convento é-nos retratado na *Descripçam e debuxo do moesteiro de Sancta Cruz de Coimbra*, impressa em 1541: uma comunidade reformada, dirigida por priores eleitos por um triénio, constituída por “religiosos muy humildes e devotos” que “fazem grande força em a guarda do silêncio e clausura”, zelosos nos officios divinos em que “cantam [...] canto dorgão e contraponto, e tangerem todo genero de instrumentos musicos”, aplicados na correcção mútua, tendo “por cousa escomungada ficarem as culpas sem emenda de hum dia pera o outro”<sup>(9)</sup>. À observância monástica juntavam o labor intelectual e artístico. É a mesma *Descripçam* que nos coloca numa grande varanda, comprida e larga, por cima do claustro, “contra o ponente”: “esta varanda”, refere, “he o logar

---

<sup>(8)</sup> Já em outros lugares (*O Colégio das Artes e a Universidade*, comunicação apresentada ao Congresso “Anchieta em Coimbra — 450 anos. Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)”, *Actas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, tomo II, pp. 539-555; “Coimbra Moderna: A cidade e a Universidade”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, I, Coimbra, 2001, pp. 351-379) tive oportunidade de, mais detidamente, explicitar esta ideia, a qual, aliás, não é original. Para o facto de o património do priorado-mor de Santa Cruz ter constituído um quinhão importantíssimo no financiamento do Estudo, vide Fernando Taveira da Fonseca — “As finanças (Universidade de Coimbra)”, in *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo II, pp. 447-456; Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos — “Contenda entre a Universidade e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do século XVI. Breves notas”. In: *Universidade(s)*, vol. III, pp. 39-61. Por outro lado, dos diversos trabalhos do eminente historiador Mário Brandão, assim como da documentação por ele publicada, ressalta claramente o papel fundamental de Santa Cruz e dos seus colégios como suporte institucional e cultural da instauração da Universidade. Pina Martins, ao negar a tese da decadência da Universidade de Lisboa como móbil para a sua transferência para Coimbra, formula a hipótese de que “talvez tenha sido verdadeiramente Santa Cruz e os seus mestres, que o Piedoso conhecia e apreciava, que tenham movido a mudar para Coimbra a sede da Universidade portuguesa. O prestígio das Artes que a Escola de Santa Cruz tinha elevado tão alto contou decerto na decisão do Piedoso” (“O Humanismo”, in *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I, p. 214).

<sup>(9)</sup> *Descripçam e debuxo do Moesteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Conimbricae, apud Coenobium Divae Crucis, 1541. Edição fac-símile de I.S.Révah, Coimbra, 1957, fl. 14v.

deputado em o moesteyro para exercicios assi dos religiosos que studam em musica, como em artes liberaes [...] em modo que em hum cabo vereis huns com os cantores mores cantar dorgão e contraponto, outros vereis huns com os outros sob hum presidente arguir em logica, philosophia e em as outras artes"<sup>(10)</sup>. O complemento deste ambiente intelectual, interno à comunidade religiosa, constituía-o o enxame de escolares que, frequentando os dois "polidos e concertados Collegios que estam hum aa destra outro aa sestra deste Moesteyro", convergiam no "tavoleyro" onde estava assente o "soberbo portal da Magestade", continuamente conferindo entre si, usando exclusivamente o latim ou o grego, "huns em Gramatica outros em Logica, outros em Rectorica e em as outras artes Liberaes, outros em a Santa Theologia, outros em a medicina, da vida e saude humana reparadora"<sup>(11)</sup>. E ao dar-nos conta das instalações destes colégios — com dez gerais, ladrilhados e forrados, providos de "cathedras muy artificiosas" — não deixa o relator de mencionar que "em cada hum destes geraes tem os religiosos choros com grades de ferro dōde ouvem todas as sciencias apartados dos seculares, mas nom tam apartados os seculares delles que se nam possam aproveytar do honesto e sancto exemplo de sua conversaçam"<sup>(12)</sup>

Este quadro que se reporta ao momento em que, já em Coimbra, a Universidade tinha as faculdades jurídicas no paço real e as de Teologia e Medicina nos colégios de Santa Cruz, embora debuxado com o colorido e o tom encomiástico de quem pretende captar benevolência e protecção<sup>(13)</sup>, é um testemunho que pode ajudar a compreender o interesse que a comunidade dos cónegos regrantes manifestara, alguns anos antes, em adquirir os instrumentos e a capacidade técnica necessária à instalação de uma imprensa dentro dos muros do próprio convento. Embora mantendo-se como reformador, ordenou fr. Brás de Braga que fosse feita eleição de prior crasteiro

---

<sup>(10)</sup>, *Ibidem*, fl. 13

<sup>(11)</sup>, *Ibidem*, fl. 2v.

<sup>(12)</sup>, *Ibidem*, fl. 3.

<sup>(13)</sup>, A descrição, cujo original estava seguramente em latim, tinha sido enviada pelo prior D. Francisco, em 4 de Setembro de 1540, ao cardeal Antonio Pucci, protector, em Roma, da congregação dos Crúzios. A sua versão para a língua portuguesa deveu-se a D. Veríssimo, o qual empreendeu esta tarefa para combater a sua ociosidade (*Descriçam*, introdução por I.S.Révah, p. 6).

(17 de fevereiro de 1530). O eleito, D. Dionísio de Moraes, que estudara em Paris, para além de atrair novos membros para a comunidade, decidiu convidar o impressor francês Germão Galharde, ao tempo estabelecido em Lisboa, para vir fundar e dirigir uma imprensa no convento de Santa Cruz<sup>(14)</sup>. Logo nesse ano, a 9 de Agosto, saiu impressa uma pequena publicação, em português, o *Repertorio pera se acharem as materias no livro Spelho de Conciencia*<sup>(15)</sup>, e, em Abril do ano seguinte, o *Breviarium secundum usum insignis monasterii sancte crucis colimbriensis*. A própria *Descripçam* que temos vindo a utilizar, dá conta da "oficina de estampar e imprimir" de cujo prelo saiu: "Sobre a outra quadra desta claustra da manga contra o meyo dia estam as casas de stampar, onde os religiosos por sua recreação e exercicio imprimem algumas boas e santas obras, para o que lhes fez merce o dito senhor Rey dom loã nosso senhor de caracteres e matrizes de grego e latim, de seis ou sete sortes .s. de aldo, do gripho e dos outros mais esmerados que ao presente ha em o mundo, todo muy perfeito com suas luminaturas maiusculas, e abreviaturas, moldes e com todo o mais que compre aa perfeçã deste subtilissimo engenho. Em estas casas sem nhuma pessoa secular ajudar aos religiosos a huns vereis vomo se exercitã em o officio de compoedores, distribuidores, outros em o de correytores, outros em batidores, outros em tiradores, e todos em silencio observantissimos guardadores"<sup>(16)</sup>.

Anotemos o favor régio traduzido na mercê feita de dotar a imprensa de caracteres dos mais modernos que então existiam (como é o caso dos caracteres aldinos, itálicos, lançados em Veneza por Aldo Manuzio nos inícios do século XVI<sup>(17)</sup>, sob desenho de Francesco Griffo<sup>(18)</sup>), a exclusiva ocupação dos monges neste trabalho (classificado como "recreação e exercicio", tal

<sup>(14)</sup>. Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos para a história contemporânea*, p. 280.

<sup>(15)</sup>. Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos aos "Apontamentos para a história contemporânea"*, publicados por Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, 1966, p. 12.

<sup>(16)</sup>. *Descripçam e debuxo*, fls. 13-13v.

<sup>(17)</sup>. J. V. Pina Martins — *Humanisme et Renaissance*, vol. II, p. 848

<sup>(18)</sup>. Também conhecido por Francesco da Bologna. Francesco Griffo trabalhou com Aldo Manuzio "para quem desenhou alfabetos gregos e, em 1501, um itálico para uma edição de Virgílio. Em 1516, fundou a sua própria tipografia em Bolonha" (Maria Ferrand e João Manuel Bicker — *A forma das letras*. Coimbra: Almedina, 2000, p. 14).

como eram exercício as tarefas escolares) sem a intervenção de nenhuma pessoa secular (de facto Germão Galharde regressara a Lisboa ainda em 1531), a disponibilidade de caracteres gregos, tão necessários à impressão das obras humanísticas, e de cuja inexistência na oficina de Galharde, em Lisboa, se queixava André de Resende na sua *Oratio pro rostris* de 1534<sup>(19)</sup>.

O ano de 1544 marca a reunião de todas as faculdades nos paços reais da alcáçova: Santa Cruz continuará com a sua imprensa até 1577. As suas relações com a Universidade, contudo, irão deteriorar-se logo a seguir, originando-se um longo conflito — apenas sanado no início do século XVII — por motivo da afectação ao Estudo de uma importante parcela de bens que eram do priorado-mor pela bula *Cum attente* de Paulo III, de 8 de Junho de 1545, seguida de tomada de posse a 18 de Maio de 1546. Nem a ligação institucional que continuou a vigorar — pertencia ao prior de Santa Cruz a dignidade de Cancelário, com o inerente poder de conferir os graus superiores de licenciado e doutor — poderia converter em possível colaboração a animosidade que então se gerou<sup>(20)</sup>.

2. É depois de todas estas vicissitudes — relembremos, a 2 de Novembro de 1546 — que é passada a João Álvares a procuração para ir a Lisboa arrecadar "toda a impressão" que D. João III, à semelhança do que fizera com Santa Cruz, doava à Universidade. João Álvares estabelecera-se, de parceria com João de Barreira, em Coimbra, em 1542 (tendo também oficina em Lisboa e Braga<sup>(21)</sup>). Entre aquela primeira data e 21 de Março de 1548 terão os dois impressores celebrado contrato com a Universidade — que não foi possível localizar — uma vez que desse dia é datada uma provisão régia que menciona explicitamente a "scriptura de cõtrato e obrigação [...] que o padre frei diogo de murça Reitor da dita universidade per minha comisão fez cõ Joan de barreira &

---

<sup>(19)</sup> J.V. Pina Martins — "O Humanismo", in *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I, p. 218.

<sup>(20)</sup> Para o historial deste litígio, vide o trabalho já citado de Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos — "Contenda entre a Universidade e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do século XVI. Breves notas". In: *Universidade(s)*, vol. III, pp. 39-61.

<sup>(21)</sup> Joaquim Martins de Carvalho - *Apontamentos para a história contemporânea*, p. 282.

Johã alvares inprimidores pera averem de ter impressão na dita universidade", confirmando as cláusulas estipuladas, nomeadamente o pagamento de 12.000 réis por ano (metade desta quantia a cada um deles), feito às terças, como era estilo pagarem-se todos os lentes e oficiais da Universidade<sup>(22)</sup>. A provisão, apresentada por João de Barreira nas costas do contrato que tinha celebrado com a universidade, foi vista em Conselho de 7 de Julho de 1548<sup>(23)</sup>; ficou então encarregado o Doutor Aires Pinhel de examinar estes documentos e dar sua informação, o que fez, tendo o Conselho decidido, a 28 de Julho, "que aos inprimidores se lhe paguase o que lhe fosse devido do tempo do seu cōtrato ate a feitura da folha de pascoa passada. que sera metido nella ordinariamente & o devido lhe pagarão logo por mādado"<sup>(24)</sup>. Ou seja, o pagamento extraordinário (por mandado) dos atrasados destinava-se a regularizar a situação — só então ela fora sancionada por provisão régia — entrando depois os dois impressores nos pagamentos ordinários da folha de ordenados, como se de oficiais da Universidade se tratasse.

Dotada de materiais e instrumentos de impressão, assegurava assim a Universidade de Coimbra, por via de contrato, a aquisição de competência técnica para a sua tipografia. Entrava deste modo no número daquelas universidades que dispunham deste poderoso instrumento de divulgação e difusão das obras dos seus mestres. E será a consideração dos procedimentos por elas adoptados, conjugada com algumas notícias documentais acerca do caso específico de Coimbra, que poderá lançar alguma luz sobre a natureza do vínculo contratual que então se confirmava.

---

<sup>(22)</sup>. *Documentos de D. João III*, publ. por Mário Brandão, vol. III, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1939, doc. DX, pp. 141-142. Ao contrário do que irá suceder posteriormente, em que os contratos são celebrados apenas com um dos dois impressores privilegiados - mesmo se neles se estipula que deve colaborar com o outro - este primeiro foi feito em conjunto com os dois, uma vez que trabalhavam em parceria.

<sup>(23)</sup>. *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, publ. por Mário Brandão, vol. II, I parte, p. 62. É por este assento que temos notícia que a provisão régia que confirmava o contrato mandava "que lhe pagassem a ambos os inprimidores doce mil rrs", ou seja, metade a cada um deles.

<sup>(24)</sup>. *Ibidem*, p. 70.



Era, de facto, muito antiga a relação que se estabelecera entre as universidades e todos os que lidavam com os livros: desde que elas se fundaram, muitos deles eram considerados membros (*suppositus* ou *civis academicus*) da comunidade universitária. O desenvolvimento da imprensa levou muitos dos impressores a estabelecerem-se em cidades com universidade, tendo-se mesmo desenvolvido várias experiências de impressores humanistas patrocinados pelos académicos, casos da Sorbonne (1470-73), com Guillaume Fichte, e de Cambridge, com John Silberch. Contudo, a tentativa de estabelecimento de imprensas académicas exclusivas, geridas pelas autoridades universitárias, não foi bem sucedida: as fundadas pelos anos de 1470, nas universidades mais frequentadas do norte da Itália (Pádua, Pavia, Pisa, Siena), não ultrapassaram, com excepção de Bolonha, as primeiras décadas do século XVI; as imprensas humanistas das universidades do Sacro Império (Leipzig, Rostock, Wittenberg) assim como a de Alcalá, tiveram igualmente vida curta; as que prosperaram foram as que se estabeleceram em grandes centros comerciais (Veneza, Antuérpia, Paris, Basileia). Por seu lado, Lovaina apresenta o exemplo excepcional de tipografias, geridas a título particular por impressores com formação académica, e com forte ligação ao Colégio Trilingue, mas sem apoio específico da universidade, que não lhes concedia qualquer financiamento nem facilidades logísticas para a sua instalação.

O modelo mais típico, contudo, terá sido o adoptado em Leiden que, desde a sua fundação (1575), teve um impressor académico: sob a direcção de Christophe Plantin e do seu genro Franciscus Raphelengius, este negócio de impressores-editores conhecido como *Officina Plantiniana*, gozou de reputação internacional. Alguns membros da família Elsevier vieram a suceder a Raphelengius. O contrato estipulado entre Isaac Elsevier (1596-1651) e a universidade de Leiden, em 1620, é um bom exemplo do modo de funcionamento de uma imprensa universitária: não fazia parte da instituição em si; Elsevier permanecia como impressor independente, com algumas obrigações contratuais para com a universidade, a qual, em contrapartida, lhe retribuía com um pagamento anual de 50 guilders, alguns privilégios, e um lugar para a sua oficina nos edifícios escolares. Como impressor contratado pela universidade, Elsevier era obrigado a reservar um prelo para obras menores dos professores e das autoridades académicas, ficando as obras de maior fôlego sujeitas

a negociação específica; teria de contar com correctores de provas competentes, no sentido de garantir uma produção de qualidade; entregaria uma cópia de cada obra à biblioteca de Leiden; e, na qualidade de livreiro, mandava vir de Fankfurt, por sua conta e risco, os livros encomendados pelos professores, vendendo-os a preço de mercado. O modelo de uma imprensa académica, montada, financiada e gerida pelas autoridades universitárias é bastante mais tardio: a de Oxford data de 1632; a de Cambridge, de 1698<sup>(25)</sup>.

Tornava-se evidente que uma imprensa exclusivamente dedicada à publicação de obras de estrito cariz universitário não se revelava economicamente rentável, pelo que tiveram de ser encontradas outras soluções. A solução contratual, pelo estabelecimento de direitos e deveres mútuos, mas salvaguardando a independência dos impressores apenas condicionada pelas cláusulas estipuladas e aceites, parece ter sido também a adoptada, desde início, em Coimbra. Creio, assim, não ser de subscrever a opinião de Joaquim Martins de Carvalho de que os primeiros impressores da Universidade, João de Barreira e João Álvares, "antes d'esse contrato [o que foi confirmado pelo monarca em 21 de Março de 1548] tinham [...] imprensa sua própria; porem depois passaram a administrar a da universidade, sendo os impressores privilegiados dela". A esta afirmação vem anexa uma outra, que Joaquim de Carvalho parece também adoptar, ao citá-la, de que "a imprensa da universidade foi estabelecida *nas casas dos paços d'el rei*" (itálico do autor)<sup>(26)</sup>.

A base que me leva a propor outra interpretação, no que respeita à administração da imprensa, é o alvará de 13 de Março de 1548, no qual vem inserta uma petição de Fernão Lopes de Castanheda, "bedel das Artes", havia três anos, e guarda do cartório e da livraria da Universidade, pedindo aumento da sua remuneração. Vejamos os seus precisos termos, para o que nos interessa de momento: "e depois disto este anō mandou V.A. a impresão aa universidade

---

<sup>(25)</sup> Hilde de Ridder-Symoens — "Management and resources". In *A History of the university in Europe*, ed. Walter Rüegg, vol. II: *Universities in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 202-204.

<sup>(26)</sup> Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos para a história contemporânea*, p. 282; Joaquim de Carvalho — "Aditamentos e Notas" às *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra* por Francisco Leitão Ferreira, 2ª parte, vol. III, tomo I, pp. 724-725.

e o encarregou da guarda das cousas della que valem setecentos e sessenta e tantos mil rrs. os quaes estam carregados sobre elle no que tanbem tem mujto trabalho asi em as dar aos inpresores mujto amiude e tornar a receber da mesma maneira e guardar conhecimentos porque a casa em que estão as ditas cousas estaa nos paços e elle pousa longe delles e quando não esta nas scolas se os inpresores tem delas necessidade ha de ir laa dallas. E mais ade mandar lavar com decoada mujtas figuras de metal que ha na inpresão. porque se asi o não fizer criarão tanto azinhavre que se danarão em breve tempo porque estas figuras não servem tanto amiude"<sup>(27)</sup>. Ao conceder-lhe mais quatro mil réis para além dos dezasseis mil que já recebia pelas diversas funções desempenhadas, o monarca confirma que este acrescentamento lhe é feito "por respeito do carego que lhe dei que tevese de guardar as cousas da inpresão as quaes caregam sobre elle e he obrigado de as ter a bõ recado"<sup>(28)</sup>.

Há alguns aspectos que importa salientar: tendo vindo o material tipográfico (a impressão, nos termos do documento) para Coimbra, fica depositado numa dependência do paço real, onde a universidade estava sediada: mas quem fica responsável por ele é o guarda do cartório e da livraria; é ele, Fernão Lopes de Castanheda, que, de acordo com as necessidades dos impressores, o entrega aos mesmos e o torna a receber, de tudo passando documentos (conhecimentos). Tem ainda de velar pela sua manutenção — o facto de o valor desse material (mais de 760.000 réis) estar carregado sobre ele significa que lhe seriam pedidas contas em caso de extravio ou deterioração —, só assim se explicando o cuidado em mandar lavar com decoada as gravuras de metal que são menos utilizadas, para que não oxidem. Ou seja, quem verdadeiramente administra as "cousas da inpresão" é o guarda do cartório e da livraria.

Quanto à localização da oficina, o facto de os materiais estarem depositados numa "casa" que "estaa nos paços" não significaria, *a priori*, que ela aí laborasse. Outras notícias, contudo, revelam-nos que, de facto era aí que ela estava implantada: em 2 de Fevereiro de 1556, a posse de Cristóvão Nunes como corrector da impressão, é tomada "na cidade de Coimbra & casas dos paços delRei noso Sõr onde esta asentada a

---

<sup>(27)</sup>. *Documentos de D. João III*, doc. DIX, p. 140.

<sup>(28)</sup>. *Ibidem*.

inpresão da universidade"<sup>(29)</sup>; e um pouco mais tarde (19 de Agosto de 1557), aquando da posse em idêntica função de Sebastião Stochamer, repete-se a indicação do mesmo lugar ("casas dos paços delRei nosso Sõr onde ora estam as inpresões da universidade"<sup>(30)</sup>). A conjugação do testemunho de Fernão Lopes de Castanheda — de ter de pôr à disposição dos impressores, com muita frequência, os materiais da imprensa — com estas notícias, faz pensar numa laboração que não seria contínua: os dois impressores, trabalhando em colaboração e parceria, sem terem de abandonar a sua própria oficina, assegurariam este serviço, por si ou por oficiais seus<sup>(31)</sup>.

O que importa distinguir claramente é entre a propriedade e administração de um conjunto de materiais e instrumentos tipográficos adequados às necessidades específicas da Universidade — e que, na altura, era de valor apreciável<sup>(32)</sup> — , e a forma de ligação que ela criava e mantinha com aqueles que lhe forneciam a capacidade técnica para rentabilizar convenientemente o espólio de que dispunha: neste último caso — à semelhança do que fazia para a prestação de outros serviços<sup>(33)</sup> —

---

(29). *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, publ. por Mário Brandão. Coimbra, vol. II, 3ª parte, 1969, pp. 57-58.

(30). *Ibidem*, p. 270.

(31). Na tomada de posse de Cristóvão Nunes estavam presentes e foram testemunhas Diogo de Carvalho e Manuel João, filho de João Álvares "imprimidor"; na de Sebastião Stochamer foram Pedro Roncal, João de Barreira e Damião Jorge, impressores e também João Álvares "outro si inpresor" (*ibidem*, p. 58 e p. 271).

(32). O valor de mais de 760.000 réis em que se estimava em meados do século XVI a imprensa da Universidade pode ser comparado com outros: em 1602, Diogo Gomes de Loureiro declara que a sua "inpresão" valerá 800.000 réis (M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, Coimbra, 1964, p. 13); para um período mais tardio, 1676, temos a referência numa escritura de empréstimo feito pela Misericórdia de Coimbra a José Ferreira: nela, para além de bens imóveis, hipoteca "a sua imprensa, com todos os seus aparelhos, que disse valia bem 600\$000 rs.". De idêntico valor eram "as inpresões com seus correctores" de Manuel Dias, que ele hipotecou, em 20 de Novembro de 1674, para segurança do ofício de tesoureiro do mosteiro novo de Santa Clara (Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos aos "Apontamentos para a história contemporânea"*, p. 26 e p. 22).

(33). Não podemos deixar de assinalar o paralelismo que existe entre estes contratos feitos com os impressores e aqueles que são celebrados com os fornecedores de outros serviços que exigiam competências e qualificações específicas. Referimo-nos aos contratos

assegurava o concurso de profissionais especializados por via de instrumento legal que lhe conferia prerrogativas e seguranças específicas. A imprensa era propriedade sua; os impressores eram da Universidade mas não necessitavam de abandonar a sua actividade independente.

Alguns anos mais tarde, depois do falecimento de Lopes de Castanheda, a situação parece ter-se modificado. Duas escrituras, uma celebrada pelo Doutor Manuel da Costa, lente de Prima de Leis, comissionado pela Universidade, com os mesmos impressores, a outra de obrigação dos herdeiros de Lopes de Castanheda, quando cotejadas, esclarecem o que se terá passado. Na primeira delas, de 6 de Julho de 1560, os impressores declararam ter em seu poder "duas prensas perfeitas com todo o necesario e doze caixas para por as letras e setecentas e catorze letras de estanho de titulos e começos de capitulos e catorze quintaes de estanho que pesarão as letras fundidas, e miudanças e guarnições que tudo era fazenda da universidade". Não as tinham em conjunto mas divididas por cada um deles: uma prensa, oito caixas, as letras de títulos e começos de capítulos, dez quintais de estanho e metade das "miudanças e guarnições" ficaram com João Álvares; o restante (uma prensa, quatro caixas, cinco arrobas de estanho e a outra metade das guarnições) ficaram na mão de João de Barreira. Por esta escritura constituíam-se como fiéis depositários destes materiais, obrigando-se "a dar e entregar à Universidade e a quem seu poder tiver as ditas cousas polla maneira que as confesarão ter todas as vezes que por parte da Universidade lhes forem pedidas"; comprometiam-se a repor "os dous quintaes e tres arrobas de estanho que faltam para cõprimto das catorze arrobas que lhes forão entregues"; protestavam, entretanto, que não lhes poderia ser exigido o peso

---

para o fornecimento de carne e peixe e também aos contratos de recovagem (para transporte de mercadorias e valores): em todos eles a Universidade garante um serviço, estipulando as condições (preços, exigências de qualidade, prioridade) em que pretende que ele lhe seja prestado, garantindo a estabilidade dessas condições durante prazos bem determinados: mas, ao mesmo tempo, remunera os prestadores com a qualidade de privilegiados e, muitas vezes, lhes adianta dinheiro para poderem "correr com o seu negócio". E estabelece sempre um vínculo legal, exarado em escritura pública. O caso mais flagrante é mesmo o da arrecadação dos seus rendimentos, que é geralmente confiada, também por via contratual, a um prebendeiro — ao qual competem também, durante um vasto período, o pagamento dos ordenados a lentes e oficiais e outras funções de tesouraria — e a diversos rendeiros, em coordenação com aquele.

integral do estanho uma vez que ele diminuía com as sucessivas fundições ("e isto com protestaçon de não renunciarem a quebra do estanho que desminue na fundiçãõ"); e davam todos os seus bens como garantia hipotecária ao cumprimento desta obrigaçãõ<sup>(34)</sup>.

Qual a origem destes materiais? Em 6 de Agosto de 1560 (exactamente um mês depois da escritura acima), Gaspar de Seixas "como marido de Branca Vieira mulher que foy de Fernãõ Lopes de Castanheda que Deos aja e tutor de seos filhos" vem fazer uma escritura de obrigaçãõ perante o reitor, D. Jorge de Almeida: declara ter dado conta "das cousas da livraria e impresãõ que se carregarãõ sobre o dito Fernãõ Lopes"; mas que, "por remate da conta se achara faltarem a marca da impresam e a fundiçãõ do canto que esta avaliada em vinte mil rs. e das cousas da impresãõ que forãõ do Collegio real seis matrizes de letra de grifo e catorze arrateis de letra fundida e quatro pernas destanho da valia e peso das outras quatro que entregou, e hum pedaço de chumbo de que na receita se não fazia mençãõ do peso que era". O Reitor concede-lhe seis meses para ele entregar "as ditas peças ou a valia dellas"<sup>(35)</sup>.

Fernãõ Lopes de Castanheda falecera em 1559. Fora curta a viuvez de Branca Vieira, sua mulher, que em Agosto de 1560 vemos já consorciada com Gaspar de Seixas. É este que assume os encargos do que fora guarda do cartório e da livraria e depositário administrador dos materiais de impressãõ. Aos que inicialmente Fernãõ Lopes recebera, da mercê que D. João III fizera à Universidade, veio juntar-se, em 1555, um outro lote proveniente do Colégio das Artes<sup>(36)</sup>, onde trabalhara o

---

<sup>(34)</sup> A.U.C. — *Escrituras da Universidade*, livro 9-1º, fls. 23v-24v.

<sup>(35)</sup> A.U.C. — *Escrituras da Universidade*, livro 9-1º, fls. 55-56

<sup>(36)</sup> Segundo ordem régia, de 10 de Setembro de 1555, em carta ao Doutor Diogo de Teive, pela qual o monarca lhe mandava que entregasse o Colégio das Artes ao P. Diogo Mirão, provincial da Companhia de Jesus. Os termos exactos são os seguintes: "e asy entregareis os ornamentos & prata & movel da capela do collegio e as letras e matrizes que vos foram entregues a fernam lopez de castanheda guarda do cartorjo da unyversidade dessa cidade pera todo ter a bõ recado ate eu mamdar o que ouver por meu serviço que disso se faça & cobrareis conhescimento em forma do dito fernam lopez, ffeito pello escrivam de seu cargo e asynado por ambos. em que declare, que lhe ficam as taes cousas carregadas em receita [...] E por esta mando ao dito ffernam lopez que as receba & vos passe delas conhescimento em forma" (*Documentos de D. João III*, vol. IV, doc. DCCXXIII, p. 257).

impressor Francisco Correia<sup>(37)</sup>. Terá sido este conjunto de "cousas de impressão" que, em 1560 passaram para as mãos dos impressores, como fiéis depositários, e com obrigação destes de as restituírem se e quando as autoridades académicas o exigissem: com toda a certeza que eles se serviriam delas nos moldes em que o faziam anteriormente, agora sem qualquer intermediário.

Reparemos no facto de a obrigação de João de Barreira e João Álvares mencionar que eles tinham em seu poder "duas prensas perfeitas cõ todo o necesario", indicando com isso a total funcionalidade dos prelos que lhes haviam sido entregues: quando em 1611, a Universidade entrega a Nicolau de Carvalho, sempre a título precário, um prelo velho, três caixas velhas de ter letras e quarenta letras poderemos pensar que se tratava apenas dos restos destes materiais regressados à posse da Universidade após o falecimento dos dois primeiros impressores? Ou outros? O que ressalta da escritura de obrigação<sup>(38)</sup> que faz aquele impressor é que não havia a certeza de estes materiais pertencerem à Universidade, uma vez que foi necessário que a Mesa da Fazenda mandasse tirar informação "pollo mestre amdre davellar e domingos gomez, escrivão da receita e despesa", o que com certeza não seria o caso da imprensa entregue a João de Barreira e João Álvares com a formalidade de uma escritura. O que não oferece dúvidas é que, a partir de 1560 dois lotes importantes de instrumentos e objectos tipográficos haviam passado para a guarda directa dos impressores com quem a Universidade mantinha uma relação contratual e a quem concedia o seu privilégio.

3. Como já afirmámos, não são conhecidos os precisos termos do contrato feito com João de Barreira e João Álvares. Mas sabemos, para além de outros, os daqueles que foram celebrados com os seus imediatos sucessores, António de Barreira e António de Mariz. A circunstância, porém, de a escritura com António de Barreira ter sido feita ainda em vida de seu pai, João de Barreira, a quem ele deveria ajudar, é de molde a permitir afirmar que as condições estipuladas seriam de teor idêntico às que tinham vigorado até então.

---

<sup>(37)</sup>. Joaquim Martins de Carvalho - *Apontamentos para a história contemporânea*, p. 284.

<sup>(38)</sup>. Mencionada por Martins de Carvalho (p. 293) e existente em A.U.C. - *Escrituras da Universidade*, livro 21-2º, fls. 150; transcrição em M. Lopes de Almeida - *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, Coimbra, 1964, pp. 39-40.

António de Barreira vai suceder a João Álvares, em 1587, por falecimento deste. Na escritura, de 10 de Janeiro, começam por afirmar os outorgantes por parte da Universidade, o Reitor, D. Fernão Martins de Mascarenhas, e os deputados, o motivo de a celebrarem ("porquanto per ordem e regimento dos Reis passados e costume desta universidade avia nella de aver dous impressores que o fossem da universidade e servicem em todas as cousas necessarias a impressão"); dão conta de que o fazem para dar continuidade a um procedimento anterior ("sobre o que ate agora estava feito contrato com cõ joã de barreira [...] e cõ joã alvrez ja defunto para que ambos ajudandose hum ao outro fossem obrigados como impressores da universidade imprimir todas as cousas que fossem necessarias aos lentes e mais pessoas da universidade"); e estabelecem a identidade de condição entre o impressor que agora contratavam e os que até aí haviam exercido o cargo ("contratão com o dito Ant<sup>o</sup> barreira para que elle seia impressor da universidade asy como o era o dito joã alvrez e ajude no negocio da jmpressão a seu pai joã de barreira para que ambos juntos e quada hum fação tudo o que cumprir a impressores")<sup>(39)</sup>.

O que cumpria aos impressores era terem "todos os instrumentos e aparelhos [...] necessarios estãdo prestes em todo o tempo para se ocupar nas obras e impressão dos lentes e pessoas da universidade deixando para isso toda a outra obra conforme ao tempo e necessidades que ouver". Os preços seriam regulados "conforme ao costume e ao que levam os outros impressores", ficando à mesa da Fazenda da Universidade o poder de resolver qualquer diferendo que houvesse quanto a este aspecto, sem que o impressor pudesse levar mais. O não cumprimento destas cláusulas ou a falta de "moldes e aparelhos necessarios" dava à Universidade o direito de remover o contrato "tomando toda a informação que lhe parecer extrajudicialmente"; pelo contrário, o seu cumprimento era compensado

---

<sup>(39)</sup>, M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, pp. 9-10. É importante reparar nos termos usados (os que se referem aos primeiros impressores privilegiados): não se acentuaria o facto de serem obrigados a imprimir todas as coisas necessárias aos lentes e mais pessoas da Universidade, deixando toda a outra obra que tivessem — como nas cláusulas contratuais se estipula — se eles estivessem exclusivamente dedicados a este trabalho.



com o pagamento anual de "seis mil rs [...] pagos pello modo e tempo que a universidade custuma que he as folhas como se paguava o dito joã alvres cõ todos os mais proes e precalços que o dito joã alvres tinha e tem o dito joã de barreira".

É evidente o constante cuidado em estabelecer o paralelismo entre o contrato agora celebrado e o que vigorara com o anterior detentor do privilégio, ao mesmo tempo que todo o teor do clausulado reflecte que se está a lidar com impressores independentes, insinuando-se igualmente que nem sempre haveria trabalho para lhes dar ("conforme ao tempo e necessidades que ouver"). E se a compensação material de seis mil réis parece exígua, ela não era a única. O privilégio tinha a sua contrapartida de dignidade, favor e protecção: "e [...] alem disto", prossegue a escritura, "a universidade e os senhores da mesa favoreserão em tudo o pusivel e ajudarão a elle Ant<sup>o</sup> de barreira no que tocar a dita impressão e defenderão que nenhum outro impressor assy desta cidade como de fora della se possa intitular, nem chame impressor da universidade porque não usurpe por este modo o proveito que elle dito Ant<sup>o</sup> de barreira deve e pode pretender por ser impressor obrigado a universidade". Era importante esta segurança de exclusividade (embora partilhada com um outro impressor trabalhando em coordenação e parceria); e não o era menos a honra de poder intitular-se impressor da universidade, fonte de prestígio e atestado de competência, susceptível de atrair outra clientela: "os livreiros e impressores orgulhavam-se de trabalhar para a universidade e sob a sua égide. O título de "Typographus Universitatis" valia tanto como o de "Typoghraphus Regius". Era natural que assim fosse pois a Escola representava também para os impressores uma garantia permanente

---

(40). J.V.Pina Martins — "Humanismo e Universidade". In *Universidade(s)*, vol. IV, p. 52. É interessante a resenha que este autor faz, a partir das próprias obras impressas, dos títulos com que gostavam de designar-se os impressores delas. Em alguns casos, apresentavam apenas o seu nome, mas geralmente indicavam a sua qualidade de tipógrafos régios ou da universidade, ou um e outro título ("impressores d'el rey na mesma universidade") de que há numerosos exemplos: João de Barreira, no *Commentarium in sacrosanctum evangelium beati Marci*, de D. João Soares, intitula-se, no rosto, "Typographus Regius" e no cólofon "Chalcographus Academicus". Na lápide que mandou colocar na capela que erigiu em Bera,

de produção livreira e, portanto, de estabilidade económica”<sup>(40)</sup>. O vínculo que se estabelecia tinha ainda a sua repercussão em caso de diferendo ou litígio, devendo os impressores responder perante o Reitor e deputados, “sem poder declinar seu foro e juízo”<sup>(41)</sup>.

O teor de outros contratos conhecidos mantém estas linhas essenciais. O que se celebra com António de Mariz, em 7 de Outubro de 1595, apresenta, contudo, algumas particularidades em que importa atentar. Antes de mais refere que ele se celebra, não já por ordem e regimento dos reis passados e costume da Universidade, mas “por ordem e regimento dos statutos e custume da universidade”: a mudança deve-se ao facto de os Estatutos de 1591 incluírem, entre os oficiais da Universidade, dois impressores, o que se repete nos de 1597, estipulando a cada um o ordenado de seis mil réis por ano<sup>(42)</sup>. Tanto ou mais do que um reforço do vínculo que antes existia, esta inclusão dos impressores entre os oficiais da

---

Almalaguês, Manuel Dias coloca como primeira das suas qualificações a de impressor da Universidade, só depois indicando as de familiar do Santo Offício e de tesoureiro do consulado da alfândega de Aveiro (M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, p. 36.

<sup>(41)</sup>. Esta renúncia de foro, comum às escrituras em que uma das partes outorgantes é a Universidade, assume um cariz particular, quando é feito contrato com Maria Flores, viúva de Nicolau de Carvalho, e com o seu filho, Manuel de Carvalho (1633): “respondera elle manovel de carvalho & sua maj, perante o conservador da universidade que hora he & ao diante for, ou perante o senhor Reitor & deputados da dita mesa da fazenda[...]: sem poderem declinar seus juizos, para o que renunciou juiz & juizes de seu foro & fereas, & privilegios posto que sejam de viuva, orfaõs pessoas miseraveis & desembargadores ou de malta, porque todo renunciou e de nenhum delles poderá usar nem gozar posto que sejam jncorporados em direito” (M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, pp. 46-50).

<sup>(42)</sup>. Os Estatutos de 1559 apenas referem as “cousas da impressão” quando falam do guarda do cartório e da livraria, que o é também daqueles materiais (*Estatutos da Universidade de Coimbra – 1559*, cap. 7, p. 47). É com os de 1591 que, entre os oficiais da universidade, se passam a contar dois impressores. Os de 1597, que irão vigorar, com a *Reformação*, até à reforma pombalina, o tit. III do livro II (De quantos e quaes são os officiaes da Universidade e o que hão de receber de ordenado, e do modo e ordem geral da eleição delles) enumera: “dous impressores, e averá cada hum por anno seis mil reis”. Mais adiante (liv. III, tit. LXXVI, § 7) estipulam: “Serão privilegiadas duas impressões, conforme ao Título III, livro II, em que estão nomeados por officiaes da Vniversidade. E quatro tendas de Livreiros, que tenham cabedal de liuros suficiente. E huns & outros escolherá a Vniversidade, e se matricularão conforme aos Estatutos”.

Universidade parece mais ser a sua formalização — a ordem e regimento dos reis passados materializara-se em estatuto —, uma vez que as cláusulas contratuais não sofrem qualquer modificação substancial relativamente às anteriormente estipuladas; mantém-se, de facto, na formulação estatutária a menção ao costume da Universidade pelo qual, sem dúvida, elas seriam reguladas .

Um outro aspecto que importa referir é a declaração de António de Mariz dizendo que, na prática, ele já cumpria as funções que antes eram de João de Barreira e que, logo que este falecera, fizera lembrança e petição à Mesa da Fazenda "para ficar correndo em seu lugar" com seu ordenado e privilégio "como corria [...] Ant<sup>o</sup> de barreira"; fora-lhe respondido que, para esse efeito, deveria fazer contrato, "como o dito Ant<sup>o</sup> de barreira fizera p<sup>a</sup> ambos se ajudarem hum ao outro". Esta cláusula, obrigando a um trabalho concertado e ao auxílio mútuo entre os dois impressores privilegiados da Universidade, quererá, sem dúvida, prevenir quaisquer dificuldades de algum deles em responder eficazmente às necessidades de edição de "todas as cousas necesarias aos lentes, e estudantes e mais pessoas desta universidade"; conjuntavam-se assim os recursos materiais e humanos de dois impressores que deveriam estar prestes para servir a Universidade "cõ moldes letras e officiaes"<sup>(43)</sup>. A declaração atrás referida de António de Mariz informa-nos, além disso, que não excluía a Universidade o recurso pontual a outros impressores, para além dos privilegiados, se as circunstâncias o exigissem: o impressor aduz como argumento para que lhe seja feito o contrato de obrigado o facto de "aver mais de vinte anos que dantes servio cõ sua impressão à mesma universidade e jmprymyra nella as obras de muitos lentes e padres da cõpanhia e a sua custa delle obrigado"<sup>(44)</sup>. A

---

(43): M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, pp. 17-18.

(44): *Ibidem*. A declaração de António de Mariz é corroborada, por exemplo, pela impressão da obra de Pedro Nunes (*De arte atque rationi navigandi libri duo...*) feita por ele em 1573, antes de ser privilegiado, e pela existência de contratos efectivados com os padres da Companhia. Um deles diz respeito à publicação da "Concordia sobre os Evangelhos" (*Commentariorum in concordiam et historiã evangelicam. Tomus I. Conimbricæ, Antonius de Mariz 1599*) da autoria do P. Sebastião Barradas (vide Ana Maria Leitão Bandeira — "Contrato com António de Mariz para impressão da obra do P.<sup>e</sup> Sebastião Barradas. Um caso de parceria

estabilização do vínculo era, contudo desejável, pelas vantagens mútuas que, como já vimos, daí derivavam. O que igualmente se deduz da letra destas escrituras é que o contrato estabelecido era vitalício, sendo o obrigado substituído apenas quando falecia.

4. Fora longa a vigência dos dois primeiros impressores privilegiados João de Barreira e João Álvares; depois a sequência teve ritmos diferentes. António de Barreira, que entrara a servir como impressor privilegiado em 1587, terá falecido em 1596. Uma carta passada a 9 de Novembro de 1598 pelo Reitor Afonso Furtado de Mendonça, reportando-se a uma resolução tomada em conselho no dia 2 do mesmo mês, refere que o ofício de impressor vagara por falecimento de António de Barreira e nomeia para exercer aquela função "emquanto a a Universidade o ouver por bem e não mandar o contrario" a Diogo Gomes de Loureiro<sup>(45)</sup>. Nomeação

---

de edição em 1597". *Cadernos BAD* (3), 1995, p. 45-51). Um outro, datado de 2 de Abril de 1591, refere-se à impressão de "hum livro que se chama dos fisicos composto por Manoel de Guoens" (trata-se do primeiro dos oito comentários à obra de Aristóteles que compõem o *Curso Conimbricense*, saído em 1592). É interessantíssimo este contrato: todos os custos da impressão ("papel, tinta, trabalho de mãos e industria e todo o mais necesario") recaem sobre António de Mariz, pagando-lhe posteriormente os padres o papel e os custos de impressão, cuja determinação deixavam à consciência do impressor e recebendo gratuitamente cem volumes da obra e outros cinquenta de que pagariam só o papel; comum era a responsabilidade do andamento dos trabalhos: o impressor não poderia "meter outra alguma obra na dita prensa ate que seja de todo acabado o dito lyvro, cõtãto que lhe deem os padres para iso o aviamento necesario, asy do original como da correção e provas"; as contrapartidas para o impressor, que deveria depois comercializar a obra, era de que o livro serviria de texto para o ensino nos colégios de Coimbra e Évora "por espaço de quatro annos em cada hum anno" e nos do Porto e Braga "hum anno em cada quatro annos porque asy se lem ate aguora nestes dous collegios" e a faculdade de imprimir livremente ("quantas vezes quiser") e comercializar "as artes pequenas do padre manoel alvares, não as reformadas senão as outras", assim como a preferência de voltar a imprimi-las depois que fossem reformadas ("e lhe farão a elle mais equidade que a outrem") (A.U.C. — *Livro das notas de Diogo Coutinho, escrivão publico das cousas tocantes ao Collegio da Companhia de Jesu desta cidade de Coimbra*, livro 10º). Agradeço à Senhora Dra Ana Maria Leitão Bandeira a gentileza de haver-me oferecido o seu trabalho citado acima e o ter-me chamado a atenção para este último documento.

<sup>(45)</sup> M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, p. 20.

precária que depois é confirmada em escritura começada a 30 de Abril e concluída a 8 de Maio de 1602: nela, porém, Diogo Gomes aparece-nos como sucessor de António de Mariz, seu sogro<sup>(46)</sup>. É este o primeiro contrato em que expressamente se estipula que o impressor deveria ter disponíveis três prelos em condições de laboração ("pera o que tera nella inpresões .s[cilicet]. tres prensas corentes cõ seus officiaes") e é também o primeiro em que se estabelece que a Universidade lhe haveria de pagar, para além dos 6.000 réis de ordenado, igual quantia "pera ajuda das casas em que tenha as ditas prensas".

Trata-se também, no que diz respeito a esta última cláusula, da formalização de uma prática que seguramente era anterior: é o que nos revela uma outra escritura, esta celebrada com os herdeiros de António de Mariz<sup>(47)</sup>, em 6 de Fevereiro de 1601, após petição destes para que a Universidade mandasse pagar "trinta mil rs que se ficarão devendo ao dito antº de mariz de cinco annos que lhe ficarão por pagar a reção de seis mil rs por anno & isto de casas que a dita universidade custuma de dar aos empresarios seus antecessores". A resolução tomada pela Mesa da Fazenda, depois de examinado o contrato que fora feito com António de Mariz e "o asento da mesa per que se lhe ordenão seis mil rs em cada hum anno", é de molde a dar a entender que não se tratava propriamente de uma obrigação, mas de um benefício que por costume se concedia aos impressores (e que terá começado logo com os primeiros, uma vez que se mencionam os antecessores de António de Mariz): de facto, a composição que se estabelece apenas vai ressarcir os

---

<sup>(46)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, pp. 10-12. Diz o texto: "e que por ora o dito antº de mariz ser falecido & elle diogo gomez ser seu genro & ter todas as cousas necesarjas pera bem servir o dito officio [...] & elles senhores Rejtor e deputados saberem como o dito diogo gomez tem sua impressaõ & assim elle como o dito seu sogro terem bem servjda a universidade diseraõ que se contratavaõ & aviaõ por contratados pera que elle diogo gomez seja inpresor da dita universidade".

<sup>(47)</sup>. Que eram o próprio Diogo Gomes e sua mulher, Maria João, o licenciado Francisco Gomes Loureiro, corregedor em Alenquer, e sua mulher, Gracia de Mariz, o licenciado Pedro de Mariz, Salvador de Mariz e Joana de Mariz (M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, pp. 6-7. António de Mariz faleceu em 5 de Dezembro de 1599 (M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade(1587-1835)*, p. 79).

herdeiros em vinte mil réis dos trinta que eles haviam requerido, impondo-lhes que "não podessem requerer nem pedir cousa alguma [...] sobre a dita pretensão"<sup>(48)</sup>. Quando Manuel de Araujo faz petição para que lhe seja concedido idêntico subsídio, os deputados da Mesa da Fazenda (em sessão de 5 de Junho de 1605) respondem que "a universidade não tinha obrigação dar os seis mil rs pera casas como pedia nem numqua se derem [sic] e no contra[to] que cõ elle se fes não se tratou diso & elle o aseitou assim"; e concluem que se ele "quer continuar [...] o podera fazer sem o que pede & quando naõ que a universidade lhe basta hum impresor"<sup>(49)</sup>.

Alguns anos mais tarde, o contrato celebrado com Maria Flores, viúva de Nicolau de Carvalho, e com o seu filho Manuel de Carvalho (24 de Dezembro de 1633) refere o que se passara com aquele impressor, que fora também armador da Universidade: tendo sido aceite como impressor privilegiado da Universidade, em substituição de António de Barreira, em 21 de Maio de 1611<sup>(50)</sup>, beneficiando do subsídio para casas (também chamado de aposentadoria), desde 13 de Outubro de 1612<sup>(51)</sup> (arrecadando assim efectivamente os 12.000 réis anuais na folha de ordenados), sofrera a animosidade do reformador D. Francisco de Meneses<sup>(52)</sup>, o qual, diz Manuel de Carvalho, "por não ser muito propicio ao dito seu marido & paj", o mandara despedir do ofício de armador; vencido por uma resolução da Mesa da Consciência para a qual Nicolau de Carvalho recorrera, o reformador privara-o do subsídio de aposentadoria como impressor, até que não provasse documentalmente o seu direito ("a antiguidade da

---

<sup>(48)</sup>. *Ibidem*.

<sup>(49)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Artes e ofícios em documentos da Universidade, I, século XVII*, Coimbra, 1970, p. 36.

<sup>(50)</sup>. *Ibidem*, p. 101.

<sup>(51)</sup>. *Ibidem*, p. 121. O texto da resolução da Mesa da Fazenda é elucidativo: "asentarão que a Niculaõ carvalho se lhe dese em cada hum anno seis mil rs pera apozentarja [sic] assim como tem diogo gomez loureiro & isto como jnpresor visto como houve dantiguo sempre dous jnpresores a que se pagava apozentadorja".

<sup>(52)</sup>. D. Francisco de Meneses foi nomeado reformador por provisão de 15 de Dezembro de 1618, mantendo-se nessas funções que acumulava com as de Reitor até 1624. O seu sucessor, Francisco de Brito de Meneses, tomou posse em 2 de Dezembro de 1624 (Francisco Carneiro de Figueiroa — *Memórias da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1937, pp. 131-132).

aposentadoria"). Foi-lhe difícil encontrar no cartório da Universidade o que pretendia, apenas o conseguindo algum tempo mais tarde, já no reitorado de D. Francisco de Brito de Meneses, pelo que os seus herdeiros, viúva e filho — que lhe sucediam também no ofício de impressores da Universidade —, vinham reclamar os atrasados e pedir que se fizesse contrato com eles, incluindo na remuneração o subsídio de aposentadoria, invocando para isso o que se praticava com Diogo Gomes de Loureiro. A resolução da Mesa é, mais uma vez, esclarecedora: concede-lhes o privilégio e o subsídio (perfazendo os 12.000 réis anuais, pagos às terças na folha de ordenados da Universidade) mas nega-lhes qualquer reembolso dos atrasados ou o direito a requerê-lo ("que do atrasado se lhe não pagaria cousa alguma, nem elles o poderião repetir"<sup>(53)</sup>). O cuidado que é posto, em algumas das escrituras analisadas — entre elas a que vimos referindo — em distinguir claramente as duas verbas acentua a sua diferente origem e natureza<sup>(54)</sup>.

Esta questão do subsídio de aposentadoria reconduz-nos a uma outra que atrás foi abordada: a da localização da oficina tipográfica que servia a Universidade. Com os dados até aqui expostos é legítimo poder concluir que o ano de 1560 — no qual, como vimos, prelos, caixas, letras e estanho para ser fundido, tudo propriedade da Universidade, foram entregues a João de Barreira e João Álvares, como fiéis depositários com obrigação de restituição — terá marcado, com toda a probabilidade, o momento em que, de instalações próprias colocadas à disposição dos impressores privilegiados, a imprensa universitária passou para as destes últimos; assim se justificaria que, como contrapartida, lhes fosse concedido um subsídio para ajuda das casas em que a instalassem, o qual, na prática, duplicava o salário que auferiam pela sua função. As declarações acerca deste subsídio que, em alguns casos, parecem contradizer-se, atestam o seu carácter costumeiro, sem nenhuma formalização normativa, dependente de quem, em cada momento, exercia o poder na

---

<sup>(53)</sup> M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, pp. 46-50.

<sup>(54)</sup> "Declarãdo mais que por este contracto lhe dá a universidade somente os ditos seis mil rs para ajuda das ditas casas; e que os outros seis mil rs do ordenado sã os do estatuto" (*ibidem*).

Universidade<sup>(55)</sup>; mas não há dúvida que se tratava de prática corrente que, como vimos, acabou por ser incorporada nos contratos dos impressores.

Contudo, a partir, pelo menos, do que é celebrado com Manuel de Carvalho e sua mãe, em 1633, a concessão desta verba está sujeita à nova cláusula: "com condição", diz a escritura, "que elle manuel carvalho vivirá & terá as ditas tres pressas nesta cidade ou onde a universidade estiver"; se se ausentassem, ele ou a sua mãe, seriam obrigados à restituição de tudo o que tivessem recebido.

O carácter vitalício do contrato tinha como consequência normal o assumir das responsabilidades — e mesmo das funções exercidas — pelos herdeiros do impressor quando este falecia, do que já referimos exemplos. Fora este também o caso da viúva de António de Barreira, Maria Gomes, a quem foram pagos, em 30 de Maio de 1604, 16.000 réis "que venceo no tempo que coreo com a empreensão depois da morte do [...] seu marido ate o tenpo que emtrou no dito officio manuel daraujo"<sup>(56)</sup>. O cômputo que é feito para este pagamento leva-nos a situar a morte de António de Barreira no primeiro trimestre de 1599<sup>(57)</sup>; e também a dar como início da actividade de Manuel de Araújo — que terá sido muito breve — o ano de 1602. Parece depois ter havido um hiato — será Manuel de Araújo, face à recusa em ser-lhe dado o subsídio de aposentadoria, efectivamente abandonou o cargo em 1605? — até à aceitação de Nicolau de Carvalho, em 1611, durante o qual terá havido apenas um impressor privilegiado.

---

(55). Como exemplo, podemos citar o caso do mesmo Diogo Gomes de Loureiro: na provisão que o nomeia impressor, em 9 de Novembro de 1598, apenas lhe é estipulado o ordenado de 6.000 réis, "com declaração que lhe não haõ de dar cazas, nem o que se dava para ellas a seu antecessor e somente avera os dittos seis mil rs de ordenado"; como já vimos, o contrato que posteriormente com ele é celebrado (1602) é o primeiro em que explicitamente se inclui o subsídio para aposentadoria (vide *supra*).

(56). M. Lopes de Almeida — *Artes e officios em documentos da Universidade. I. século XVII*, p. 27.

(57). O mandado que é passado ao recebedor Pero Soares para pagar a Maria Gomes refere que "conforme a informação que se tomou e se vio polas folhas dos pagamentos constou vencer; duas terças do anno de noventa e nove, e o anno de seiscentos e de seiscentos e hum" (*ibidem*).



Nicolau de Carvalho foi substituído pelos seus herdeiros, a viúva e o filho, Manuel de Carvalho, em 1633, como já vimos<sup>(58)</sup>. Mantivera-se no contrato destes a cláusula de ter disponíveis três prelos e os respectivos oficiais para que pudesse ser dada total prioridade aos trabalhos de lentes, estudantes e oficiais da Universidade. Esta disposição genérica não impedia, contudo, que, para obras de maior envergadura, se estabelecessem acordos especiais. Assim acontecera quando a Universidade encomendara a Diogo Gomes de Loureiro a feitura de um livro de poesia que se compusera em louvor do príncipe (que viria a ser Filipe IV), por ocasião do seu nascimento, em 1605: emprestava-lhe 40.000 réis que o impressor deveria restituir no prazo de dois anos e exigia-lhe cem volumes da obra, vinte dos quais em "papel de tearte muito bom"<sup>(59)</sup>. Assim se passava agora com o mesmo Manuel de Carvalho com o qual se contratava a impressão dos *Estatutos*, juntamente com a *Reformação* e o *Regimento do Médicos e Boticários*: imprimi-los-ia a expensas suas, embora a Universidade lhe fizesse um empréstimo de 150.000 réis "pello trabalho que nisto toma [...] em o fazer a sua custa"; seria a obra impressa "en folha e letra de teisto em columnas na forma ordinaria com suas corsivas e mais letras necessarias" comprometendo-se a Universidade a dar-lhe os originais "e coretores necessarios e toda a expedição que for nesesaria pra que a obra corra com mais perfeisaõ"; comprometia-se ainda a ficar com quatrocentos volumes em papel ao preço de 450 réis — o que ultrapassava o montante do empréstimo —, ou a preço inferior se fossem taxados por menos, pagando-lhos no acto da entrega ou descontando na importância emprestada e liquidando o excedente. Em contrapartida, o impressor deveria entregar a obra pronta até ao Natal (o contrato foi celebrado em 25 de Maio de

---

<sup>(58)</sup>. Não podemos deixar de assinalar, mais uma vez, o interesse que os impressores tinham em obterem o estatuto de obrigados e privilegiados da Universidade: quando faz o seu requerimento (para que lhe seja feito contrato e concedido o subsídio de aposentadoria) Maria Flores não deixa de acentuar "que tinha actualmente a jmpreção muito melhorada, & tinha os officiaes para ella & lhes estava pagãdo sem elles trabalharem, por não aver obras de presente: & tinha empregado passante de seis mil cruzados, só por credito desta universidade" (M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, p. 47).

<sup>(59)</sup>. *Ibidem*, pp. 22-23.

1652), sem o que teria de restituir a importância que lhe fora adiantada e ressarcir a Universidade do prejuízo que viesse a ter com a sua impressão; e não poderia vender quaisquer exemplares senão passados quatro anos "emquanto a universidade dentro delles não gastar os seus, e gastandoos podera elle manuel de carvalho emtam vender os que tiver e semdolhe nesenario algum favor ou ajuda da universidade para a despedição dos ditos estatutos a universidade lha dara"<sup>(60)</sup>.

A morte de Manuel de Carvalho veio impedir a efectivação deste contrato: os Estatutos virão a ser impressos por Tomé de Carvalho, em 1654. Por falecimento de Diogo Gomes de Loureiro comprara este "toda a imprensa cazas e fabrica que ficaram do dito diogo gomes", tendo feito petição à Universidade, "dizendo que tinha gasto tudo da sua fazenda em comprar a dita imprensa" e solicitando o quisessem aceitar no lugar de impressor, com os seis mil réis do estatuto e igual montante de aposentadoria. Os deputados tomaram em consideração este investimento e a circunstância de Tomé de Carvalho ser pessoa capaz para governar e administrar a tipografia "e acodir a tudo o que a universidade lemes e estudantes" quisessem imprimir. O clausulado do contrato, efectuado em 10 de Junho de 1651, é, em grande parte, do teor dos antecedentes; contudo, estipula que o impressor deverá ter apenas dois prelos disponíveis; reitera a condição de permanência na cidade para poder beneficiar da ajuda para as instalações; e, "no tocante aos presos que ha de levar de enprimir" determina que "se fara hum asiento em que se declare[m] para que esteja nas impressões assinado pello senhor Reitor". Abandonava-se, deste modo, a fórmula anterior (que eles seriam acordados em consonância com os usualmente praticados), a favor de uma fixação prévia, sem dúvida por acordo entre os outorgantes, mas com a chancela do Reitor; mantinha-se a cláusula de que em caso de discrepância "ou agravo de partes", a questão seria dirimida na Mesa da Fazenda<sup>(61)</sup>.

32 É ainda Tomé de Carvalho que, na qualidade de procurador de sua filha Maria Coutinha, viúva de Manuel de Carvalho, celebra novo contrato, em 5

<sup>(60)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Artes e ofícios em documentos da Universidade, I, século XVII*, p. 231-234.

<sup>(61)</sup>. *Ibidem*, p. 229-231.

de Novembro de 1652, pelo qual a Universidade concede a esta que continue com as funções e o privilégio que fora de seu marido. Maria Coutinha terá prolongado a sua actividade até 1677<sup>(62)</sup>. Este facto não impediu a Universidade de contratar um outro impressor, Manuel Dias, por escritura de 7 de Dezembro de 1652. O motivo aduzido em assento da Mesa da Fazenda, para cooptar este terceiro impressor foi o "milhor cerviso da universidade e milhor despedição das inprenois", e por entenderem os senhores do Conselho "que asim era mais conveniensiã e oticidade da dita universidade e dos estudantes della para melhor expedisaõ das concluzois, livros e mais papeis que se ouverem de emprimir"; terá pesado ainda nesta decisão o facto de "estarem enformados que o dito Manuel dias tinha cõprado huã enpresão de bons caratheres e toda a mais fabrica necesaria"; concediam-lhe as mesmas regalias — ordenado e aposentadoria — mas as cláusulas que definem os deveres do impressor, não se afastando muito do que normalmente se estipulava, são formuladas em termos que indicam maior rigor: se, por falta de apetrechos — "carateres e letras estanpas e mais fabrica necessaria" — ou de pessoal, algum estudante ou pessoa da Universidade recebesse algum dano ou perda, ele seria obrigado a ressarcir-lo por mandado da Mesa da Fazenda; e também pelo Reitor e deputados da Mesa poderia "ser excluido todas as vezes que virem que asim convem a [...] universidade"; os preços seriam os costumados ou aqueles que na mesma Mesa, ou em qualquer outro Conselho da Universidade fossem taxados, não os podendo o impressor exceder sob pena de vinte cruzados. Uma derradeira cláusula impunha-lhe que obtivesse confirmação régia do contrato que agora celebrava.

Não tomámos conhecimento de contratos efectuados posteriormente: mas há informações e notícias de outros impressores privilegiados. Rodrigo de Carvalho Coutinho, terá exercido a actividade de impressor por um breve período (1672-1675<sup>(63)</sup>). José Ferreira, que nos aparece em 1681 a arrendar à Universidade os terrádegos de Poiães, por 130.000 réis ainda só com a designação de "livreiro enpresor"<sup>(64)</sup>, intitula-se já, dois anos depois,

(62). Joaquim Martins de Carvalho — *Apostamentos para a história contemporânea*, p. 299.

(63). *Ibidem*, p. 300.

(64). M. Lopes de Almeida — *Artes e officios em documentos da Universidade*, I, século XVII, p. 284.

em 7 de Dezembro de 1683, ao prestar fiança a um partidista boticário, como "mercador de livros e Impressor da Universidade, morador na Rua das Fangas della"<sup>(65)</sup>. Em 1703, junta a esta qualidade de impressor da Universidade a de "cidadão desta cidade", indicando o prestígio social de que goza, em escritura na qual intervém como fiador de um contrato de recovagem<sup>(66)</sup>, designação que se repete numa outra em que afiança um partidista de Medicina, em 26 de Novembro de 1704<sup>(67)</sup>. Em 28 de Maio desse mesmo ano, o agente da Mesa da Fazenda despendera com este "empresor desta Universidade" dois mil réis, preço de cinco mãos de papel imperial "para se trasladarem os privilegios do Convento de Santa Crus"<sup>(68)</sup>.

António Simões, que Martins de Carvalho diz ter exercido a arte entre 1697 e 1717<sup>(69)</sup>, aparece-nos, em 1701 e 1702, apenas como "mercador de livros e empresor"<sup>(70)</sup>, mas, em 9 de Junho de 1708, encontramos-lo como fiador de uma escritura de empréstimo de 300.000 réis pedidos pelo graciano Fr. Francisco Vieira para custear a impressão de um livro, executada na sua oficina: nessa altura, é designado como "mercador de livros e empresor desta mesma universidade", sendo também como "mercador de livros e outro sim empresor desta univercidade" que figura como fiador num contrato de 11 de Março de 1711<sup>(71)</sup>.

Também de 1708 (5 de Março) é a referência a José Antunes da Silva que teve oficina entre 1704 e 1735<sup>(72)</sup>, fiador aos juro de 17.000 cruzados que o Doutor Paulo de Carvalho, pediu emprestados à Universidade: na escritura, celebrada naquela data, denomina-se "jmpresor

---

<sup>(65)</sup>. *Ibidem*, p. 292.

<sup>(66)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Artes e ofícios em documentos da Universidade, II, século XVIII (1721-1725)*. Coimbra, 1971, p. 41.

<sup>(67)</sup>. *Ibidem*, p. 81

<sup>(68)</sup>. *Ibidem*, p. 72.

<sup>(69)</sup>. Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos aos "Apontamentos para a história contemporânea"*, p. 31.

<sup>(70)</sup>. Em escrituras nas quais dá fiança a partidistas de Medicina (M. Lopes de Almeida — *Artes e ofícios em documentos da Universidade, II, século XVIII (1721-1725)*, p. 9 e p. 28

<sup>(71)</sup>. *Ibidem*, p. 130 e p. 193.

<sup>(72)</sup>. Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos aos "Apontamentos para a história contemporânea"*, p. 32.

desta universidade" designação que se repete, na outorga que sua mulher faz, no dia seguinte<sup>(73)</sup>.

Já de António Simões Ferreira, que diversas vezes aparece como interveniente em escrituras celebradas no cartório universitário, não consta em nenhuma delas a qualidade de impressor da Universidade, embora apareça como livreiro e impressor, sendo certo, contudo, que a última referência se reporta a 14 de Junho de 1740 e que, segundo Martins de Carvalho, ele obtivera o privilégio apenas em 1739. No entanto, quando, em 7 de Janeiro de 1749, a *Gazeta de Lisboa* noticia o grande incêndio que lavrara, em 16 de Dezembro do ano anterior, na sua tipografia, livraria e casa de habitação (vitimando uma pessoa e causando um prejuízo calculado em 20.000 cruzados), chama-o de "impressor da Universidade de Coimbra". Após o seu falecimento, em 1751, sucedeu-lhe o seu filho e homónimo que manteve a imprensa até 1761<sup>(74)</sup>. Entre 1731 e 1765 terá ainda existido a tipografia de Francisco de Oliveira que gozou igualmente do privilégio de impressor da Universidade e do Santo Ofício<sup>(75)</sup>.

O que importa salientar, como remate desta resenha de notícias sobre os impressores privilegiados, é que a Universidade garantiu sempre, de forma contínua, no período que considerámos, a prestação de um serviço de tipografia necessário á impressão de obras dos professores, de conclusões dos estudantes ou de outros papéis<sup>(76)</sup>. Não se limitava a iniciativas pontuais mas criava um vínculo permanente, de carácter vitalício, acumulando, a partir de 1591, as cláusulas contratuais, positivamente estipuladas, com a qualidade de oficiais (com direito a receber pela folha), conferida aos impressores, estatutariamente formalizada naquele ano, e que terá constituído, mesmo

---

<sup>(73)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Artes e ofícios em documentos da Universidade, II, século XVIII (1721-1725)*, pp. 119-121.

<sup>(74)</sup>. Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos aos "Apontamentos para a história contemporânea"*, p. 38.

<sup>(75)</sup>. Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos para a história contemporânea*, pp. 314-315.

<sup>(76)</sup>. Como exemplo, podemos citar a decisão da Mesa da Fazenda, em 1709, de mandar imprimir "huma duzia de folhas com a forma do juramento e protestaço da fee", necessárias para cerimónia anual de início do ano lectivo (A.U.C. — *Acórdãos da Mesa da Fazenda*, liv. 6-1º, fl. 82).

no período posterior para o qual não conhecemos a celebração de contratos, a base da concessão do privilégio. A proximidade das oficinas — situadas na sua totalidade no eixo formado pela Ruas das Fangas e a de Quebra Costas — tornava cómodo o recurso a elas e o acompanhamento do proceso de composição e impressão. Pelo menos durante várias décadas — não sabemos ao certo até quando terão durado os materiais de que D. João III lhe fizera mercê e os que depois recebeu do Colégio das Artes — dispôs ela própria de prelos, matrizes, letras, guarnições. Não será tão relevante, contudo, esta posse de materiais — se tivermos em conta que os progressos no apetrechamento das imprensas dariam satisfação a todas as exigências de elaboração tipográfica das obras, o que, eventualmente não aconteceria no período inicial<sup>(77)</sup> — quanto a iniciativa de assegurar, em condições de prioridade e qualidade, o serviço de impressão, numa concepção que poderia considerar-se actual, privilegiando a definição de políticas e o fomento da edição e não tanto a capacidade material de execução. Nesta linha de ideias, há uma outra faceta da acção da Universidade que se torna imperioso analisar e que é o seu papel de patrocinadora da publicação de obras dos seus mestres; sem esquecer a sua quota parte no processo de edição, de que o corrector da imprensa era a peça fundamental.

5. Desde muito cedo é possível rastrear a figura do corrector da imprensa e dar conta da finalidade da instituição deste cargo: Em 18 de Dezembro de 1554, D. João III, ao nomear para ele ao licenciado Fernão de Oliveira, diz fazê-lo na sequência de uma provisão que passara em 1549, pela qual determinara "que na dita universidade ouvese hum

<sup>(77)</sup>. É evidente que a exigência fundamental, em termos de apetrechamento, se prendia com os caracteres necessários à publicação de obras científicas que tinham especificidades próprias (por exemplo o uso de caracteres gregos ou hebraicos), sem descuidar a qualidade e dignidade gráfica. Ao falar das incumbências do corrector da impressão, os *Estatutos* de 1597 determinam que ele "com particular cuidado visitará a Impressão: & procurará que aja nella bõs caracteres, & porá em bom recado os da Universidade" (*Estatutos*, 1597, liv. II, tít. LI, pp. 132-133). Este excerto revela dois aspectos elevantes para o nosso intento: por um lado, assinala a existência de uma certa jurisdição da Universidade sobre as imprensas (a visita é, de facto, uma inspecção); por outro, denota a situação de a Universidade possuir caracteres próprios de que era preciso cuidar.

correitor da inpresam della que tevesse cargo de ver, emmendar & prover toda a escritura que se ouvesse de imprimir na dita inpresam de maneira que se imprimisse & acabasse com toda a perfeição que deve ser"<sup>(78)</sup>. O cargo seria provido pelo Reitor, deputados e conselheiros, pelo tempo de três anos que começariam no primeiro de Janeiro de 1550, com ordenado doze mil réis, pago pelo recebedor das rendas da Universidade "aas terças segundo ordenança della". Não há notícia de que este primeiro provimento tenha sido feito nos moldes em que fora ordenado: o alvará que nomeia Fernão de Oliveira apenas menciona que se haviam passado já os três anos depois daquela primeira determinação, sem qualquer outra referência<sup>(79)</sup>.

A Fernão de Oliveira, entretanto preso pela Inquisição de Lisboa, seguiram-se Cristóvão Nunes que havia sido "lemte do collegio das artes" (26 de Outubro de 1555<sup>(80)</sup>) e Sebastião Stochamer (3 de Março de 1557) — Fernão de Oliveira continuava no cárcere da Inquisição e Cristóvão Nunes fora agraciado com outra benesse — "cavaleyro fidalguo da minha casa", diz o alvará que o nomeia "e estudãte na dita Universidade", este de novo com vinte mil réis de ordenado<sup>(81)</sup>, e com uma mercê pessoal de mais dez mil réis enquanto servisse o cargo<sup>(82)</sup>. O registo do auto de posse revela que ele a tomou "per papeis da dita impressão que tomou em sua mão & os emmendou e corregeo e per outros autos per que se aquire pose"<sup>(83)</sup>. Tratava-se efectivamente de um cargo de responsabilidade a que os senhores do Conselho da Universidade atribuíam o devido valor: no momento em que Fernão de Oliveira — que era licenciado e clérigo de missa — lhes apresenta o

---

(78). *Documentos de D. João III*, vol. IV, doc. DCCVI, pp. 228-229.

(79). As condições de remuneração de Fernão de Oliveira eram especiais: receberia 20.000 réis por ano, sendo-lhe contado o primeiro ano desde Outubro de 1554 até ao final de Janeiro de 1555 "posto que não servisse nem sirva atee o dito tempo" (*ibidem*).

(80). *Ibidem*, vol. IV, doc. DCCXXXII, p. 267.

(81). *Ibidem*, vol. IV, doc. DCCLXVIII, p. 318.

(82). *Ibidem*, vol. IV, doc. DCCLXIX, p. 320.

(83). *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, vol. II, 3ª parte, p. 270. Os termos do registo de posse de Cristóvão Nunes são ligeiramente diferentes: "tomando as letras & papeis & por outros actos per que se aquire posse" (*ibidem*, pp. 57-58).

documento que o nomeia, eles decidem "que o doutor frei martinho de ledesma e o doutor Manuel da Costa examinem o dito L<sup>do</sup> fernão doliveira & achando que he suficiente pera o dito carrego que he de tanta inportancia am por bem que elle o sirva & aceitam a dita provisãõ de S.A. asi como nella se cõtem & mandam a mim escrivão que a registre & o meta na folha ordinaria dos pagamentos dos lentes e officiaes da universidade, & não se achando suficiente, em tal caso diserão que queriam responder ao dito Sõr pera se prover pessoa suficiente do dito carrego de correitor"<sup>(84)</sup>. Não se repetiu esta exigência nas duas nomeações seguintes que atrás referimos, mas Cristóvão Nunes trazia consigo o aval de ter sido professor de latinidade<sup>(85)</sup> e Sebastião Stochamer deveria ser bem conhecido pela sua já longa carreira de estudante, durante a qual interviera em diversas votações<sup>(86)</sup>.

Este cuidado e a alta estima em que era cotado o cargo de corrector da imprensa vêm mais uma vez exarados nos *Estatutos* de 1597 (e referem-se estes por serem os de mais longa vigência): "pera que os livros, & mais cousas, que se ouverem de estampar nesta Universidade, saião emmendadas, como he rezão: averá hum Corrector eleito em Conselho de Deputados, e Conselheiros: o qual será muito bom Latino, & Grego, e terá noticia das sciencias , & com particular cuidado visitará a Impressão [...] e emmendará tudo o que se imprimir: de modo que se não vá cõ a impressão por diante sem sua emmenda: e pera tudo isto terá jurisdição nos impressores, pondo, & executando as penas, que bem

---

<sup>(84)</sup>. *Ibidem*, vol. II, 3ª parte, pp. 114-115.

<sup>(85)</sup>. Aparece, com efeito em alguns registos, um deles de um conselho de multas, onde lhe é descontado meio dia; num outro assento, de 30 de Setembro de 1546, reunindo com o Reitor e os outros lentes de latinidade ("mestre fabricio & cristovã dabreu") aparece-nos a decidir das matérias a ministrar no ano lectivo que se ia iniciar: ele próprio leria "terentio na comedia heiapliõtoni ou formio & o quinto livro das epistolas familiares de tulio, [...] & o 5º livro de antº de nebrisa. & a sintaxi de herasmo (*ibidem*, vol. I, p. 238 e p. 295).

<sup>(86)</sup>. Sebastião Stochamer aparece a votar num concurso para Instituta, em 16 de Dezembro de 1549, e em outros concursos, em 20 de Fevereiro de 1550, 15 de Fevereiro de 1554, 5 de Junho de 1557 e 16 de Novembro de 1557, o que atesta que, quando foi nomeado para o cargo, era já um estudante em fase adiantada (*Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, vol. II, 1ª parte, 1951, p. 180 e p. 196; vol. II, 2ª parte, 1955, p. 188; vol. II, 3ª parte, 1969, p. 255, vol III, 1976, p. 74).



lhe parecer”<sup>(87)</sup>. Anexa, por estes mesmos Estatutos, ao cargo de guarda da livraria, foi esta função depois separada, diz uma nota marginal da edição de 1654, “per regium diploma”<sup>(88)</sup>.

Importava referir esta participação da Universidade no processo de publicação, — numa fase dele em que a competência e o rigor são de capital importância — neste caso assumindo a sua especificidade de instância capaz de julgar o mérito literário e científico dos textos e trabalhos que se pretendiam levar ao conhecimento geral, embora se possa, com razão, afirmar que o momento crítico do exercício de tal especificidade seria o da decisão de verter esses textos em letra de forma: dependendo em larga medida dos seus próprios autores, não pode deixar de considerar-se que o apoio financeiro que, em determinados casos, foi concedido pela Universidade para que a edição se tornasse viável é um claro sintoma do seu interesse pelo trabalho dos professores que a serviam, ao mesmo tempo que sinal da avaliação positiva que dele fazia e da utilidade da sua difusão, sem esquecer a dimensão mais genérica de intervenção cultural.

A consciência do papel que assim desempenhava vem expressa nos termos das decisões tomadas em 1591 a respeito da impressão das obras do doutor Pedro Barbosa<sup>(89)</sup>, lente de Prima de Leis jubilado, e de Fr. Luís

---

<sup>(87)</sup>. *Estatutos* (1597), liv. II, tít. LI, pp. 132-133. Já atrás referimos que a jurisdição do corrector se exercia também na inspecção dos caracteres da imprensa e na conservação “a bom recado” dos caracteres próprios da Universidade.

<sup>(88)</sup>. Não foi possível localizar esse diploma e, por conseguinte, datar a separação dos dois cargos. Terá, sem dúvida, sido posterior a 1625, uma vez que em 7 de Maio desse ano, o monarca, revogando uma ordem anterior que mandava não prover tais cargos até resolução em contrário, determinava que eles se proovessem conforme aos Estatutos, “acrescentando que antes de se dar posse ao novo provido, dará hum fiador e principal pagador da quantia de dous mil cruzados, a satisfazer por elle tudo o que faltar do Cartoreo e livraria, de que a Mesa da fazenda dessa universidade se contente, e com as clausulas que ela ordenar” (M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, p. 32).

<sup>(89)</sup>. Pedro Barbosa, conhecido por o *insigne*, foi mestre conceituado na Universidade (“pois foi hum lente tão insigne nesta faculdade de leis e que tanto a alumiou e aclarou com a sua doutrina e erudição”, lê-se no assento do Claustro celebrado em 30 de Outubro de 1593): fez uma rápida carreira universitária (percorrendo as cátedras desde Instituta até Prima entre 1557 e 1564), seguindo posteriormente a carreira da magistratura (jubilou em Prima em 1577, quando já era desembargador do Paço). Saíram a público várias obras suas

de Sotomaior<sup>(90)</sup>: no Conselho em que se decide escrever ao monarca pedindo-lhe que autorize a Universidade a suportar "o gasto da impressão de certas obras que o doutor Pedro Barbosa tem para imprimir ha muitos anos", declara-se que "pareceo assi não somente pellas muitas e grandes obrigações que esta Universidade tem ao dito doutor per muitas vias, mas tambem pello muito que importa a honra e autoridade da universidade e utilidade dos lentes della imprimirem se os ditos livros por se entender são utilissimos [...]". As mesmas razões eram válidas para o caso de Fr. Luís de Sotomaior<sup>(91)</sup>. A resolução foi levada por diante e, em 30 de Outubro de 1593, lia-se em Claustro a resposta: ao rei parecia que "pela importancia que sera a serviço de Deus e meu, e ao bem universal e particular deste Reino impressem-se as obras de frei luis de Souto maior e não aver nisso dilação" deveria a Universidade expeditamente pôr em prática o desejo que tinha e a resolução que tomara; o Conselho, por sua vez, deliberava entregar imediatamente a Frei Luís "todo o dinheiro que fosse necessario para alimpar suas obras que podiã ser cinquenta ou sessenta mil rs pouco mais ou menos segundo o dito frei luis o tem significado ao sōr Reitor"; quanto à impressão, "porque nisto ha alguas particularidades que se hã de tratar", seria planificada com o autor e os impressores e seria dada toda a ajuda necessária para ela, "porquanto importa impressemse [as ditas obras] assi pello bem publico de todo o Reino e christandade como pello particular desta universidade, honra e autoridade della". É porque a resposta régia não mencionava o caso do doutor Pedro Barbosa, reiterava o Claustro a decisão de escrever ao monarca pedindo-lhe que de imediato autorizasse a entrega

---

(algumas póstumas), a primeira das quais, os *Commentaria ad interpretationem Tit ff. de Soluta Matrimonio quemadmodum dos petatur*, em 1595 (Matriti, apud Ludovicum Sanchez) (Francisco Leitão Ferreira — *Alphabeto dos lentes da insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1937, p. 140; Diogo Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra: Atlântida Editora, vol. III, 1966, pp. 560-562).

<sup>(90)</sup>. Dominicano, Fr. Luís de Sotomaior foi lente de Escritura (de 1566 a 1589, ano em que jubilou). Foi privado da cadeira por decreto de 26 de Setembro de 1580 "por ter seguido as partes do Sr. D. Antonio", tendo sido depois reintegrado e exercido, algumas vezes, o cargo de Vice-Reitor (Francisco Leitão Ferreira — *Alphabeto dos lentes*, p. 44).

<sup>(91)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, p. 11.

de dinheiro ao lente jubilado de Leis “para acabar de alimpar suas obras”, e também a de lhe dar “toda a ajuda que fosse necessario para a dita impressão”. Ponderavam que “não era bem que as ditas obras ficassem sem se imprimirem” mais uma vez colocando em evidência o “bem comum de todos” e a “honra e autoridade” da Universidade<sup>(92)</sup>.

A documentação que chegou até nós permite-nos seguir mais de perto o caso de Fr. Luís de Sotomaior. Logo em 9 de Novembro de 1593 se decidiu entregarem-se-lhe cinquenta mil réis para a tarefa de preparar as obras para impressão “por quanto Sua Magestade manda que com muita brevidade e pressa elle imprima pella muita necessidade que ha dellas”<sup>(93)</sup>. O trabalho terá sido moroso, uma vez que em 7 de Abril de 1596 lhe eram entregues, com o mesmo fim, vinte mil réis “alem do que ja se lhe tem dado”. Depois foi a celebração de três escrituras de fiança, feitas pelos então reitores do Colégio de S. Tomás com apresentação de fiadores leigos e com autorização do provincial, obrigando os bens e rendas do referido colégio ao empréstimo de um total de três mil cruzados necessários para a impressão das diversas obras de Fr. Luís (600.000 réis em 23 de Dezembro de 1598; 200.000 réis em 15 de Setembro de 1599; 400.000 réis em 8 de Maio de 1600<sup>(94)</sup>).

Há alguns aspectos deste processo em que importa atentar. Em todo ele é constante a intervenção régia, o que poderia fazer supor que a Universidade age assim apenas por ordem superior. Não é esse, porém o caso: numa primeira carta, o monarca apenas verifica que “essa universidade [...] lhe tem oferecido o necessario para esta obra”, agradecendo “o que nisto tendes assentado” e recomendando que “de vossa parte façaes para para bom e breve effeito desta impressão tudo o que de vos espero e que me aviseis logo do que tendes resolvido dar para ajuda della e em que forma o tendes tratado com frei luis para eu o saber e vos responder como me parecer que convem”; é invocando as deliberações da Mesa da Fazenda — e os assentos que sobre o assunto

---

<sup>(92)</sup>. *Ibidem*, pp. 13-14.

<sup>(93)</sup>. *Ibidem*, pp. 14-15.

<sup>(94)</sup>. *Ibidem*, p. 21-24; p. 24-27; M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, p. 5-6.

tomara — que o reitor do Colégio de S. Tomás solicita que lhe seja feito o empréstimo de dois mil cruzados, depois de ter obtido a anuência da Mesa da Consciência e Ordens, por onde corriam os negócios da Universidade; em provisões posteriores, o monarca afirma fazer mercê (a Fr. Luís) de dar licença à Universidade para o abonar com o dinheiro necessário. Em síntese: a Universidade disponibiliza o apoio; o interessado terá de obter a necessária licença do rei ao qual, como protector, está reservado estatutariamente permitir fazerem-se despesas extraordinárias que ultrapassem duzentos cruzados<sup>(95)</sup>; a formalização faz-se por escrituras de segurança que garantam que as verbas entregues — que, numa primeira análise, assumem o carácter de adiantamentos reembolsáveis — retornarão à Universidade depois de cumprirem a finalidade para que foram disponibilizadas.

Assim se entende que para além de rendas e bens de raiz que garantem o capital emprestado, as escrituras incluam igualmente como penhor os livros que se houverem de imprimir: em Dezembro de 1598, por exemplo, "as rendas, bens, tenças do dito colegio [...] de S. Tomás e alem disso todos os corpos dos livros que lhe fizerem da obra dos cantiquos que agora se emprimem em lisboa"<sup>(96)</sup>; e em 8 de Maio de 1600, "os velumes todos da dita empressão" (agora reportando-se a outras obras de Fr. Luís). Esperava-se que a comercialização das obras impressas — em cuja rentabilidade se acreditava — viesse possibilitar o encaixe das importâncias dispendidas: assim o insinua a escritura celebrada em 15 de Setembro de 1599 — de um reforço necessário à conclusão da edição do comentário aos Cânticos cuja "empresão sobrestava por não ter dinheiro" — quando estipula como prazo de reembolso "hum ano e meio primeiros seguintes e primeiro se primeiro se fizer dinheiro da empresa dos ditos livros".

<sup>(95)</sup>. *Estatutos* (1597), liv. II, tít. I, § 11. Entre outras coisas, deveriam ir imediatamente à presença do rei quando estivesse "fora do [...] Reino de Portugal" as "despesas grossas que passarem de duzentos cruzados".

<sup>(96)</sup>. Trata-se da obra *Cantici Cantorum Salomonis interpretatio* autore F. Lodovico Soto Maior Ord[inis] Praedicat[orum] S[acrae] Theol[ogiae] Magistro, Et Divinarum Litterarum Conimbricae Professore. Ulyssipone apud Petrum Crasbeeck, 1599, um volumoso comentário bíblico de que existe um exemplar na Biblioteca Geral da Universidade.

Seria já interessante este apoio materializado em adiantamento reembolsável; mas o processo da edição das obras de Fr. Luís de Sotomaior conheceu outros desenvolvimentos: de 19 de Julho de 1608 é a provisão régia que lhe concede uma remissão da dívida no montante de mil cruzados. Os termos da provisão são elucidativos: "ei por bem por lhe fazer merce visto vosa imformação de vos dar licença pera que lhe quiteis mil cruzados dos tres que essa universidade lhe tem emprestado do dinheiro de suas remdas"<sup>(97)</sup>. Algum tempo depois, já após o falecimento de Fr. Luís, nova provisão redigida em termos semelhantes, permite que a universidade lhe quite mais setecentos mil réis<sup>(98)</sup>; ou seja, do montante global de 1.200.000 réis, Fr. Luís de Sotomaior apenas pagou 100.000 réis, que mandou entregar directamente ao Reitor da Universidade, D. Francisco de Castro, em 13 de Novembro de 1608, na sequência da reformação de D. Francisco de Bragança<sup>(99)</sup>.

Não foi porém incondicional a segunda provisão de remissão de dívida: impunha-se por ela à ordem dominicana em Portugal a obrigação de acabar a edição das obras daquele que fora um seu membro ilustre ("cõ declaração que a sua religiam neste Reino se obrigara acabar as ditas obras & a continuar com todas as mais que tiver por inpremir o dito frei luis & acabar a impressão dellas de todo"). No contrato que, na sequência desta provisão, a Universidade fez com o Reitor do Colégio de S. Tomás, regulamentou-se a execução desta cláusula: dentro de um ano deveriam ser dadas à estampa "as obras do dito padre mestre frei luis sobre as epistollas ad timoteum et ad titum & adições sobre os cantares"; obrigava-se a província dominicana a colocar no seu colégio de Coimbra "hum padre de muitas letras & erudição que fasa por em ordem & alimpar em modo que se possam inprimir as mais obras que ficarão em limpo do dito padre mestre frei luis sendo a primeira de cena et calice & e sucessiva mente o Evangelho de são lucas & os salmos & as mais obras que tiver de que a universidade tem noticia e nellas metão hum tratado que fes

---

<sup>(97)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, pp. 28-29.

<sup>(98)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, p. 32.

<sup>(99)</sup>. *Ibidem*. p. 36.

de modo legendi Augustino & que tudo isto darão feito & posto em impressão dentro de quatro annos". A efectiva concessão de quitação da dívida ficava adiada até cumprimento deste clausulado<sup>(100)</sup> que foi aceite com a ressalva de que, se algumas das obras mencionadas "de sua natureza e com toda a industria humana" não pudessem por-se em termos de serem impressas, ficaria "a dita provincia desobrigada mostrando & dando satisfação a dita universidade da dita impossibilidade". Na quitação final, passada a 4 de Maio de 1611 ao colégio e aos seus fiadores, ficou exarado que "a universidade assim no que toca ao dinheiro como nas obrigações das impresões a que o dito reitor se obrigou se deu por satisfeita e o esta inteiramente na verdade & tem em tudo cumprido cõforme ao que sua magestade manda nas ditas proviões de quita em conformidade do dito contrato"<sup>(101)</sup>. Concluía-se deste modo um conjunto de procedimentos que, tendo começado por uma iniciativa do Conselho universitário, se desenrolara ao longo de vários anos e se consubstanciara num efectivo financiamento a fundo perdido (na sua quase totalidade) à edição das obras de um mestre insigne<sup>(102)</sup>.

Se bem que o mais documentado, não foi este exemplo o único que nos ficou de uma efectiva actividade editorial — assim a poderíamos qualificar — da Universidade. Já atrás ficou citado o do doutor Pedro Barbosa; e temos notícias de outros. Pela mesma altura em que decorria o processo de Fr. Luís de Sotomaior, recebe a Universidade provisão régia (de 20 de Julho de 1602), autorizando-a a fazer empréstimo de 600.000 réis a Ana da Rocha de Araújo, viúva do doutor Francisco de Caldas Pereira, "para a impressão das obras que ficarão do ditto doutor seu marido", os quais deveriam ser devolvidos no prazo

---

<sup>(100)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, pp. 31-35.

<sup>(101)</sup>. *Ibidem*, pp. 36-39.

<sup>(102)</sup>. A publicação das obras de Fr. Luís de Sotomaior fora encorajada pelo próprio papa Clemente VIII, em breve dirigido ao professor de Coimbra. Barbosa Machado refere que foram impressas a *Cantici Cantorum Salomonis interpretatio*, já referida (cita uma edição de 1619 de Pedro Crasbeeck), as *Ad Canticorum notae posteriores et breviores* (Parisiis apud Michaellem Somnium, 1621), o *Commentarius in priorem, ac posteriorem Pauli Apostoli Epistolam ad Thimotium, & item in Epistolam eiusdem Apostoli ad Titum* (ibi per eundem Typog., 1610). Os *Commentaria in librum Job, partem libri psalmodum, Evangelium Lucae, et Joannis* — como vimos algumas destas obras vêm mencionadas nas condições para a quitação — terão ficado manuscritas ( Diogo Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, p. 141-144)

de três anos<sup>(103)</sup>. Na sequência, o filho, Gabriel Pereira de Castro, que era colegial de S. Paulo, na qualidade de procurador, celebra com a Universidade uma escritura de contrato e fiança, em 28 de Janeiro de 1603, pela qual obriga os bens de sua mãe e se constitui ele próprio como fiador ao pagamento da referida importância; por fiador e abonador ficou igualmente Diogo Gomes de Loureiro, que se obrigou, na sua qualidade de impressor, e em caso de insolvência, "a satisfazer à universidade a dita comtia inteiramente entregandolhe para isso os corpos de todos os livros que inpremir das obras para que se empresta o dito dinheiro asim os que estiverem por vender como o dinheiro dos vendidos"<sup>(104)</sup>. A obrigação assumida pelo impressor, neste primeiro contrato, de não entregar nem os livros nem o dinheiro da sua venda aos devedores sem que a Universidade estivesse satisfeita do seu crédito vem, afinal, a ser revogada por nova escritura de 13 de Novembro de 1604: é que os senhores da Mesa da Fazenda haviam decidido "que os livros que [...] dioguo gomez tinha feito da primeira impresão de potestate nominandi que he a terceira parte se entregasse a elle dito gabriel pereira de castro para della uzar como lhe parecesse & para efeito de poder fazer a segunda impresão"; facilitava-se, deste modo, através do produto da venda da terceira parte da obra e pela prorrogação do empréstimo, a edição da quarta parte ("de intentione enfiteuse") que Diogo Gomes já estava imprimindo, mantendo-se as seguranças e obrigações consignadas no primeiro contrato<sup>(105)</sup>.

O mesmo estilo — empréstimo para subvencionar a edição com garantia que inclui, para além de outros bens, os livros impressos — é praticado com o cirurgião-mor doutor Ambrósio Nunes que recebe um total de 200.000 réis, entre 1601 e 1605. Por sua vez, a Fr. Egidio da Apresentação, lente de Véspera de Teologia, são concedidos, em 1607, 400.000 réis para dar á estampa "as suas leituras"<sup>(106)</sup>; os seus confrades do Colégio da Graça assumem, nessa altura, a obrigação da restituição, empenhando, como parte da hipoteca, "a livraria que o dito padre mestre frei Egidio fas & todos os livros della" e

---

(103). M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, pp. 31-35.

(104). *Ibidem*, pp. 12-15.

(105). *Ibidem*, pp. 19-20.

(106). Trata-se, evidentemente, dos textos que ele elaborara e ditara aos seus alunos na sua qualidade de lente.

apresentando fiador leigo, Diogo Pereira de Sampaio, fidalgo da Casa de Sua Magestade<sup>(107)</sup>; de metade da importância emprestada, é-lhe concedida quita por provisão de 11 de Novembro de 1611, ficando a "outra metade em empréstimo para o segundo volume que o dito frei Egidio quer imprimir"<sup>(108)</sup>; dessa outra obteve também remissão em 1616, tendo-lhe sido dada plena quitação a si e a seus fiadores e abonadores, em 29 de Outubro desse ano, pelo Reitor e deputados da Universidade "vistas as provisões de sua magestade per que lhes deu licença e facultade pera lhe serem quites os ditos mil cruzados"<sup>(109)</sup>. Fr. Egidio virá ainda a solicitar novo empréstimo, em 1621, para imprimir um livro que compusera sobre a Imaculada Conceição: o monarca consulta a Universidade "antes de mandar diffirir a ajuda de custo que o Doutor frey Egido da Apresentação pretende" e concede licença para se lhe emprestarem cem mil réis<sup>(110)</sup>.

Não dispomos, infelizmente, de uma série suficiente de testemunhos que nos permitam estender a todo o lapso cronológico de que nos ocupamos este tipo de actuação da Universidade de que são beneficiários fundamentalmente os seus professores: os que deixamos referidos, porém, dão conta do espírito que presidia à concessão destes apoios e poderiam sempre ser invocados como precedentes. Mesmo assim, algumas notícias fazem-nos ver que, em outros momentos se voltou a esta prática: Fr. Francisco Vieira, ao tempo lente de Gabriel na faculdade de Teologia, obtém, em 1708, uma ajuda de 300.000 réis para auxílio de acabar a impressão de um livro que compusera<sup>(111)</sup>, dando como um dos fiadores o próprio impressor que lhe editava a obra; em 1728, é o síndico da Universidade que solicita à Mesa

<sup>(107)</sup>. *Ibidem*, pp. 24-26.

<sup>(108)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, p. 30.

<sup>(109)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1600-1649)*, pp. 40-41.

<sup>(110)</sup>. M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, p. 30-31.

<sup>(111)</sup>. Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, p. 627. Tratar-se-á, com toda a probabilidade, da *Voz Evangelica que [...] se divulga em quarenta sermoens panegyricos festivos, como tambem funebres, e quaresmaes*, impressa por António Simões, impressor da Universidade, em 1708 (Diogo Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, p. 284). O contrato de empréstimo, a juro de 5%, vem transcrito em M. Lopes de Almeida — *Artes e*



da Fazenda que “fose notificado o Reverendo padre reitor do Collegio de Tomar para dar contas do dinheiro que a Universidade entregou ao Reverendo frei Martinho [Pereira] e seu collegio pera impresam da obra que o dito Relligiozo compos [...] pera satisfazer o restante delle”<sup>(112)</sup>; e em 1731, D. João V concede a Fr. José Caetano, monge jerónimo e lente de Escritura Pequena, uma ajuda de custo de 80.000 réis, pagos das rendas da Universidade, por cada volume da obra de que já imprimira um e tinha outros dois prontos: invocava o monarca, para esta concessão, o que já “se practicara com o M.<sup>e</sup> Fr. Martinho Pereira”; referia que a resolução fora precedida de “informação e parecer vosso” — a carta é dirigida ao Reitor Figueiroa — “e sendo ouvida a Meza da Fazenda da Universidade e Sindico della”; e, impressos os três primeiros tomos, continuou com o mesmo subsídio aos seguintes, perfazendo um total de seis<sup>(113)</sup> e um montante de 480.000 réis.

6. A partir de 1710, passou a existir em Coimbra a imprensa do Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus<sup>(114)</sup> (é esta a designação que a identifica nas obras aí impressas<sup>(115)</sup>). Tal como o Colégio, a imprensa estava sob a alçada dos jesuítas. Tratava-se de uma oficina bem apetrechada e com um movimento apreciável<sup>(116)</sup>: disporia de três prelos — pois nela laboravam,

---

ofícios em documentos da Universidade, II, pp. 128-132. Por ele, o então professor empenha o seu ordenado e quinhentos volumes da obra que está a imprimir.

<sup>(112)</sup> Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, p. 627. Fr. Martinho Pereira, religioso da Ordem de Cristo foi lente de Teologia, a partir de 1682, tendo atingido a cátedra de Prima em 1708 (Francisco Leitão Ferreira — *Alphabeto dos lentes*, p. 49-50). A obra que imprimiu e de que abaixo se fará mais expressa menção, foi um comentário às Sentenças de Pedro Lombardo.

<sup>(113)</sup> M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, p. 42-43.

<sup>(114)</sup> Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos para a história contemporânea*, p. 305.

<sup>(115)</sup> No *Palito métrico*, impresso em 1746, a indicação do impressor é apenas: Real Collegio da Companhia de Jesus (vide *Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1970, n.º 2016).

<sup>(116)</sup> Os dados referidos a seguir encontram-se em Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos aos “Apontamentos para a história contemporânea”*, pp. 32-37 e foram recolhidos de “um livro precioso, contendo as contas da receita e da despesa da imprensa dos jesuítas de Coimbra, do seculo XVIII” encontrado casualmente por este autor “em um deposito de livros amontoados numa casa do cartorio da Universidade”. Cremos tratar-se da Despesa

entre 1716 e 1723, três tiradores ou impressores<sup>(117)</sup> — e de um tórculo para imprimir estampas; serviam-na quatro compositores e os próprios jesuítas exerciam a função de correctores. Do movimento e importância da oficina poderá dizer a quantidade de papel nela gasto nos sete anos que vimos considerando (2.787 resmas, directamente adquirido, sem contar o que foi fornecido pelos próprios autores, procedimento que não era invulgar) ou a importância de obras aí impressas, algumas de vulto (tais como os quatro primeiros volumes do *Vocabulário portuguez e latino* do P. Rafael Bluteau ou a edição das constituições de alguns bispados).

Não poderemos certamente estabelecer uma ligação directa entre a imprensa do Colégio e a Universidade: a própria designação que referimos atrás parece querer acentuar a pertença do Colégio — e, por consequência, da oficina — à Companhia. O certo, porém, é que, dotado de forte autonomia pedagógica e administrativa, o Colégio estava institucionalmente ligado á Universidade: o registo dos exames e dos graus obtidos em Artes fazia-se nos mesmos livros em que se assentavam os das faculdades maiores (ou seja, a formalização das competências obtidas pelo ensino ministrado pelos jesuítas e dos resultados da avaliação era da alçada da Universidade); e esta contribuía anualmente com uma verba importante para a manutenção e funcionamento do Colégio: 1.400.000 réis até 1754, e 1.900.000<sup>(118)</sup> daí em diante (sendo, depois da expulsão dos jesuítas, o dinheiro entregue ao tesoureiro do sequestro<sup>(119)</sup>). Tanto

---

*geral da imprensa do Colégio de Coimbra, 1716-1723*, existente no A.U.C., que também tivemos ocasião de compulsar e de que faremos menção específica quando referirmos notícias aí colhidas que não foram publicadas por Martins de Carvalho.

<sup>(117)</sup>. Terá havido algumas oscilações no número de impressores: quando desaparece das folhas de pagamento André Bareman, durante algum tempo vêm mencionados apenas Manuel Rodrigues e Guilherme da Costa; no período final a que a *Despesa Geral* diz respeito, chegam, contudo a ser mencionados cinco (A.U.C. — *Despesa Geral da imprensa do Colégio de Coimbra*, fl. 223 e fl. 193).

<sup>(118)</sup>. Tendo em conta a despesa global da Universidade, em cada ano, no período de 1765-69 (cerca de 20 contos de réis), esta subvenção representava, 9,4% desse total (Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995, quadro A.IX.3. no apêndice I — Quadros e gráficos).

<sup>(119)</sup>. *Ibidem*, p. 772. O estatuto do Colégio relativamente à Universidade e a subvenção de 1.400\$000 réis estão claramente definidas já em 1564 pelo Cardeal Infante, regente na

ou mais, porém, que esta ligação institucional, importa considerar que a existência de uma imprensa assim bem apetrechada e especialmente vocacionada para o trabalho académico<sup>(120)</sup>, dispoñdo de caracteres gregos e hebraicos<sup>(121)</sup>, constituía uma alternativa concorrencial relativamente às outras oficinas então existentes em Coimbra, incluindo as dos impressores privilegiados. E é verdade que no Colégio das Artes foram impressas obras de professores da Universidade, e com o apoio desta (como já referimos): temos em mente Fr. José Caetano (*De sapientia, et insipientia Salomonis*, 1741; *Divini Verbi hierologia, sive ars theorico-practica ponderandi Sacram Scripturam per conceptus (ut vocant) praedicabiles*, em vários volumes, 1730-1735); ou Fr. Martinho Pereira (*Commentariorum in primum librum Magistri Sententiarum tomus primus (...tomus secundus...)*, 1714-1715).

---

menoridade de D. Sebastião: "E outro sim declaro, que depois que os ditos padres tiveram o governo e administração do dicto collegio, foi sempre isento e eximido de toda a subordinação e jurisdição do reitor, conselho e officiaes da dicta Universidade: e quero e mando, que assim o seja daqui em diante [...] não somente no que toca às pessoas das dicta companhia, que de todo são isentas [...] mas tambem no que toca e por qualquer via, modo e maneira que seja, poder tocar às leituras, autos, e outros quaesquer exercicios de letras, e qualquer outra parte do regimento do dicto collegio, officiaes e ouvintes delle [...] e isto postoque a renda, sustentação, e despesa do dito collegio, se tomem e sejam pagas das rendas da dicta Universidade, como dicto é". Não deixa, contudo, este mesmo documento de determinar que "o reitor da dicta Universidade, tendo informação certa que, no dicto collegio, se não procede conforme aos [...] regimentos e provisões, me poderá escrever, para eu, sobre isso, mandar saber a verdade, e provêr, pela mesma via, dos superiores da dicta companhia" (António José Teixeira — *Documentos para a história dos jesuítas em Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899, pp. 320-322).

<sup>(120)</sup> A relação dos ordenados pagos aos compositores dá conta dos trabalhos que lhes eram confiados, entre os quais avultam as conclusões. Como exemplo, podemos citar o mês de Junho de 1717: Domingos Ferreira compôs "humas conclusões de 2 folhas em texto; humas conclusões [...] de 2 folhas em athanasia; 18 folhas do livro Imagem da virtude"; por sua vez, José Ribeiro e José Rodrigues haviam composto um total de 8 conclusões em diversos tipos de letra (leitura grossa, texto, "athanazia", parangona) assim como uma folha do livro "Imagem da Virtude" e duas folhas da "Fragoa". Só Manuel Pires, que no mês anterior havia composto diversas conclusões se dedicara totalmente, no de Junho, a compor 28 folhas do livro "Imagem da Virtude" (A.U.C. — *Despesa Geral da imprensa do Colégio de Coimbra*, fl. 10).

<sup>(121)</sup> Joaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos aos "Apontamentos para a história contemporânea"*, p. 34.

Das vicissitudes por que passaram os jesuítas, desde 13 de Dezembro de 1758 até ao decreto de expulsão de 3 de Setembro de 1759<sup>(122)</sup>, avulta o sequestro dos seus bens ordenado por cartas régias dirigidas ao regedor da Casa da Suplicação, o desembargador Pedro Gonçalves Pereira, e ao governador da Relação do Porto, em 19 de Janeiro de 1759<sup>(123)</sup>. Por elas se especifica aos dois magistrados que deveriam "pôr em sequestro geral todos os bens moveis, e de raiz, rendas, ordinarias, e pensões que os sobreditos religiosos possuirem ou cobrarem", nomeando eles os desembargadores necessários para irem a cada uma das casas proceder a essa diligência. De tudo — bens e rendimentos — se deveria fazer inventário; os rendimentos dos bens de raiz seriam arrematados por tempo de um ano a quem por eles mais desse, sendo depois arrecadados em cofre de três chaves; deles se tiraria o necessário "para guizamento das Missas, celebração dos Officios Divinos e cumprimento dos [...] suffragios" e bem assim "para o sustento dos Religiosos [...] dando-se para alimento de cada um delles hum tostão cada dia"<sup>(124)</sup>. Ficavam os jesuítas em reclusão, sendo recolhidos os que estivessem dispersos nas "Casas principaes das Cidades e Villas notaveis [...] com expressa prohibição de sahirem dellas e de communicarem com os Meus Vassallos Seculares", guardados por militares. Dos móveis, alguns foram vendidos imediatamente<sup>(125)</sup>; objectos de valor foram posteriormente enviados para o Erário Régio<sup>(126)</sup>.

---

(122). Relatos em: Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, nova ed. dir. por Damião Peres, Lisboa-Porto: Livraria Civilização Editora, vol. III, 1970, pp. 119-126; João Lúcio de Azevedo — *O Marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa: Clássica Editora, 2ª ed., 1990, pp. 160-164; Christoph Gottlieb von Murr — *Geschichte der Jesuiten in Portugal unter der Staatsverwaltung des Marquis von Pombal*. Neue verbesserte ausgabe von J.S.Kafkemeyer, s.j., Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1909, pp. 94-109.

(123). António Delgado da Silva — *Collecção da legislação Portuguesa, 1750-1762* (Suplemento), pp. 606-609.

(124). *Ibidem*, p. 608.

(125). António Ferrão — *O Marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p. 315, onde se transcreve uma relação dos móveis que existiam no noviciado de Arroios "de que havia ordem para se venderem, que não teve effeito por não haver lançadores".

(126). *Documentos para a história da Arte em Portugal*. 3 — *Arquivo do Tribunal de Contas — Colégios de Coimbra, Porto, Bragança, Braga e Gouveia (Companhia de Jesus)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. Consultámos este inventário na esperança de encontrar alguma

De toda a propriedade, gestão e administração do que antes possuíam ficaram os jesuítas excluídos e privados<sup>(127)</sup>. Naturalmente também da sua imprensa do Colégio das Artes. Em 7 de Maio de 1759, um assento do livro de receita e despesa da arca da Universidade dá conta de que pelo Reitor e deputados da Mesa da Fazenda "foram tirados da mesma [arca] três contos e oitocentos e quinze mil novecentos e quarenta e oito rs. que se intregarão ao Agente Caetano da Silva para as despesas da obra da salla e compra da imprensa". A nota marginal resume: "Ao Agente Caetano da Sylva para as despesas da obra da salla"; outra mão, porém, acrescentou: "e compra da Imprensa por hum conto e setecentos mil reis"<sup>(128)</sup>. Este assento aparece isolado, não tendo sido possível localizar qualquer resolução dos Conselhos ou da Mesa da Fazenda dizendo respeito a esta aquisição<sup>(129)</sup>, nem provisão ou ordem régia que a mencionasse. Trata-se, porém, com toda a probabilidade, da compra da imprensa do Colégio das Artes<sup>(130)</sup>. É já ao então Vice-Reitor

---

referência aos materiais tipográficos do Colégio das Artes, o que não conseguimos. Convém todavia notar que o inventário se refere apenas ao Colégio de Jesus e que os editores, ao publicarem-no, afirmam ter excluído "tudo o que não se relaciona com arte e artesanato" (p. 6).

<sup>(127)</sup>. O desembargador Tomás António de Carvalho Lima e Castro, encarregado do sequestro em Coimbra, em carta ao Regedor da Casa da Suplicação, pede instruções quanto a deixar aos jesuítas que tinham optado por abandonar a ordem — e aos quais ele fornecera vestuário e dinheiro para a viagem para as suas terras — "algum relógio e dinheiro que lhe achar" (António Ferrão — *O Marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas*, p. 312)

<sup>(128)</sup>. A.U.C. — Receita e despesa, liv. 32, 1758-59, fl. 75 v.

<sup>(129)</sup>. Importa, contudo, salientar que a escrituração dos acordos da Mesa da Fazenda é, neste período, bastante irregular. A única referência que encontramos à situação então vivida pelos jesuítas é uma resolução do Claustro Pleno de 1 de Setembro de 1759, por causa do préstito de S. Francisco de Borja que se fazia indo à igreja dos padres da Companhia, pregando nele o Reitor do mesmo colégio. Os termos do assento são bem discretos: era necessário tomar sobre isso resolução "pello empedimento que havia que bem publico era" (A.U.C. — *Livros dos Conselhos*, 1758-1759, fl...).

<sup>(130)</sup>. Não sabemos os fundamentos em que se apoia Joaquim Martins de Carvalho (*Apontamentos para a história contemporânea*, p. 339) para afirmar que "o marquez de Pombal aproveitou a occasião [do sequestro] para converter este estabelecimento [a imprensa do Colégio das Artes] em typographia propria da universidade", interpretando o gasto de 1.700.000 réis já referido como sendo "para compra de novos typos e mais objectos para a imprensa". Do teor do assento do livro de receita e despesa (que refere a "compra da

da Universidade, António Dinis de Araújo, que o Comissário dos estudos em Coimbra, Manuel Perreira da Silva Caldas, se dirige, em cumprimento da ordem do Director Geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida, para que lhe sejam enviados para Lisboa os "caractres gregos que houvesse", do que dá conta em carta de 5 de Novembro de 1759<sup>(131)</sup>.

Em algumas das obras impressas no período que antecede a reforma de 1772 intitula-se a tipografia universitária como Real Imprensa da Universidade<sup>(132)</sup>, ou Real Officina da Universidade<sup>(133)</sup>, com o equivalente latino de Architypographia Academico-Regia<sup>(134)</sup>. A ordem, de 7 de Fevereiro de 1769, que manda entregar, a título de empréstimo, a quantia de 40 contos de réis para o "primeiro estabelecimento" da Impressão Régia de Lisboa, parece indicar, numa perspectiva centralizadora, que lá se haveriam de imprimir as obras da Universidade ("para nella se estamparem com toda a perfeição todas as obras que se mandarem fazer por essa Universidade de Coimbra, pello Real Collegio de Nobres; pella Directoria Geral dos Estudos; e por outras quaisquer comunidades ou pessoas particulares"<sup>(135)</sup>). A imprensa da Universidade, contudo, irá ser ampliada, dotada de novas instalações e reorganizada na sequência da grande Reforma de 1772.

---

Imprensa") já acima demos conta; por sua vez, o cotejo com o que valiam outras oficinas tipográficas (embora para períodos anteriores) também já mencionados (cfr. nota 32), torna verosímil aquela verba como valor global da imprensa do Colégio das Artes (para mais alienada nas circunstâncias conhecidas); um outro ponto de referência pode ser o custo de um jogo inteiro de "letra vinda do Norte", adquirido em 1725 pelo P.<sup>o</sup> Bento de Gouveia para a imprensa do Colégio por 148.607 réis (*Despesa Geral da Imprensa do Colégio de Coimbra*, fl. 104).

<sup>(131)</sup> M. Lopes de Almeida — *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, p. 44-45.

52

<sup>(132)</sup> Na obra de S. Carlos Borromeu — *Instruções das prégação da palavra de Deus*, de 1763.

<sup>(133)</sup> Por exemplo na *Collecção de palavras familiares portuguezas, francezas, latinas e britannicas...*, impressa em 1764.

<sup>(134)</sup> Que aparece em duas obras de Manuel Inácio Coutinho: *De cultu sacro debitae servitutis [...] sive de adoratione religiosa*, 1765; *De peccato originali, et immunitate Deiparæ a debito illud contrahendi*, 1767.

<sup>(135)</sup> Mário Alberto Nunes Costa — *Documentos para a História da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 2.<sup>o</sup> vol., 1961, doc. DXV, pp. 213-214.

A Imprensa da Universidade  
na Reforma Pombalina







## A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE NA REFORMA POMBALINA

A Imprensa da Universidade, fundada no reinado de D. José I, em 1772, foi, sem dúvida, uma notável expressão da Reforma do Marquês de Pombal.

A vida cultural que percorreu durante 162 anos, até à sua extinção política, determinada pelo Decreto-Lei nº 24.440, de 1934, tem momentos altos e assinaláveis. Pelo que a sua extinção abriu um vazio e tornou mais pobres, não apenas a Universidade, mas a própria cultura portuguesa.<sup>(1)</sup>

Como ficou demonstrado no trabalho anterior,<sup>(2)</sup> a Imprensa da Universidade Pombalina, tem a precedê-la uma longa história, que remonta ao reinado de D. João III,<sup>(3)</sup> sem esquecer, por último, e como base, não só a tipografia universitária, então designada Real Officina da Universidade, mas outras que existiam no mesmo período.<sup>(4)</sup>

---

(1). O presente tema (incluindo um mapa elucidativo sobre os autores e respectivas obras existentes na Imprensa da Universidade Pombalina), encontra-se mais desenvolvido no nosso trabalho: *Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra* (Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. IV, Tomo II, Faculdade de Letras, Coimbra, 1982, pp. 143-197), Coimbra, 1982.

(2). Referimo-nos ao trabalho, nesta mesma obra, de Fernando Taveira da Fonseca. "A Imprensa da Universidade no período de 1537 a 1772".

(3). A este propósito veja-se, por exemplo, Joaquim Martins de Carvalho, *Apointamentos para a História Contemporânea*. Coimbra, 1868, p. 282.

(4). Para um resumo de toda esta evolução, ver José Antunes, *ob. cit.*, pp. 145-147 e a respectiva bibliografia, sobretudo: Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. III, Coimbra, 1939, p. 141; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 282 e segs.; Joaquim de Carvalho, *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra escriptas pelo beneficiado Francisco Leitão Ferreira*, Seg. parte, vol. III, t.I, pp. 723-726; José Ramos Bandeira, *Universidade de Coimbra*, t. II, Coimbra, 1947, pp. 26-75 (onde inclui a história da Imprensa, com bastante documentação e bibliografia); Manuel Lopes d'Almeida, *Apointamentos aos "Apointamentos para a história*

É o caso, por exemplo, da notável e bem apetrechada Imprensa do Real Colégio das Artes dos Jesuítas, estabelecidos em Coimbra, desde 1542, sob o patrocínio do rei D. João III e que em 1710 se encontrava, na referida cidade, em poderosa actividade e ainda a do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

De facto, quando o Marquês de Pombal subiu ao poder em 1750, como ministro de D. José I, as imprensas particulares não tiveram vida fácil e algumas acabaram por desaparecer, entre as quais se regista, obviamente, a imprensa dos Jesuítas do Real Colégio das Artes.<sup>(5)</sup>

Ora, apesar dos Jesuítas terem sido extintos mais tarde, concretamente pela lei de 3 de Setembro de 1759, já por carta régia de 19 de Janeiro do mesmo ano se tinha ordenado o sequestro de todos os seus bens. E entre os bens sequestrados, contava-se a Imprensa do Real Colégio das Artes que o Marquês de Pombal imediatamente soube aproveitar, convertendo-a em tipografia própria da Universidade, isto é, na *Real Oficina da Universidade*. Esta começou a funcionar em 2 de Junho de 1759 e durou até 1772, ano em que o Marquês fundou uma nova e mais grandiosa imprensa, designadamente a Imprensa da Universidade.<sup>(6)</sup>

Contudo, não foi só a dos Jesuítas a base desta Imprensa. Engrossaram o espólio da mesma os tipos ou caracteres que serviram na Academia Litúrgica de Coimbra.

---

*contemporânea*" e ainda *Livros, Livreiros, Impressores em documentos da Universidade, 1600-1649*, Coimbra, 1964; A. da Rocha Madail, *A propósito de livreiros e impressores de Coimbra no séc. XVI*, Coimbra, 1941; Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, vol. III, Lisboa, 1700 a 1800; Sousa Viterbo, *O movimento tipográfico em Portugal no séc. XVI*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924; Venâncio Deslandes, *Documentos para a História da Tipografia em Portugal no séc. XVI e XVII*, Lisboa, 1888.

<sup>(5)</sup>. Também é neste contexto que devemos igualmente compreender os motivos da clandestinidade da Imprensa do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação. Pois segundo Joaquim Martins de Carvalho, um prelo da Imprensa de António Simões Ferreira ( que também era a do bispo de Coimbra), foi para a quinta de S. Martinho do Bispo, onde foi impresso, clandestinamente, em 1746, o célebre folheto sobre o *Ponto de Interrogação dos cúmplices aos penitentes no acto da Confissão Sacramental*, mas dado como publicado em Madrid, na Oficina dos herdeiros de Francisco del Hierro (Cf. Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 294-321).

<sup>(6)</sup>. *Idem, ob. cit.*, pp. 305-311; 338-339.

O papa Bento XV, grande cultor das letras e das artes, tinha instituído em Roma a Academia dos Sagrados Ritos de História Eclesiástica. Coimbra foi a cidade escolhida pelo pontífice para, à imitação de Roma, ser dotada de uma instituição similar. De facto, pela bula *Gloria Domini*, de 22 de Junho de 1747, e precedendo a aprovação de D. João V, foi confiada aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho o magistério dos Sagrados Ritos e da História Eclesiástica. A sua abertura solene ocorreu em 16 de Março de 1758, sob a protecção e tutela de N.ª Sr.ª da Anunciação. O papa dotou-a de inúmeras e valiosas ofertas, com destaque de uma rica colecção das suas obras para uso da Academia – *ad usum Academiae Liturgicae coimbrincensis*.

Foi por esta ocasião que o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra criou uma nova Imprensa destinada ao serviço da Academia Litúrgica e do público em geral, onde foram impressas inúmeras obras. Dizemos 'nova' porque este mesmo mosteiro já em 1530-1531 tinha sido dotado de uma boa imprensa pelo então prior D. Dionísio Moraes, fundada e dirigida pelo conhecido impressor francês German Galharde e posteriormente transferida para o mosteiro de S. Vicente de Fora, donde nunca mais voltou para Coimbra.<sup>(7)</sup>

Mas também a existência desta Imprensa, criada em 1758 foi efémera. Em 1767, a Academia foi extinta pelo Marquês de Pombal e os tipos que ali existiam passaram para a Imprensa da Universidade, quando o mesmo ministro de D. José I a fundou em 1772.

Refere Joaquim Martins de Carvalho que no ano de 1803 ainda existiam na Imprensa da Universidade diversos tipos do mosteiro de Santa Cruz, semelhantes aos tipos de corpo 12 e 10, que os próprios compositores denominavam 'Leitura de Santa Cruz'.<sup>(8)</sup>

Por carta régia de 28 de Agosto de 1772, D. José I concedia ao Marquês de Pombal plenos poderes a fim de proceder à reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, ordenando-lhe, como se lê no documento, que restituísse e restabelecesse nela as Artes e as Ciências, contra as 'ruínas em que se achavam sepultadas, fazendo publicar os Novos Estatutos'. Em cumprimento destas ordens, o Marquês chegava a Coimbra em 22 de

---

(7). Idem, ob. cit., pp. 280-281.

(8). Idem, ob. cit., pp. 322-327

Setembro de 1772, permanecendo nesta cidade até 24 de Outubro seguinte.<sup>(9)</sup>

Dotado de um dinamismo peculiar, lançou-se de imediato a resolver os mais graves problemas que afectavam a Universidade. Publicou inúmeros decretos sobre os mais diversos assuntos das várias Faculdades, dedicando especial cuidado ao Museu de Física e de História Natural, ao Laboratório Químico, ao Jardim Botânico, Observatório Astronómico, à transferência do Hospital para o edifício dos Jesuítas, ao Dispensário Farmacêutico, ao Teatro Anatómico, à transformação da Igreja dos Jesuítas em Sé Catedral (actualmente designada Sé Nova) e à Tipografia da Universidade.<sup>(10)</sup>

Esta, porém, estava muito longe de corresponder aos planos do Marquês Visitador, apesar do aproveitamento das duas referidas imprensas particulares. Tanto assim que os Estatutos da Universidade tiveram que ser impressos na Tipografia Régia de Lisboa e só chegaram a Coimbra em 24 de Setembro de 1772.

Impunha-se, por isso, encontrar um vasto edifício onde pudesse instalar uma nova e mais ampla Imprensa. A projectada mudança da antiga Sé catedral ( Sé Velha) para a Igreja dos Jesuítas ( a actual Sé Nova), era uma oportunidade que se lhe oferecia para conseguir os seus intentos, tendo em conta os espaços envolventes do vetusto templo . Nesta diligência teve papel importante o reitor Reformador e Vigário Capitular D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, um dos seus melhores colaboradores e que muito se interessou pela fundação e instalação da nova oficina.<sup>(11)</sup>

Dada esta estreita colaboração entre o Vigário Capitular e o Ministro, o rei D. José I, em carta de 11 de Outubro de 1772, dava ao Marquês Visitador plenos poderes para adaptar o edifício dos Jesuítas e a sua Igreja em benefício da nova Sé Catedral e enviava uma outra, na mesma data ao Vigário Capitular, D. Francisco de Lemos, onde afirmava que não havia 'uma

---

(9). Ver: Manuel Lopes d'Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. I, Coimbra, 1937, doc. II, p. 3.

(10). Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 345-346 e Manuel Lopes de Almeida, *ob. cit.*, pp. 1-34.

(11). D. Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade*, Coimbra, 1980, p. 5.

aplicação mais pia da ampla e sumptuosa Igreja do referido Colégio do que a de restabelecer nela a nova catedral'.<sup>(12)</sup>

Em 14 de Setembro de 1772 já o Marquês anunciava a mudança, nos seguintes termos: 'acedendo aos pios votos do reverendíssimo Vigário Capitular do bispado...cedo a igreja e as porções do dito colégio...vago pela perpetua proscricção e desnaturalização dos denominados jesuítas...para que a Sé actual...com as suas oficinas sejam transferidas ao sobredicto templo...mais digno de constituir a cabeça d'uma tão considerável diocese...ficando a outra igreja que actualmente serve de Sé, com o seu claustro e todas as oficinas a ella contiguas livres e desembaraçadas a fim de se fazerem d'ellas as applicações que ... me foram ordenadas'.<sup>(13)</sup>

Com esta transferência da Sé Catedral e do Cabido para a Igreja dos Jesuítas, pretendia-se que ficasse devoluto o claustro da Sé Velha' para nele se estabelecer com largueza a ampla typografia' da Universidade o que parece ter sucedido por provisão do Marquês de Pombal, em 15 de Outubro de 1772.<sup>(14)</sup>

Os acontecimentos sucedem-se com rapidez e eficácia.

Assim, em 17 de Outubro ordenou se comprassem para a tipografia os quintais de João Pedro de Melo, na rua do Norte. Dois dias depois, procuradores do Cabido e o provisor da Mitra tomaram posse da Nova Sé e a Universidade posse do claustro e torre da Sé Velha e das oficinas que o rei lhe tinha doado. A 21 do mesmo mês o reitor da Universidade faz a trasladação, em solene procissão, do Santíssimo Sacramento para a Nova Sé, finalizando-se com o Te Deum, em acção de graças. No dia seguinte houve Missa festiva e sermão a que assistiu o Marquês de Pombal.

Com o pulso agora livre para a implantação da Tipografia universitária nos claustros da velha Sé, comprou e acrescentou-lhe na rua da Ilha mais duas casas e quintais, pertencentes a João Mendonça, tornando-a ainda mais

---

(12). Cf. Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, doc. XXI, pp. 22-23 e Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 351.

(13). Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, 350-351.

(14). *Idem*, *ob. cit.*, p. 352; cf. José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, pp. 35-39; D. Francisco de Lemos, *ob. cit.*, pp. 5, 133, 262.

ampla. Terminada esta importante fase, escrevia a 12 de Fevereiro de 1773 ao reitor da Universidade: 'Nunca duvidei que a tipografia academica ficasse tão bem accomodada no claustro nobre da Sé, como V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> me refere...' (15)

Em 18 de Maio de 1773, comunica, D. Francisco de Lemos, a Pombal, que a Imprensa se achava quase concluída e que tinha ficado admirável. Mas a 24 do mês seguinte escrevia novamente ao Ministro a dizer-lhe que já estava pronta e 'que só andava a pôr em ordem o seu interior para se plantarem os prelos', (16)

De interesse é ainda a carta do Marquês de Pombal, de 5 de Outubro de 1773, onde louva a iniciativa do Reitor, D. Francisco de Lemos, em mandar demolir a torre antiga da Sé, pois, segundo escreveu, não servia senão para ser um 'padrasto sombrio e informe só próprio para desfigurar a formosura do palácio e de escurecer as nobres officinas que naquelle lugar se mandaram estabelecer'. (17) Registe-se, no entanto, que além da torre, foi ainda suprimida a rua que partia da rua do Norte para o Colégio de Santa Rita ou Colégio dos Grilos e desmanchada a escadaria que, em frente da porta principal da Sé, dava acesso ao adro. (18)

No entanto, embora a Imprensa da Universidade estivesse pronta em Outubro de 1773, estava ainda longe de possuir o necessário desenvolvimento para ocorrer à impressão de todos os livros para o ano lectivo de 1773-1774, tendo de se servir para o efeito dos livros impressos na Tipografia Régia de Lisboa e que foram enviados para Coimbra através do porto da Figueira da Foz, como consta do officio de 21 de Outubro de 1773. (19) Mas em 16 de Dezembro do mesmo ano, já lhe era concedido o exclusivo não só da impressão dos livros de *Matemática* (privilégio do Colégio dos Nobres), mas também das

(15). Cf. Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, Doc. XLV, p. 70; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 354-355 e José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, p. 40.

(16). Teófilo Braga, *ob. cit.*, pp. 484 e 493; cf. José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, pp. 41-43.

(17). Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, Doc. LXIV, p. 103; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 358-359; Teófilo Braga, *ob. cit.*, pp. 556-557.

(18). Cf. António Vasconcelos, *Sé Velha*, vol. I, p. 109, 125 e 255; *vid.* Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 359 e José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, p. 43.

(19). Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, Doc. LXXIII, p. 115; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 359; Teófilo Braga, *ob. cit.*, vol. III, p. 557; José Ramos Bandeira, *ob. cit.*, pp. 43-44.

*Ordenações do Reino* que até ali eram impressas no mosteiro de S. Vicente de Fora.<sup>(20)</sup>

Neste mesmo ano de 1773 foi nomeado como administrador Bernardo Correia de Azevedo e o primeiro abridor de buril de estampas, depois da Reforma, Joaquim José da Silva Nogueira.

Para o tempo, ficava, assim, a nova Imprensa bem apetrechada e enriquecida de meios e de pessoas, pronta para produzir os seus frutos e prosseguir por si o seu rumo pelos tempos fora, ao serviço da cultura da Universidade e do país.

Prova desta mesma vitalidade é a aprovação e confirmação do Regimento da Imprensa Académica em 9 de Janeiro de 1790, por alvará de D. Maria I. Porque embora este não tivesse saído das mãos do seu fundador, já falecido em 1782, foi um ponto alto, uma importante etapa, para não dizer consagração, do trabalho, da inteligência e visão rasgada do Marquês de Pombal, visto ser fruto, não só da experiência de longos anos de actividade, mas também da clarividência e alcance com que tinha sido projectada para o futuro.

A Conferência ou o Governo da Imprensa da Universidade era um dos pontos mais importantes do Regimento. Deveria ser constituída por um *director*, por um *revisor* e por um *administrador*, com a obrigação de reunirem semanalmente em conferência. Em cada reunião eram abordados os assuntos correntes e examinada toda a actividade da Imprensa, desde a conferência antecedente, designadamente o trabalho dos oficiais nas obras, a saída das produções da Oficina, os provimentos necessários e meios económicos para as obras, a impressão ou reimpressão e outros trabalhos em curso.<sup>(21)</sup>

A todas as reuniões deveria assistir igualmente o *escriurário* ou *guarda livros*, que tinha a seu cargo não apenas o livro de registos, onde eram lançados os despachos e resoluções, mas a escrita de toda a Oficina, incluindo as folhas semanais para o pagamento dos oficiais e a

---

<sup>(20)</sup> Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, Doc. LXXX, pp. 127-129 e Doc. LXXXI, p. 130; Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 360.

<sup>(21)</sup> Cf. Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, vol. II, 1979, Doc. CCCLI, nº 1,2,3, 4, 6, 9 e 10 do Regimento. pp. 251-253.

contabilidade com as obras impressas tanto por conta da Oficina como de particulares.

Depois da referida aprovação, o Regimento foi enviado em 27 de Abril do mesmo ano a D. Francisco Rafael de Castro, Principal da Igreja de Lisboa e Reformador e Reitor da Universidade de Coimbra, que pouco tempo depois lhe deu seguimento, confirmando no cargo de revisor, José Fernandes Álvares Fortuna, professor de Grego e nomeando para director João António Bezerra de Lima, professor de Gramática Latina e para administrador António Barneoud, mercador de Livros, em Coimbra.<sup>(22)</sup>

Ora são precisamente todos estes membros, que constituíram a primeira Conferência, que assinam os *manuscritos* dos *Balanços de Receita e Despesa*, juntamente com o escriturário ou guarda-livros, Januário Gonçalves Mendonça, apenas com excepção do manuscrito de 1795 em que só falta a assinatura do director e dos manuscritos de 1800 a 1805, em que José Fernandes Álvares Fortuna aparece substituído no cargo de revisor por Emigdio José David Leitão, professor de Lógica e de Gramática Latina. Em 1805, também sucedeu a Januário Gonçalves Mendonça, no cargo de escriturário ou de guarda-livros, João Isidoro Maciel Andrade.<sup>(23)</sup>

Mas a história da Imprensa da Universidade não se cinge apenas ao conteúdo desta breve síntese. Para além de 1772 há toda uma vida e actividade que é imperioso referir e registar.

Os documentos, a que acima nos referimos, dão-nos conta de grande parte dessa actividade. Encontram-se actualmente no Arquivo da Universidade de Coimbra e fazem parte de um conjunto de manuscritos inéditos, designados por *Documentos Avulsos*, todos eles referentes à Imprensa da Universidade. Tal conjunto é constituído por quinze cadernos que contêm os *Balanços de Receita e Despesa da Fazenda da Oficina Tipográfica da Universidade*, administrada, conforme o referido Regimento, por um Governo ou Conferência, todos eles referentes aos anos de 1790 e de 1792 a 1805.<sup>(24)</sup>

---

<sup>(22)</sup> Idem, *ob. cit.*, Doc. CCCLXV, p. 292; Doc. CCCLXXIV, p. 302; cf. Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 365-366.

<sup>(23)</sup> Cf. manuscrito *Balanço de Receita e Despesa dos anos de 1795 e de 1800 a 1805*.

<sup>(24)</sup> Também no Fundo da Imprensa da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Geral, existem igualmente manuscritos dos *Balanços de Receita e Despesa* da mesma Imprensa, desde



Constituem, sem dúvida, uma preciosa fonte de informações, porquanto nos dão uma ideia não só da sua vida laboriosa e do critério científico que presidiu à escolha das obras aí impressas, mas até do seu próprio acolhimento e difusão. Apesar da sua aridez traduzida em números e somas, cremos ser possível retirar algumas ilações sobre o movimento das ideias que certamente lhes estão subjacentes, com relevo para certas correntes de pensamento. O considerável elenco de autores estrangeiros e obras que nos oferecem, fazem parte do contexto europeu e marcaram, sem dúvida, um lugar importante na História da Cultura Portuguesa e sobretudo na época pombalina. A sua escolha e impressão pela nova Imprensa da Universidade, ou aquisição e difusão através da sua "Loge", como consta dos referidos manuscritos, tornam-se no melhor testemunho, tanto da mentalidade dos reformadores, como da sua ideologia e do espírito que presidiu principalmente à Reforma dos estudos superiores, levada a cabo pelo Marquês de Pombal e seus colaboradores.

Referem-se, a todos os domínios das ciências. Não só à teologia, à filosofia, e ao direito, mas às ciências matemáticas ou às ciências físicas, fruto da revolução científica operada sobretudo desde o séc. XVI a XVIII na Europa e de que a Reforma Pombalina é também uma consequência e uma expressão. Tanto mais que a Universidade, a dar crédito ao "Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e directores que a regiam pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles publicados", encontrava-se numa verdadeira "decadência e ruína", para usarmos as expressões de D. José I, constantes do decreto de nomeação da Comissão que elaborou o referido parecer e da Carta Régia de 28 de Agosto de 1772 sobre a concessão de plenos poderes ao Marquês de Pombal em ordem à reforma dos Estudos Superiores.<sup>(25)</sup>

Esta presença de obras de autores fora do país são a expressão do que se verificava nos restantes países da Europa ou desse amplo movimento de profundas transformações ideológicas, culturais, políticas,

---

1772 a 1792 e onde são referidos quase todos os autores e respectivas obras que aqui vamos mencionar.

<sup>(25)</sup> Cf. Manuel Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, vol. I, Doc. II, pp. 2-4.

religiosas, económicas e científicas a que vulgarmente se chama "Século das Luzes"(o iluminismo) e que se desenvolveu em toda a Europa, entre a revolução inglesa de 1688 e a revolução francesa de 1789.

Por outro lado, confirmam que o Marquês de Pombal e os seus colaboradores se enquadram, perfeitamente, em tão vasto contexto europeu. Porque tais autores e obras encontram-se precisamente entre aqueles que abraçaram a filosofia racionalista moderna, independente do dogma e da autoridade eclesiástica. Ou entre os que confiavam unicamente nos princípios da própria razão humana; exaltavam a consciência cada vez mais profunda do valor do homem e da própria natureza; defendiam o poder das novas ciências físicas e matemáticas; a experiência sensível; a atitude optimista perante a vida, recusando, assim, os valores científicos, religiosos, políticos e filosóficos, que fossem representativos de um passado imediato.

Muitas dessas obras, algumas das quais vamos referenciar, são, verdadeiramente, o mais impressionante testemunho do que acabamos de afirmar.

E entre as primeiras, impressas pela Tipografia da Universidade, encontram-se, conforme consta do ofício de 12 de Abril de 1774, os *dous volumes de Bezout, hum de Logica e Metaphysica do Genuense e o quarto de Van-Espen.*<sup>(26)</sup>

O que não significa que antes desta data não existissem já na sua Livraria, ou "Loge", outras publicações à disposição da população universitária. Do número de obras impressas entre 1771-1774, por ordem da Imprensa, e segundo o manuscrito *Relação das impressões dos livros pertencentes à Universidade de Coimbra, mas feitas em Lisboa*, constavam já as seguintes: 6.000 exemplares da *Historia Jurisprudentiae Romanae*, de Bachio; 4.000 de *Historiae Ecclesiasticae Breviarium*, de Berti (Johan. Laurent); 3.000 das *Institutiones (Justiniani)*, de Boehmeri ; 6.000 dos *Principia Juris Publici Ecclesiastici*, de Febrônio; 2.000 das *Institutiones Juris Ecclesiastici*, de Fleury ; 6.000 dos *Principia Theologiae, Exegeticae, Dogmaticae, Symbolicae, Mysticae Moralis, Liturgicae, Sacramentalis et Canonicae*, de Gerbert: 2.000 dos *Elementa Juris Civilis secundum ordinem*

---

(26). Idem, ob. cit., Doc. XCIII, pp. 148-149; cf. Teófilo Braga, ob. cit., vol. III, pp. 557-558.

*Pandectarum*, de Henécio; 2.000 das *Decretais (Gregorii 9º Decretales per principia...)*, de Hertalz ; 2.000 do *De Lege Naturali, Jure Publico et Gentium*, de Martini; 2.000 da *Introductio in Juris Ecclesiastici...*, de Rieger; 1.000 exemplares do *Compêndio Historico do Estado da Universidade* e 1000 dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*.<sup>(27)</sup>

Note-se, desde já, que estas obras tiveram um grande consumo até 1790.

Dos *manuscritos* de 1790 e de 1792 a 1805, ressaltam, além destes, outros nomes e obras de grandes personalidades, em quase todos os campos das ciências, cuja divulgação pela Imprensa foi considerável. No *Direito*, destacamos Samuel Pufendorf, Joham Bach (Bachio), J. Bohemer, Paul J. Riegger, Jacques Cujas (Cujácio), Hugo Grócio, Carlo A. Martini, Johann Herthals, Johann C. M. von Hontein ( Febrónio), Zeger Bernard Van Espen; na *Botânica* Carl Linné (Lineu) e Rafael Bluteau; na *Filosofia*, Johann Gothlieb Heinecke (Heinécio), Antonio Genovesi (Genuense), Ludwig Philipp Thummig, Alph Cudworth, Crhistian Wolf, Samuel Clarke; na *Matemática*, Étienne Besout ( Bezout), Charles Marie Bossut, Euclides, José Monteiro da Rocha, Gioseppe Toaldo; na *História*, Giovanni Lorenzo Berti, Claude Fleury, Damião de Goes, Jerónimo Osório, Lúcio André de Resende; na *Teologia*, Martin Gebert, Isaac Louis S. Lemaistre, Johann Leusden; na *Oratoria*, Benigno Bossuet; na *Medicina*, Joseph Lieutaud, Johann Crantz, Franz Xaver Hartmann, Caetano José Pinto de Almeida, José Martins da Cunha Pessoa; na *Química* e *História Natural*, Domingos Vandelli; na *Astronomia*, M. Jabbe de Chappe de Auteroche, Joseph Lalande; na *Física Experimental*, Pedro Van Musschembroech, Johann Beckmann e Dalla Bella.<sup>(26)</sup>

Comprova-se assim, mesmo por esta breve síntese, que as obras impressas ou difundidas pela Imprensa da Universidade até 1805, não eram obras insignificantes, mas enquadravam-se no seu contexto europeu como expressão anunciadora dos novos tempos.

Mas dos inúmeros fólios manuscritos dos *Balanços de Receita e Despesa da Imprensa da Universidade, administrada pela Conferência*, podem

---

<sup>(27)</sup>. Sobre estes autores e obras veja-se o quadro publicado por José Antunes, *Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina...* (já cit.), pp. 160-161 e 168-193, a propósito do contributo cultural, vindo dos vários países da Europa.

recolher-se outras informações, não menos importantes sobre a sua actividade. Neles encontram-se também registadas as obras que foram enviadas aos diversos *Comissários* contratados pela referida Imprensa nas diversas cidades do Reino. Ora tais dados podem constituir um certo contributo em resposta à pertinente questão: até que ponto é que a Reforma Pombalina saiu fora dos muros da Universidade e chegou às restantes regiões do País? Para onde foram os milhares de volumes de obras estrangeiras e nacionais impressas na *Oficina Tipográfica* ou importadas pela respectiva *Livraria* da mesma *Imprensa Universitária*? Terão também atingido, igualmente, as cidades interiores do Reino?

Desde já podemos adiantar que foi com alguma surpresa que verificámos que entre as cidades do interior, só Lamego é referenciada nos cadernos dos *Balanços de Receita e Despesa*. Nestes não constam outras cidades do interior, mesmo vizinhas e importantes como Viseu e Guarda. As cidades que requisitaram mais livros através dos respectivos *Comissários*, encontram-se situadas mais a Litoral, como Coimbra, Porto, Lisboa e Braga. Lamego é a quinta cidade das únicas sete que adquiriram obras à Imprensa, conforme consta dos manuscritos da *Tipografia conimbricense*. A seguir estão Leiria e Aveiro, mas com um menor número de obras.

Com isto não queremos dizer que as outras cidades tivessem ficado indiferentes a todo o movimento cultural de então, ou não tivessem requisitado à Imprensa os livros necessários e até em maior número, através de particulares ou por outros meios. Apenas pretendemos informar que nestas fontes só constam as referidas cidades.<sup>(28)</sup>

Outros dados se poderiam acrescentar se porventura não excedessem os objectivos de um breve apontamento sobre a história da Imprensa Pombalina. Mas perante o que acabámos de apresentar, fácil é concluir que o conteúdo destes documentos é variado e rico e ainda não plenamente esgotado ou conhecido.<sup>(29)</sup>

---

<sup>(28)</sup>. Este ponto é tratado num estudo mais concreto e amplo, em vias de publicação, sob o título: *Lamego foco de cultura na Idade Média e Moderna*.

<sup>(29)</sup>. Por exceder o âmbito deste trabalho não abordamos aqui a predilecção pelo género de obras e respectivos autores de cada uma destas cidades, o que não deixa de ser também sintomático.

# A Imprensa da Universidade no Liberalismo e na I República



Gravura publicada no *Século Cómico*, 9 de Junho de 1919

## A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE NO LIBERALISMO E NA I REPÚBLICA

### Introdução: aspectos da actividade impressora em Portugal (do início do século XIX às primeiras décadas do século XX)

Uma avaliação do papel desempenhado pela Imprensa da Universidade ao longo do século XIX até ao termo da I República apresenta algumas dificuldades que se prendem, desde logo, com o conhecimento circunstanciado da actividade impressora em Portugal no decurso deste período.

A ausência de uma história da edição e a dispersão de estudos sobre o tema impede-nos, no estado actual da investigação histórica, de fazer um balanço exaustivo da actividade impressora no nosso país, pelo que esta breve síntese deve ser entendida como uma aproximação ao tema e, nesta medida, provisória, incompleta e sujeita a eventuais revisões. No que respeita ao conhecimento dessa actividade relativamente à imprensa da Universidade são fontes fundamentais os catálogos de livros das suas publicações nos séculos XIX e XX<sup>(1)</sup>.

A evolução da actividade impressora em alguns países europeus do século XIX está associada à revolução industrial e ao extraordinário

---

<sup>(1)</sup>. Vejam-se *A Imprensa da Universidade de Coimbra na Exposição do Livro Português em Madrid*, (Junho de 1928), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928; *Catálogo de livros à venda: edições da Imprensa da Universidade*, Coimbra, 1933; *Catálogo de livros editados pela extinta Imprensa da Universidade à venda na Imprensa Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1937 e, mais recentemente, em 1992, o Catálogo editado pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal da Figueira da Foz como apoio à Exposição Bibliográfica da Imprensa da Universidade realizada na Figueira da Foz e integrada nas comemorações do centenário do nascimento de Joaquim de Carvalho, *Imprensa da Universidade. Catálogo*, Figueira da Foz, 1992.

incremento tecnológico que aquela proporcionou. Em Portugal esse movimento foi tardio, só ganhando significado nos fins do século, em particular no último quartel, acompanhando os progressos na indústria tipográfica<sup>(2)</sup>, a expansão do ensino público, a evolução do gosto pela leitura e a lenta (mas paulatina) diminuição do analfabetismo, cuja taxa, por volta de 1900, ainda alcançava 78,6% da população.

Dá-nos conta do deficiente panorama nesta área, no início do século, o geógrafo veneziano Adriano Balbi que, no seu interessante inquérito intitulado *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*<sup>(3)</sup>, realizado aquando da sua estada ao tempo da primeira Revolução Liberal e coligido a partir de testemunhos e depoimentos de cientistas e homens da cultura da época, avalia em número de dezasseis, as oficinas de tipografia existentes no país. Um número que, na opinião daquele eminente membro da Academia de Trevisco, era muito escasso relativamente à população do reino e, em particular, se confrontado com a situação de outros países ou regiões da Europa. Em 1816, a província de Milão possuía 71 tipografias, a cidade de Estocolmo contava com 16<sup>(4)</sup>, para só mencionarmos dois exemplos. O panorama era, pois, desanimador, segundo aquele geógrafo.

A produção literária reflectia esta pobreza. Os catálogos disponíveis das casas livreiras (portuguesas e francesas), sediadas, ao tempo, no nosso país, e referentes ao período de 1800 a 1831, demonstram o peso esmagador das edições estrangeiras sobre as portuguesas<sup>(5)</sup>. A análise destas listagens de livros foi objecto de um estudo aprofundado, em 1986, por parte de Fernando Guedes, o qual permitiu ao autor detectar os ritmos de incremento e de retracção da actividade impressora durante a primeira metade do século, bem como as alterações sofridas nos suportes de

---

(2). José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp. 227-229.

(3). Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*, tome second, Paris, Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822, p. 98.

(4). *Ibidem*.

(5). Situação idêntica caracterizava a imprensa periódica, não se conhecendo, no nosso país, qualquer jornal literário, nos primeiros anos do século XIX, António Pedro Vicente, "Panfletos Anti-Napoleónicos durante a Guerra Peninsular. Actividade editorial da Real Imprensa da Universidade", *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 20, 1999, IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 105.



publicação. Neste campo específico, as principais modificações dizem respeito à publicação de livros em fascículos, por subscrição ou assinatura, modalidade que persiste até ao século XX, como recentemente assinalou Manuela Tavares Ribeiro num artigo de síntese sobre a sociologia da leitura no século XIX<sup>(6)</sup>. Em meados de Oitocentos, as publicações portuguesas, já bastante ilustradas, eram ainda realizadas em papel ordinário, sem grandes cuidados gráficos, reflectindo o nosso atraso tecnológico no domínio da edição.

Uma primeira proposta para dinamizar a produção literária e modernizar a arte tipográfica e a da encadernação, "tão definhadas entre nós"<sup>(7)</sup>, data de 1821. Trata-se da iniciativa de um grupo de jovens bacharéis da Universidade de Coimbra (Francisco Luís Gouveia Pimenta, Leonel Tavares Cabral, Joaquim Alves Maria Sinval, todos de Leis, Inácio António da Fonseca Benevides e Joaquim José Fernandes, ambos de Medicina, e ainda João Aleixo Pais, bacharel em Cânones) que apresentaram o projecto de uma Sociedade Tradutora e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir e de Encadernar, dirigida pelo célebre impressor de Lisboa, Julião Rolland<sup>(8)</sup>. Na mesma linha surge, em 1837, outra empresa - a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis -, mais conhecida pela publicação, inovadora entre nós, de *O Panorama, jornal de recreio e instrução*, do qual Alexandre Herculano e Feliciano de Castilho foram dois consagrados colaboradores<sup>(9)</sup>.

Ainda no contexto do triénio liberal, há que mencionar o papel dos gabinetes de leitura, "lojas de ler e de alugar livros", os quais contribuíram para incentivar a leitura e fidelizar públicos<sup>(10)</sup>, bem como a acção desenvolvida por editores e outros homens da cultura, responsáveis, em grande parte, pela divulgação de colecções. Foi notável, a este título, a acção levada a cabo por David Corazzi, verdadeiro "fura-vidas dos editores

---

<sup>(6)</sup>, Maria Manuela Tavares Ribeiro, "Livros e leituras no século XIX", *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 20, 1999, IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 187-227.

<sup>(7)</sup>, Jorge Peixoto, "Para uma história do livro em Portugal", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, tomo XIV, 1974.

<sup>(8)</sup>, Maria Manuela Tavares Ribeiro, *art. cit.*, p. 192.

<sup>(9)</sup>, Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 167-171.

<sup>(10)</sup>, Sobre o papel dos gabinetes de leitura veja-se Manuela Domingos, *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*, Lisboa, IPED, 1985.

portugueses", de quem se dizia possuir "a tenacidade do caruncho e a teimosia do mosquito"<sup>(11)</sup> a quem se deve parte do *boom* livreiro que ocorreu no nosso país, a partir dos anos 1870. Corazzi foi ainda pioneiro nas técnicas publicitárias, recorrendo ao sistema de brindes e de prémios sorteados por meio da lotaria de forma a cativar leitores.

Para além de Lisboa, também na cidade do Porto há a registar uma actividade editorial relativamente significativa, destacando-se, na primeira metade de Oitocentos, a imprensa do Gandra (João Nogueira Gandra), e as casas Moré e a de Ernesto Chardron.

Em Coimbra, é no contexto de reforma pombalina da Universidade (1772) que se enquadra a criação da Imprensa da Universidade, herdeira da Real Oficina da Universidade<sup>(12)</sup>, cujas instalações gráficas se localizaram num claustro junto à Sé Velha, onde outrora residiram os Jesuítas. Sujeito a obras de beneficiação, o edifício estendeu-se para as zonas contíguas, ocupando áreas residenciais e quintais, de tal modo que, no final do século XIX, era qualificado por Joaquim Martins de Carvalho "no seu género o melhor do reino, sendo até superior ao da Imprensa Nacional"<sup>(13)</sup>. Uma localização que não distava muito do cognominado "bairro dos livreiros e dos impressores"<sup>(14)</sup> e que se circunscrevia às ruas das Fangas (actual Rua Fernandes Tomás), Quebra Costas e Arco de Almedina. Só na segunda metade do século XIX, as tipografias saem desta zona da Alta coimbrã, estendendo-se a outros pontos da cidade.

A organização da Imprensa da Universidade em novos moldes deu impulso à actividade editorial e elevou, a um alto nível, a arte de imprimir. Porém, como afirma Pinto Loureiro, "fez uma concorrência mortal às oficinas particulares e reduziu ao silêncio, por muitos anos, os editores

(11). Mário Viana, "David Corazzi, um editor português do século XIX", *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, vol. 5º, nº 2, Jul. – Dez. 1990, p. 109.

(12). Joaquim Martins de Carvalho, *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade e do seu Monte-Pio de Beneficência*, Coimbra, 1891. Este estudo está também publicado em *O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XL, Julho de 1892 a Junho de 1893, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1893, pp. 448-461.

(13). Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 5.

(14). José Pinto Loureiro, *Livreiros e livrarias de Coimbra do século XVI ao século XX*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1954, p. 92.

que não puderam entrar em competição com tal adversário"<sup>(15)</sup>. Na verdade, os números certificam esta afirmação. Se, no século XVII, existiam na cidade de Coimbra 20 livreiros<sup>(16)</sup>, em 1884, subsistiam 8<sup>(17)</sup> e, em 1891, 12 oficinas tipográficas, contando com a da Imprensa da Universidade<sup>(18)</sup>.

As perturbações de ordem política, social e cultural da primeira metade do século XIX (invasões francesas, revolução liberal, fecho da Universidade, entre outros acontecimentos) reflectiram-se na actividade editorial da Imprensa universitária, fazendo-a inflectir. Subordinada aos interesses académicos, a produção livreira é escassa (cerca de 70 obras), nas duas primeiras décadas de Oitocentos, consagrada aos livros científicos, com destaque para as obras jurídicas, de medicina e sermonário, como se pode comprovar pelo Catálogo apresentado por Adriano Balbi das obras editadas pela tipografia da Universidade, de 1800 a 1820<sup>(19)</sup>.

A ausência de investimento na política editorial prossegue até à década de 1850, não se detectando quaisquer iniciativas de vulto ou modificações de fundo. O ensino ministrado nas Faculdades não apelava grandemente à leitura e à consulta bibliográfica, o que se reflectia em modestas vendas de livros. Aliás, a análise das receitas da Imprensa da Universidade, de 1854 a 1857, vista como um mero indicador, vem ao encontro destas conclusões, permitindo verificar que os principais rendimentos provinham da realização e composição de trabalhos tipográficos, em particular, de livros para uso administrativo das instituições académicas, e, de modo algum, de uma actividade livreira, autónoma e específica da academia conimbricense. As principais receitas eram obtidas com a venda dos livros de matrículas da Universidade e do Liceu de Coimbra, as quais compulsaram 39%, 41% e 35% dos montantes globais dos anos de 1854-1855, 1855-1856 e 1856-1857. Já os lucros obtidos com a venda de livros não ultrapassaram os 31% naqueles mesmos anos. Se

(15). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 77.

(16). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 9. Até meados do século havia uma grande identidade entre livreiros e editores que, em regra, acumulavam funções.

(17). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 9 e *O Conimbricense* de 2 de Setembro de 1884.

(18). Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 7-8.

(19). Adrien Balbi, *ob. cit.*, tome second, pp. CCCXXVI-CCCXXVIII.

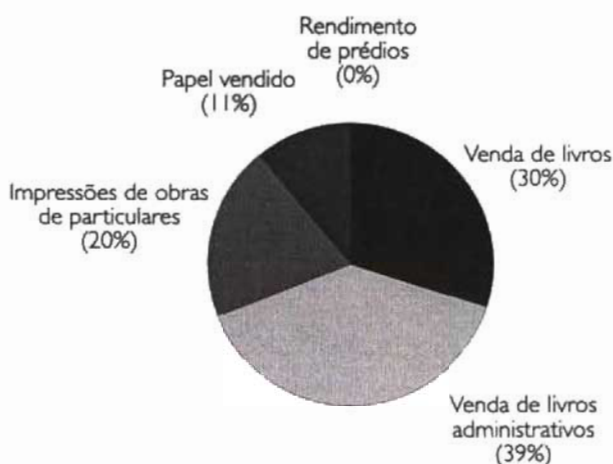
Tabela 1 - Tipografias de Coimbra em 1891

Tipografias	Localização	Propriedade
Da Universidade	Rua da Ilha, n.º 1	Joaquim Martins de Carvalho
De O Conimbricense	Rua das Figueirinhas, n.º 37	Bach. João Alfredo de Macedo e Santos
De O Tribuno Popular	Rua da Moeda, n.º 19	Manuel Caetano da Silva
Auxiliar de Escritório	Rua do Comércio, n.º 11	Bach. Ruben Augusto de Almeida Araújo Pinto
Imprensa Académica	Rua do Carmo, N.º 71	J. J. dos Reis Leitão & Irmão
De A Ordem	Rua do Norte, n.º 6	José Monteiro Pinto Ramos
Minerva	Rua Ferreira Borges, n.º 153	Bach. Hermano José Ferreira de Carvalho
Independência	Rua dos Coutinhos, n.º 14	João Evangelista da Silva Pinto
União	Rua Fernandes Tomás, n.º 28	Pedro Augusto Cardoso de Figueiredo
Operária	Rua Corpo de Deus, n.º 91	José Pereira da Cruz
Da Voz do Artista	Rua da Sofia, n.º 90	
Das Instituições Christãs	Seminário Episcopal	

Fonte: Joaquim Martins de Carvalho. *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade e do seu Monte-Pio de Beneficencia*, Coimbra, 1891, pp. 7-8

tivermos presente que, por aviso régio de 10 de Setembro de 1824<sup>(20)</sup>, era obrigatória para todos os alunos, a aquisição, na Imprensa, dos compêndios das disciplinas leccionadas, poder-se-á concluir que o gosto pela leitura não estaria muito arreigado entre a mocidade estudantil ou, pelo menos, do tipo de livros que aí se poderiam adquirir.

#### Receitas da Imprensa da Universidade de 1854 a 1855 <sup>(21)</sup>

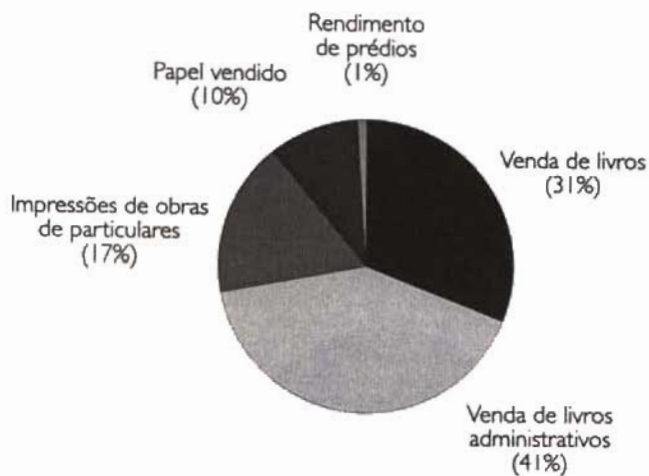


A situação muda a partir de finais da década. Acompanhando as alterações decorrentes da relativa estabilidade política e social proporcionada pela *Regeneração*, "nome português do capitalismo" como um dia lhe chamou Oliveira Martins, rasgam-se novos horizontes mentais, alargam-se as possibilidades culturais, e, ao mesmo tempo que se começam a ouvir, pelos campos, os comboios, emergem novas correntes ideológicas - o socialismo, o republicanismo, entre outras - que, lenta mas decisivamente,

<sup>(20)</sup>. *Legislação académica* colligida pelo Dr. José Maria de Abreu, Coordenada, revista e ampliada pelo Dr. Antonio dos Santos Viegas, vol. I, 1772-1850. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, p. 143.

<sup>(21)</sup>. Estas percentagens foram obtidas a partir do estudo contabilístico das "*Contas da receita do cofre da Imprensa*", insertas no *Almanak da Instrução Publica em Portugal 1857 Primeiro Anno*, por José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, pp. 42-43 e *Almanak da Instrução Publica em Portugal 1858 Segundo Anno*, por José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, pp. 92-93.

Receitas da Imprensa da Universidade de 1855 a 1856 <sup>(21)</sup>



Receitas da Imprensa da Universidade de 1856 a 1857 <sup>(21)</sup>



Tabela 2 - Receitas da Imprensa da Universidade (em réis)

	1854-1855		1855-1856		1856-1857	
	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%
Venda de Livros na loja	296990	2,81	367815	3,61	320790	3,14
Venda de Livros no armazém	2794851	26,4	2597994	25,5	2298354	22,5
Venda de Livros para os comissários	104478	0,99	187158	1,84	318247	3,12
Impressões de obras de particulares	2112520	20	1722505	16,9	2688610	26,3
Papel empregado nas ditas impressões					698840	6,85
Papel vendido para impressões	434710	4,11	809500	7,94		
Papel vendido a peso e outros objectos	736232	6,96	256960	2,52	554950	5,44
Venda de livros para as matriculas da Universidade	3747450	35,4	3818690	37,4	2831080	27,7
Venda de livros para o Liceu	333580	3,15	367610	3,6	486370	4,77
Rendimentos de prédios	13070	0,12	71010	0,7	8520	0,08
<b>Total</b>	<b>10573881</b>	<b>99,9</b>	<b>10199242</b>	<b>100</b>	<b>10205761</b>	<b>99,9</b>

Fonte: *Almonak da Instrucção Publica em Portugal (1857 e 1858)*, por José Maria de Abreu

se vão enraizando nas consciências. Toda esta nova ambiência não deixaria de ter repercussões na actividade da Imprensa. Multiplicam-se as publicações, tanto as de carácter científico (dissertações magnas, compêndios, programas das disciplinas, relatórios, colecções de legislação e códigos) como as de carácter literário (livros de poesia, discursos e elogios fúnebres, traduções), redigidas em diversas línguas, principalmente a portuguesa e a latina. Datam ainda dos anos cinquenta algumas publicações periódicas de relevo, como a revista *O Instituto: Jornal Científico e Litterario*, de grande longevidade no panorama da edição em Portugal, sobrevivendo até ao século XX, mais precisamente de 1852 a 1934 (87 volumes).

Todavia, afigura-se impossível estabelecer uma correlação directa e imediata entre o aumento de publicações e a actividade editorial da Imprensa da Universidade. Esta também funcionava como casa impressora, admitindo nos seus prelos obras de várias proveniências. Poder-nos-emos, aliás, perguntar se o recurso à edição de obras alheias à Universidade não terá consistido numa solução para ultrapassar um problema económico, uma vez que, a avaliar por alguns dados disponíveis, a Imprensa apresentava prejuízos. Dá-nos conta dessa situação, o relatório desta instituição relativo ao ano lectivo de 1853-1854, em que se alude de uma forma clara ao "ruinoso estado e quase decadência" a que esta chegou<sup>(22)</sup>, bem como algumas informações concernentes às suas despesas. É o caso do ano económico de 1856-1857, que fechou com saldo negativo, como nos mostra a contabilidade deste "auxiliar poderoso e indispensável das ciências e das artes", para usarmos a terminologia do tempo, publicada no *Almanak da Instrução Publica*<sup>(23)</sup>.

Os finais do século XIX, princípios do século XX, coincidindo com a crise do regime monárquico, foram de instabilidade para toda a imprensa. É impossível, neste momento, avaliar do impacto dos decretos coercivos da

(22). "Relatorio da Imprensa da Universidade no anno lectivo de 1853 a 1854, incluindo os trabalhos de reforma e melhoramento promovidos pela commissão creada por portaria do governo, de 7 de Novembro de 1853", *O Instituto, Jornal Científico e Litterario*. Terceiro volume. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, pp. 189-193.

(23). Mais precisamente com um saldo negativo de 1703993 réis, *Almanak da Instruccion Publica em Portugal 1858 Segundo Anno*, por José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, pp. 92-93.



liberdade de imprensa na actividade editorial da Universidade, em especial a "segunda Lei das Rolhas", o "ominoso" e "ditatorial" Decreto de 29 de Março de 1890<sup>(24)</sup>, promulgado pelo ministério de João Franco e Hintze Ribeiro. Embora, pelo menos em teoria, a principal visada fosse a imprensa periódica em geral e o jornalismo de matriz republicana e anarquista em particular, um clima de repressão abateu-se sobre toda a actividade impressora. Em Coimbra, o próprio jornal *O Conimbricense*, afecto ao regime monárquico e de tendência conservadora, não deixaria de manifestar a sua indignação perante o apertar do garrote repressivo em torno da imprensa, afirmando-se, no editorial de 5 de Novembro de 1895: "A sorte da Imprensa está de tal modo dependente do governo que, quando este quer, faz expedir uma circular aos delegados do procurador régio para que persigam a Imprensa e ela é efectivamente perseguida e condenada; e quando por qualquer motivo lhe convém que se não persiga tão violentamente a Imprensa, assim o determina aos seus subordinados. É a espada de Dâmocles suspensa sobre o jornalismo"<sup>(25)</sup>.

A agravar este clima de instabilidade sobre a imprensa coimbrã, acrescem ainda outros factores que afectaram de um modo particular a Imprensa da Universidade. Referimo-nos, em concreto, a desavenças internas entre os órgãos dirigentes<sup>(26)</sup>, bem como à concorrência feita a esta empresa gráfica, por alguns livreiros-editores, em particular a casa editora de Francisco França Amado. Estabelecido em Coimbra no ano de 1891, com

---

(24). Maria da Conceição Meireles Pereira, "Jornais, editores e tipografias do Porto (1866-1898)". *A indústria portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio 4 e 5 de Dezembro de 1997*, coord. por Jorge Fernandes Alves. Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. 1998, p. 98.

(25). Cit. por José Tengarrinha. *ob. cit.*, p. 251. Veja-se também sobre o mesmo assunto Alberto A. de Carvalho e A. Monteiro Cardoso, *Da liberdade de imprensa*. Lisboa, Editora Meridiano Limitada, 1991; Graça Franco, *A censura à imprensa (1820-1974)*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1993; José Miguel Sardica, "Censuras à imprensa durante a monarquia", *História*. Março 2000, pp. 28-37.

(26). Referimo-nos em particular a conflitos nos finais do século XIX entre os administradores, Olímpio Nicolau Rui Fernandes e Manuel da Costa Alemão e o revisor Abílio Augusto da Fonseca Pinto. Sobre o assunto veja-se: Abílio Augusto da Fonseca Pinto, *Breve Exposição aos seus amigos*, Coimbra, Imprensa Litteraria, s. d., e Manuel da Costa Alemão, *A Imprensa da Universidade. Exposição verdadeira ao Paiz*, I e II, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1882.

duas livrarias e uma tipografia, este editor-livreiro, mercê de boas relações e de uma capacidade empreendedora notável, iniciou, em 1894, uma intensa actividade editorial, com particular incidência no campo do direito e da literatura moderna e clássica<sup>(27)</sup>.

Se tivermos presente que, ao tempo, os estudos jurídicos eram aqueles que congregavam o maior número de estudantes universitários<sup>(28)</sup>, não é difícil prever o êxito alcançado pela nova casa editora que dispunha à partida de boas condições de receptividade para a sua produção científica. Aliás, logo em 1894, se gerou um contencioso com o administrador interino da Imprensa da Universidade, o bacharel Albino de Melo, a propósito de "uma questão de contas". Em causa estava a venda, por parte da tipografia França Amado, de compêndios de uso obrigatório para os estudantes universitários, a que a Imprensa da Universidade se opunha, uma vez que deixaria de receber as respectivas percentagens de venda (entre 5 a 25%), limitando-se a "colher as despesas de composição e impressão"<sup>(29)</sup>. Uma *petite histoire* da grande história da imprensa que se impõe deslindar... Todavia, o que convém realçar é a concorrência efectuada à Imprensa da Universidade por um livreiro que fazia sair da sua oficina gráfica obras nas quais "era notável o esmero e a perfeição dos trabalhos"<sup>(30)</sup>.

A imprensa volta a reanimar-se durante a I República, não obstante, e face ao desenvolvimento tecnológico alcançado no campo das artes gráficas, não haver em Coimbra, segundo José Pinto Loureiro, "nem uma grande casa editora, nem uma tipografia bem montada"<sup>(31)</sup>. E prossegue este autor: "Aparte a Imprensa da Universidade, que estava longe de fazer face às exigências de publicidade de um centro de produção intelectual como Coimbra, não havia onde se imprimissem as revistas que aqui viam a luz

(27). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, pp. 88-91.

(28). Maria Manuela Tavares Ribeiro e Irene Maria Vaquinhas, "Os estudantes da Universidade de Coimbra da reforma pombalina à República", *História das Universidades*, tomo II (no prelo).

(29). *Ao Publico, Questão levantada pelo Administrador Interino da Imprensa da Universidade o Sr. Bacharel Albino de Mello contra Francisco França Amado, livreiro editor, succesor da casa Orzel (Documentos)*, Coimbra, Typographia de F. França Amado, 1894, p. 11.

(30). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 82.

(31). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 96.

nem os numerosos livros que aqui se escreviam”<sup>(32)</sup>. Daí a necessidade, sentida por alguns livreiros, de organizar a actividade impressora de um modo industrial, de forma a alcançar um público mais vasto e a embaretecer os custos da edição, tanto mais que o restabelecimento da liberdade de imprensa pelo regime republicano veio alargar o espaço de intervenção das publicações gráficas<sup>(33)</sup>. Deram-se alguns passos nesse sentido, fundando-se empresas de alguma envergadura (é o caso da Coimbra Editora), enquanto outras desapareceram. Deficientes apetrechamentos técnicos, escassez de capitais, falta de rentabilidade económica favoreceram o fenómeno de concentração que se veio a verificar.

#### **A instituição: espaços e protagonistas**

Nesta breve enunciação da actividade da Imprensa da Universidade impõe-se, neste momento, identificar a instituição sob outros aspectos que nos permitam compreender melhor a sua acção no contexto universitário, local e nacional.

Assim, pretendemos chamar a atenção para a sua importância cultural através da melhor identificação ao nível do espaço que ocupou na zona histórica da cidade bem como dos responsáveis que a geriram até às primeiras décadas do século XX.

Em 1891, a Imprensa da Universidade funcionava num edifício amplo, sito entre a Rua da Ilha (a entrada principal) e a Rua do Norte, junto à Sé Velha, em instalações previstas e determinadas no século XVIII pelo Marquês de Pombal. Para além do edifício central, a Imprensa anexava ainda a casa onde residia o administrador, bem como as dependências onde funcionavam as oficinas de composição, de impressão e de encadernação, uma escola tipográfica e a loja de venda de livros. Espaços amplos e funcionais caracterizavam esta empresa editorial, cuja descrição se encontra no Anuário da Universidade de 1867-1868, vindo mais tarde a servir de sede ao *Instituto*.

---

(32). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 96.

(33). O decreto com força de lei de 28 de Outubro de 1910 regulou o exercício de liberdade de imprensa. José Tengarrinha, *ob. cit.*, pp. 260-263.

Naturalmente a aproximação à realidade de uma instituição passa pelo conhecimento dos seus responsáveis e de todos aqueles que partilharam o seu quotidiano. É evidente que, entre os finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, foram várias as directivas emanadas assim como se registou uma evolução natural dos seus quadros. Embora de uma forma lacunar, dado o actual estado da investigação histórica, é possível conhecer alguns dos seus principais protagonistas, bem como as funções que desempenharam ao longo dos anos.

Conhecem-se, embora de forma incompleta, alguns Regulamentos relativos à Imprensa da Universidade, através dos quais nos é possível acompanhar as funções e as atribuições inerentes a esta instituição. São eles: o Regimento de 9 de Janeiro de 1790<sup>(34)</sup>, o *Regulamento provisório para a Imprensa da Universidade de Coimbra*, de 1854, e o Regulamento da Imprensa da Universidade de 12 de Julho de 1871<sup>(35)</sup>.

Com a reforma pombalina é nomeado administrador da Imprensa, em 1773, Bernardo Correia de Azevedo Morato. Data de 1790 a aprovação do primeiro regimento da Imprensa (alvará de 9 de Janeiro). De acordo com as suas disposições, o então reitor da Universidade, o principal Castro, nomeou os funcionários que passaram a ser os responsáveis pela instituição. Desta forma, a 9 de Junho de 1790, António Barneoud, mercador de livros, foi nomeado administrador da Imprensa, enquanto João António Bezerra de Lima, professor de Gramática Latina, e José Fernandes Álvares Fortuna, professor de Grego, foram nomeados respectivamente director e revisor da Imprensa.

O Regimento de 9 de Janeiro de 1790 determinava ainda que o governo da Imprensa da Universidade incumbia a um director, a um revisor e a um administrador. Enquanto o primeiro deveria pertencer ao corpo universitário, com conhecimentos de bibliografia e arte tipográfica, e com "as necessárias circunstâncias de prudencia, zelo e actividade, para entender com acerto sobre tudo o que pertence ao bom governo, progresso e adiantamento desta importante officina", o revisor, também membro do funcionalismo

(34). Arquivo da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade, Caixa Doc. Av., Dep. IV - Sec. 1ª E - Est. I - Tab. 4 - nº 6.

(35). *Anuario da Universidade de Coimbra*, Anno Lectivo de 1896-1897, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, pp. 217-218.

universitário deveria "ter a inteligência necessária das línguas", conhecer a arte tipográfica, de forma a que as obras saídas dos prelos da Imprensa se distinguissem pela "correção" e "boa execução tipográfica". Quanto ao administrador, deveria ser um mestre impressor ou um mercador de livros, com larga experiência no campo da gestão financeira de uma oficina de tipografia e com facilidades de contactos com vista à comercialização dos livros<sup>(36)</sup>. Os vencimentos seriam iguais para os três cargos (120000 réis), dispondo também de aposentos no edifício da Imprensa.

No decurso do século XIX houve casos de acumulação de funções, tal como ocorreu em 1824, com Joaquim Inácio de Freitas, simultaneamente revisor e director.

A portaria de 18 de Julho de 1834 determinou que o cargo de director da Imprensa passasse a ser exercido pelo bibliotecário da Universidade que ganharia apenas o seu ordenado como bibliotecário, bem como aposentadoria no edifício da Imprensa. Estabelecia-se ainda uma hierarquia nos vencimentos dos funcionários. Registe-se como um dado curioso, o facto de o revisor vencer um ordenado superior ao do administrador.

Nos finais do século XIX, e com autorização do director da Imprensa, Bernardo de Serpa Pimentel, foi publicado o Manifesto da autoria do republicano José Falcão, *A Communa de Pariz e o governo de Versalhes*<sup>(37)</sup>, considerado por Fernando Catroga uma das obras políticas mais progressistas do seu tempo e das poucas que então "ousou defender os revoltosos de Paris"<sup>(38)</sup>. Em consequência, o cargo de director foi extinto, em 1871, passando as suas funções a ser exercidas pelo administrador, ao tempo desempenhadas por Olímpio Nicolau Rui Fernandes. De acordo com o novo *Regulamento* determinava-se que "A direcção da Imprensa da Universidade de Coimbra incumbe ao administrador, sob a imediata inspecção do Reitor. § único. Na falta ou impedimento do administrador

---

<sup>(36)</sup>. Regimento de 9 de Janeiro de 1790 (art. 4º) e Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade*, separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, 1923-1926, Lisboa, 1976, p. 30.

<sup>(37)</sup>. "Obras impressas no anno lectivo de 1870-1871", *Annuario da Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1871 a 1872*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, p. 149. Sobre o mesmo assunto veja-se também: Delphim Gomes, *A Imprensa da Universidade e as portanas do Sr. Reitor*, Coimbra, Typ. França Amado, 1896.

<sup>(38)</sup>. Fernando Catroga, "José Falcão. Um lente republicano", *Biblos*, vol. 52, 1976, p. 291.

Tabela 3 - Vencimentos de alguns funcionários da Imprensa em 1834

	Quantias	%
Revisor	240000	21,2
Administrador	220000	19,4
Escriturário	100000	8,83
Fiel	146000	12,9
Abridor	146000	12,9
Mestre dos oficiais e aprendizes	33000	2,91
Alçador	73000	6,44
Mestre dos impressores	28800	2,54
Fundidor de tipos	146000	12,9

Fonte: Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade*, p. 30.

da Imprensa, o reitor da Universidade provê interinamente a substituição"<sup>(39)</sup>.

Pelo mesmo *Regulamento*, também era alterada a forma de acesso aos lugares de administrador e de revisor, uma vez que passavam a ser providos por concurso público. De acordo com o estipulado "a nomeação deve recair em indivíduos que possuam habilitações literárias. O administrador deve ter, além disto, conhecimento prático da arte tipográfica" (Art. 5º).

Estas alterações de carácter administrativo inserem-se num contexto muito particular da vida política e cultural portuguesa e europeia. A década de setenta do século XIX é, na verdade, marcada por uma grande instabilidade com reflexos inevitáveis em atitudes defensivas por parte dos poderes públicos. A guerra franco-prussiana, a Comuna de Paris, a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, a nível internacional, ou as Conferências do Casino, o início do movimento grevista e o "arranque" do Partido Republicano Português, no nosso país,

<sup>(39)</sup>, "Decreto Regulamentar de 12 de Julho de 1871", *Anuario da Universidade de Coimbra*, Anno Lectivo de 1896-1897, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, p. 217.

são alguns dos acontecimentos que marcaram uma conjuntura de teor insurreccional que assustou os poderes instalados. Neste contexto, a publicação de um texto favorável à ideologia republicana na Imprensa da Universidade não poderia passar impune. A extinção do cargo de director e o maior controlo, por parte do reitor, das actividades da "dircção da Imprensa" são duas providências cautelares então tomadas<sup>(40)</sup>.

Foram vários aqueles que ajudaram a construir a história da Imprensa da Universidade na época que analisamos, entre os quais se contam os administradores<sup>(41)</sup>, os revisores, os operários, alguns bens conhecidos, outros nem tanto. Por exemplo, e como bem evidencia o quadro dos administradores nos séculos XIX e XX, que recenseia alguns aspectos sumários dos seus perfis biográficos, alguns assumiram a gestão da empresa por um prolongado período, tendo simultaneamente exercido um papel destacado na história da cidade e na cultura do seu tempo. Constituindo a face legal da empresa editorial, sendo também os principais responsáveis por todas as matérias exaradas, alguns são hoje, personalidades desconhecidas do grande público mas que a toponímia da cidade de Coimbra fixou em nomes de ruas.

De entre os administradores, destacam-se, entre outros, Olímpio Nicolau Rui Fernandes, que exerceu este cargo durante 8 anos (de 1871 a 1879), bem como Abílio Augusto da Fonseca Pinto (de 1885 a 1893).

Olímpio Nicolau Rui Fernandes foi um destacado impulsionador do associativismo coimbricense, tendo sido sócio fundador de inúmeras organizações, em especial, da Associação dos Artistas de Coimbra (1862), da Associação Comercial (1863), da Associação Conimbricense do Sexo Feminino (1867), da Associação Liberal (1875) e da Companhia Edificadora e Industrial (1876). Em 12 de Janeiro de 1906, a Associação dos Artistas solicitou ao município de Coimbra que o nome daquele seu

---

<sup>(40)</sup>. O Regulamento de 12 de Julho de 1871 determina mesmo, no art. 8º, § único que "O reitor, *quando julgar necessario*, convoca o administrador, o revisor e o contador, para ouvir o seu voto sobre assumptos da administração interna deste estabelecimento", (sublinhado nosso), *Anuario da Universidade de Coimbra*, Anno Lectivo de 1896-1897, p. 218.

<sup>(41)</sup>. As funções de director, revisor e administrador da Imprensa da Universidade sofrem, desde finais do século XVIII, alterações sensíveis, tanto na sua importância como nas actividades desempenhadas. pelo que se impõe um estudo crítico do quadro do pessoal desta instituição universitária.

Tabela 4 - Pessoal da Imprensa

	1856-1857	1871-1872	1891	1898-1899	1921
Administrador		1	1	1	1
Revisor		1	1	1	
Secretário-revisor					1
Escrutário		1			
Ajudante-leitor		1	1	1	
Contador interino			1	1	
Amanuense		1	1	1	1
Tesoureiro e fiel		1	1	1	1
Revisores-ajudantes					2
Mestre					1
Aprendizes					14
Director das oficinas de composição	1	1	1	1	1
Compositores				20	17
Oficiais da composição	16				
Aprendizes de composição	11				
Fiel dos armazéns		1			
Mestre da Escola Tipográfica *		1	1	1	
Mestre dos impressores	1	1	1	1	1
Impressores				4	7
Oficiais de impressão	6				
Aprendizes de impressão	7			4	
Serventes	1				9
Alçador	1	1	1	1	1
Litógrafo	1				
Porteiro e contínuo		1	1	1	1
Compositores (aprendizes)			23	4	
Escola Tipográfica (aprendizes)			5	2	
Impressores			6		
Total	45	12	45	45	58

Fonte: Joaquim Martins de Carvalho, *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade e do seu Monte-Pio de Beneficência*, Coimbra, 1891; *Anuario da Universidade de Coimbra, Anno lectivo de 1871 a 1872*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871; *Anuario da Universidade de Coimbra, Anno lectivo de 1898-1899*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899; Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade*, pp. 28-29.



destacado fundador fosse atribuído à Rua do Mercado, em homenagem à sua figura e obra<sup>(42)</sup>.

Abílio Augusto da Fonseca Pinto, administrador durante 8 anos (de 1885 a 1893), foi um profundo conhecedor da Imprensa da Universidade, tendo anteriormente exercido, desde 1865<sup>(43)</sup>, as funções de revisor.

Francisco José de Sousa Gomes, administrador da Imprensa da Universidade no período conturbado que antecedeu a implantação da República, mais precisamente de 1900 a 1911, era sócio do *Instituto* e professor catedrático de Filosofia, tendo exercido também, entre outros cargos, o de presidente da Obra dos Congressos Católicos, em 1908<sup>(44)</sup>.

Tanto Joaquim Martins Teixeira de Carvalho como Joaquim de Carvalho, últimos administradores, mantiveram-se à frente da Imprensa por períodos de tempo relativamente longos, superiores a dez anos. Já outras individualidades fizeram breves mandatos<sup>(45)</sup>. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, doutorado pela Faculdade de Medicina, destacou-se sobretudo como arqueólogo, polígrafo e jornalista de arte<sup>(46)</sup>.

Ao findar a I República é fundamental conhecer melhor a acção dos últimos administradores à frente da Imprensa, em particular a de Joaquim de Carvalho<sup>(47)</sup>, aquele que viu o seu trabalho interrompido com o decreto do governo salazarista que, em 1934, extinguiu a Imprensa da Universidade. Naturalmente que nesta Exposição, bem como em outros

---

(42). *Anais do Município de Coimbra, 1904-1919*, p. 51; João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, vol. I, tomo II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1982, pp. 595-605.

(43). Abílio Augusto da Fonseca Pinto, *ob. cit.*, p. 5.

(44). *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis, 1772-1937*, vol. II, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992, pp. 279-280.

(45). É o caso, entre outros, de Manuel da Costa Alemão e de Francisco Augusto Correia Barata. Manuel da Costa Alemão, decano e director da Faculdade de Medicina, de 1899 a 1911, administrador do Hospital da Universidade, de 1902 a 1910, foi ainda Presidente da Câmara de Coimbra (de 1890 a 1892) e chefe do Partido Monárquico, depois da implantação da República. Tal como alguns dos seus antecessores era igualmente sócio do *Instituto*. Francisco Augusto Correia Barata, licenciado em Filosofia, foi secretário da Faculdade de Filosofia, de 1873 a 1877, e director do Gabinete de Química, no período de 1890 a 1898. *Memoria Professorum [...]*, *ob. cit.*, pp. 191-192; 274.

(46). *Memoria Professorum [...]*, *ob. cit.*, p. 201.

(47). Consulte-se, entre outras, Jorge Peixoto, *ob. cit.*, para além da *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, 9 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

Tabela 5 - Administradores da Imprensa da Universidade (1773-1934)

Administradores	Formação	Início	Termo	Duração (Anos)
Bernardo Correia de Azevedo Morato	Livreiro	1773	1790	17
António Bameoud		1792		
João Francisco da Cruz			1861	
Olimpio Nicolau Rui Fernandes	Licenciado Prof. catedrático de Medicina Licenciado em Filosofia Bacharel em Direito Bacharel em Filosofia Licenciado em Filosofia Prof. catedrático de Filosofia	1871	1879	8
António dos Santos Viegas		1879	1880	1
Manuel da Costa Alemão		1880	1882	2
Francisco Augusto Correia Barata		1882	1885	3
Abílio Augusto da Fonseca Pinto		1885	1893	8
Albino Augusto de Manique e Melo		1893	1896	3
Alberto Pessoa		1896	1900	4
Francisco José de Sousa Gomes		1900	1911	11
Eugénio Eduardo da Costa Sales		1911	1912	1
Joaquim Martins Teixeira de Carvalho		Doutor em Medicina	1912	1921
Joaquim de Carvalho	Prof. catedrático de Filosofia	1921	1934	13

Fonte: Joaquim Martins de Carvalho, *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade e do seu Monte-Pio de Beneficência*, Coimbra, 1891; *Anuário da Universidade de Coimbra*, (vários anos); *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis, 1772-1937*, vol. II, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992.

textos desta obra, essa actuação é bem salientada, pelo que não desenvolvemos a sua biografia.

Para além dos administradores e directores, a Imprensa contava com um grupo de valiosos elementos, entre os quais convém salientar os revisores. Por esta função passaram nomes sonantes das letras portuguesas, como Vitorino Nemésio, João Gaspar Simões e Flausino Torres, ou homens de elevada envergadura moral como Cândido Nazaré, chefe das oficinas gráficas<sup>(48)</sup>.

Torna-se evidente que um estudo desta natureza sobre a Imprensa da Universidade deverá ser continuado, no sentido de um melhor conhecimento da acção desenvolvida pelos seus actores. É preciso também ter presente que, tratando-se de uma empresa, as questões sociais não deixariam de se colocar: desemprego, reivindicações operárias, greves<sup>(49)</sup>. Enfim, uma página que urge escrever:

#### **Em conclusão:**

A Imprensa da Universidade durante o Liberalismo e a I República surge como uma das várias empresas editoriais que, em Portugal, se dedicaram à publicação de obras sobre múltiplas temáticas, embora com particular incidência em matérias científicas, como bem o evidenciam os Catálogos de livros publicados. A sua história confunde-se com a da Universidade e com a do próprio país, numa época de profundas mudanças e rupturas políticas e sociais. Muito há ainda por fazer. Nesta breve síntese foram apenas levantados alguns tópicos que carecem de uma maior reflexão. O seu passado é ainda "um país estrangeiro", com recantos por descobrir, zonas por visitar...

---

<sup>(48)</sup> Jorge Peixoto, *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré. Chefe das Oficinas da Imprensa da Universidade de Coimbra*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

<sup>(49)</sup> É, sem dúvida, um facto socialmente relevante o do mais antigo Montepio de Coimbra ter sido fundado a 8 de Setembro de 1849 por 16 artistas da Imprensa da Universidade - o Montepio da Imprensa da Universidade - cujos Estatutos foram aprovados em 1867.

O Contexto Político  
da Extinção da Imprensa da Universidade  
pelo Estado Novo

SÍLVIO LIMA

O AMOR  
MÍSTICO

(NOÇÃO E VALOR DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA)

VOLUME I

O AMOR MÍSTICO



IMPrensa DA UNIVERSIDADE  
COIMBRA—1935

Lima, Sílvia - *O Amor Místico: noção e valor da experiência religiosa*.  
Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935.

(Página deixada propositadamente em branco)

O CONTEXTO POLÍTICO DA EXTINÇÃO  
DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE  
PELO ESTADO NOVO

I. Introdução

Falar da extinção da Imprensa da Universidade, secular instituição de criação pombalina, cujo último administrador (de 1921 a 1934/35) foi o republicano histórico, assumidamente demoliberal, Joaquim de Carvalho, é falar de todo o movimento de controlo do Estado Novo sobre as várias instituições e sobre as várias correntes de opinião. O objectivo era criar uma só ideologia, no âmbito do que se chamou, de forma eufemística, a "União Nacional". Daí que terá de se entender a extinção da Imprensa como uma forma de neutralizar uma instituição com grande produção editorial e impressora, que eventualmente poderia fugir da fiscalização do Estado.

Joaquim de Carvalho (1892-1958)<sup>(1)</sup>, bacharel formado em Direito (1914) e em Filosofia (1916) pela Universidade de Coimbra, foi nomeado assistente provisório da jovem Faculdade de Letras dessa Universidade no mesmo ano da sua última formatura, tendo-se doutorado, em 1917, com a tese *António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença*<sup>(2)</sup>. Ensinou, sobretudo, na área de Filosofia e, complementarmente, na área de Educação, dado que

---

(1). Sobre Joaquim de Carvalho, para além de vários estudos que foram escritos em sua homenagem (cfr. bibliografia no texto de Jorge Peixoto à frente referido), vide Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis. 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1972, pp. 70 e 333, e Jorge Peixoto, "A Imprensa da Universidade e a acção de Joaquim de Carvalho", in *Arquivo de História e Bibliografia. 1923-1926*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976, pp. XIII-LXXXV.

(2). *António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença*. Vol. I *António de Gouveia e Pedro Ramo*. Coimbra, França Amado, 1916.

prestou também serviço na Escola Normal Superior, anexa às Faculdades de Letras e de Ciências, criada em 1911 e extinta em 1930. Como bom republicano, pertenceu a organizações características do movimento, nomeadamente a Universidade Livre, criada em 1925, e a Maçonaria, tendo sido iniciado em 1912 na loja "A Revolta" com o nome simbólico de *Guyau*<sup>(3)</sup>, filósofo francês da segunda metade do século XIX, defensor de uma moral arreligiosa e sem sanções, baseada no princípio da solidariedade, que, sintomaticamente, foi objecto de uma tese de licenciatura do seu correligionário, bastante mais novo, Sílvio Lima<sup>(4)</sup>. Mas, o republicanismo de Joaquim de Carvalho não o impediu de defender a Universidade e a Faculdade a que pertencia, da tentativa do Ministro da Instrução Pública Leonardo Coimbra — em 1919, no contexto da reacção à revolta monárquica do Norte e da suspensão de quatro lentes da Faculdade de Direito, entre eles o jovem professor António de Oliveira Salazar — de "desanexar" a Faculdade de Letras de Coimbra, "anexando-a" à Universidade do Porto<sup>(5)</sup>. Talvez tenha sido afinal a sua incontestada posição de cidadania e, concretamente, a sua "resposta" que originou o recuo do Ministro da Instrução. Apesar de ter fundado a faculdade na cidade do Porto, a qual teve a duração de cerca de dez anos (voltou a ser restaurada nos anos sessenta), acabou por não executar a medida de extinção da faculdade em Coimbra.

Algo de idêntico não sucedeu, porém, no Estado Novo, que levou a efeito, na lei e na prática, a extinção da Imprensa da Universidade, removendo todo o material tipográfico para a Imprensa Nacional em Lisboa, passando à situação de "adidos" os empregados de nomeação vitalícia, fazendo cessar as funções em comissão de serviço àqueles que se encontravam em tal posição e dispensando os assalariados<sup>(6)</sup>.

---

(3). Cfr. A. H. Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Editorial Delta, 1986, vol. I, col. 286.

(4). *Ensaio sobre a Ética de Guyau nas suas relações com a crise moral contemporânea*, Coimbra, 1927.

(5). Cfr. *A minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra, França Amado, 1919. Ver também *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, Coimbra, França Amado, 1919.

(6). Vide artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 24 124, de 30 de Junho de 1934, que ditou a extinção da Imprensa da Universidade, e a regulamentação dessa extinção no Decreto-Lei n.º 24 440, de 29 de Agosto de 1934, sobretudo artigos 2.º e 3.º.



O primeiro estudo sobre o tema surgiu pouco depois de 25 de Abril de 1974 pela pena de Jorge Peixoto, que quis assim render homenagem e prestar justiça a Joaquim de Carvalho<sup>(7)</sup>. Mais de vinte anos depois tornámos ao tema, não de uma forma especializada mas apenas no contexto do nosso estudo, com outra perspectiva, das relações entre a Universidade e o Estado Novo<sup>(8)</sup>. Agora, perante o convite que nos foi formulado para escrever um texto sobre a questão, pareceu-nos mais apropriado voltar a essa obra que publicámos em 1999<sup>(9)</sup>. O contexto político da época – finais dos anos vinte e inícios dos anos trinta do século XX, de passagem da Ditadura Militar para o Estado Novo – explicam, mais que meros factos ou conjecturas, a extinção da Imprensa da Universidade e outras medidas repressivas que então ocorreram.

## 2. Os debates políticos na "Universidade" e na "Academia"

Durante a sessão solene de abertura da Universidade ocorrida em 16 de Outubro de 1926, perante o Presidente do Ministério, General Óscar Carmona, o reitor da Universidade de Coimbra e professor da Faculdade de Medicina, Fernando de Almeida Ribeiro – eleito em 21 de Junho, pouco depois do "28 de Maio", que, curiosamente, mas dentro de uma certa lógica interna, repusera, aliás apenas episodicamente, o direito de a Universidade eleger os seus reitores, voltando às medidas do início da República e, sobretudo, da "República Nova" de Sidónio Pais<sup>(10)</sup> – afirmava:

---

(7). "A Imprensa da Universidade de Coimbra e acção de Joaquim de Carvalho", in *ob. cit.*

(8). *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra. 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999.

(9). O texto que a seguir se apresenta é, pois, essencialmente, com algumas pequenas alterações, o texto do capítulo II do nosso livro, já citado, *A Universidade e o Estado Novo*.

(10). Cfr. Decreto n.º 11 721, de 12 de Junho de 1926, que revogou o artigo 1.º da lei n.º 861, de 27 de Agosto de 1919, quanto à nomeação dos reitores das Universidades (art. 1.º), repondo assim a autonomia pedagógica que lhes fora concedida pela Constituição Universitária, de 19 de Abril de 1911, ampliada pelo Estatuto Universitário, de 6 de Junho de 1918. Dizia o art. 2.º do referido decreto: "No prazo máximo de quinze dias, a contar da publicação deste decreto, reunirão as assembleias gerais das universidades para a eleição

"No actual Governo, como acontecera no que imediatamente o precedeu, encontra-se uma representação honrosa desta Universidade. E nos mais anteriores governos republicanos, com as suas diversas e sucessivas modalidades, igualmente Mestres e graduados desta Escola sempre procuraram bem servir Portugal e a República. Com as suas diversas modalidades, eu dizia... Porque, na Universidade, estas também se encontram: nos professores republicanos, como naqueles que antigamente serviram o Portugal monárquico, não há apenas um único modelo de pensar. E, desde os mais avançados ideais, até ao modo de ver conservador daqueles que julgam esses ideais desproveitosos, na Universidade de Coimbra cabem todas as opiniões que, por caminhos diferentes, só têm por fim servir o Estudo, a Ciência e Portugal. Porque a tolerância mútua e o respeito pela liberdade alheia e pelas opiniões que não são as próprias garantem pacificamente a todos, da maneira mais eficaz e proveitosa, a mais respeitável e, felizmente, também, a mais incoercível de todas as liberdades, que é a do pensamento!"<sup>(11)</sup>.

Nestas palavras de Almeida Ribeiro, que em breve pediria a demissão, menos por razões políticas do que por motivos corporativos<sup>(12)</sup>, está esboçado o retrato da situação da Universidade durante os anos da Ditadura e até, em alguns aspectos, durante os primeiros anos do Estado

---

dos reitores e vice-reitores [...]". O decreto n.º 12 426, de 2 de Outubro de 1926, que publicou o novo "Estatuto da Instrução Universitária", regulou da seguinte forma a eleição dos reitores das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto: "À Assembleia Geral da Universidade compete a eleição do Reitor e Vice-Reitor. A eleição será comunicada ao Governo em lista tríplice para cada um dos cargos, para os quais este nomeará respectivamente um dos eleitos" (cap. I, art. 5.º). Deve aqui salientar-se que o último reitor da Universidade de Coimbra a ser eleito antes do "28 de Maio", no período sidonista, fora Mendes dos Remédios (1918-1919), que foi Ministro da Instrução Pública em 1926 e que assinou o primeiro decreto referido, constituindo, com Salazar e Manuel Rodrigues, a célebre *troika* de Coimbra que pouco depois da "Revolução Nacional" ocupou por breves dias (quanto a Salazar e a Mendes dos Remédios) lugares de Governo.

(11). "Discurso pronunciado na Abertura Solene da Universidade em 16 de Outubro de 1926", in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. X, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p. 574.

(12). Cfr. o texto impresso *Ofício ao Senado da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1927. Neste ofício, datado de 7 de Maio de 1927, Almeida Ribeiro explica que pedira a demissão (o que ocorreu em Março desse ano) devido à publicação do decreto-lei n.º 13 273, de 10

Novo. Não há, como se vê, nenhuma posição contrária à Primeira República, que acabara de cair, e há uma clara afirmação de pluralismo ideológico.

Meses antes do "28 de Maio", que fora por uns aclamado e por outros apupado, dera-se uma greve geral dos estudantes por motivos académico-profissionais, que fora liderada pelos alunos da Faculdade de Letras<sup>(13)</sup>, e em Abril o grupo "Seara Nova" organizara em Coimbra um ciclo de conferências, a que estivera ligado, entre outros republicanos, Joaquim de Carvalho<sup>(14)</sup>. Durante a Ditadura vai subsistir no país e na Universidade um ambiente de instabilidade, originado no caso desta última por lutas de carácter essencialmente estudantil, que teriam no entanto atrás de si

---

de Março de 1927, que condenava o escrutínio secreto no caso de nomeação de segundos assistentes e da sua recondução e também no caso da recondução de primeiros assistentes, substituindo-o por voto aberto. Esta lei era considerada como atentatória da autonomia universitária e visava, segundo o ex-Reitor, a Faculdade de Medicina. Por essa altura, com efeito, surgiram conflitos graves nessa Faculdade relativamente à recondução de assistentes — nomeadamente Cid de Oliveira, proposto por Bissaya Barreto, o qual terá estado no centro da questão, tendo em conta que as quezílias que manteve com os colegas e vice-versa foram constantes (ver o trabalho, não publicado, de Ana Maria Mendes, *Subsídios para a história das relações entre Bissaya Barreto e a Faculdade de Medicina/Universidade*. Coimbra, 1993, e Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*. Coimbra, Minerva, 1999) — que ecoaram nas páginas dos jornais, originaram polémicas entre professores nos órgãos universitários e provocaram a intervenção de estudantes (ver A. J. Soares, *Saudades de Coimbra*, vol. II, 1917-1933, Coimbra, Almedina, 1985, notícias dos anos 1926 e 1927. Não se designam as páginas porque elas não são numeradas).

<sup>(13)</sup>, Cfr. Ferreira Gomes, *ob. cit.*, pp. 435 ss. Pedia-se, por exemplo, para alargar os quadros do magistério liceal e os estudantes de Letras e de Direito clamavam contra as facilidades concedidas aos formados pelo Instituto Superior de Comércio, quer pelo facto de poderem reger certas cadeiras do ensino liceal, quer porque podiam concorrer à carreira diplomática.

<sup>(14)</sup>. Ver A. J. Soares, *ob. cit.*, vol. II, notícias de Janeiro, Abril e Maio de 1926. Muitas das informações que a seguir se referem foram colhidas no rico memorial apresentado por este autor. Por isso, abster-nos-emos de o citar. Relativamente às conferências da *Seara Nova*, segundo a informação de A. J. Soares, realizaram-se no Teatro Sousa Bastos, tendo vindo a Coimbra António Sérgio, Câmara Reis, Jaime Cortesão, Ezequiel de Campos e Sarmento de Beires. Também proferiu uma conferência o quintanista de Direito Mário de Castro. Jorge Peixoto dá-nos informações mais completas, nomeadamente quanto à participação de Joaquim de Carvalho neste evento. Na verdade, por razões de saúde, não pôde presidir à sessão, realizada em 26 de Abril de 1926, em que falaram Sérgio e Sarmento de Beires, tendo por isso de ser substituído por Vitorino Nemésio. Já no dia 25, por altura de um almoço de confraternização, Joaquim de Carvalho não pudera estar presente, tendo dirigido a Vitorino

motivações políticas e que provocaram desenvolvimentos políticos, como aquelas que resultaram de reformas do ensino superior, as quais regulamentavam os exames, criavam uma prova de admissão à Universidade, aumentavam as propinas, extinguíam certas instituições (como, em Coimbra, a Faculdade de Farmácia e a Escola Normal Superior, ao passo que no Porto se extinguia a Faculdade de Letras e em Lisboa a Faculdade de Direito, medida esta que, no entanto, não chegou a ser executada<sup>(15)</sup>) e procuravam alterar a estrutura das Faculdades<sup>(16)</sup>. Mas, para além dessas polémicas, que originaram constantes avanços e recuos na política de Instrução Pública<sup>(17)</sup>, desenrolaram-se outras de tipo fundamentalmente político, que opunham entre si "republicanos" e "integralistas" (para empregar as expressões gerais e simplistas usadas no tempo).

Por parte dos republicanos as lutas e as conspirações eram naturalmente lideradas pelo Centro Republicano Académico, reorganizado em 1925, na fase agónica da Primeira República, que mantinha ainda um estatuto de legalidade,

---

Nemésio uma carta (transcrita por Jorge Peixoto) na qual pedia ao seu amigo para, em seu nome, saudar "os arautos da renovação da República" (cfr. texto citado in *ob. cit.*, pp. XXIV-XXVI).

<sup>(15)</sup>. Cfr. Decreto n.º 15 365, de 12 de Abril de 1928. A Faculdade de Farmácia de Coimbra, que fora promovida da categoria de Escola a Faculdade em 1921, foi extinta em 1928, mas acabou por ser restaurada, outra vez como Escola, em 1932. A Escola Normal Superior extinta pelo mesmo decreto, acabou por dar lugar, em 1930, à secção de Ciências Pedagógicas nas Faculdades de Letras. Sobre estes temas, para o caso de Coimbra, ver João Rui Pita, "Breve história da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Uma perspectiva científico-profissional", in *Munda*, n.º 24, Coimbra, 1992, pp. 3-16, A. Pinho Brojo, Maria de Lourdes Rebelo e João Rui Pita (org.), *Farmácia, Ciência e Universidade. A fundação da Faculdade de Farmácia em 1921*. Coimbra, Minerva, 2000, e a obra de Joaquim Ferreira Gomes, *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1989.

<sup>(16)</sup>. Ver vários documentos sobre a luta académica desencadeada em Coimbra, em Lisboa e no Porto, in *Os estudantes no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983. Chama-se particularmente a atenção para o documento "Carta Aberta dos Estudantes das Universidades Portuguezas ao Ex.mo Sr. Ministro da Instrução", de 24 de Maio de 1928, p. 110 ss., e para o depoimento de Mário Cal Brandão, "A Academia de Coimbra e a ditadura", p. 152 ss.

<sup>(17)</sup>. É impressionante a quantidade de legislação que nessa altura se produziu, verificando-se que muitas das leis vêm exactamente contradizer as anteriores, o que comprova a falta de uma política definida quanto à Instrução Pública. Agradeço aos meus antigos alunos

com o apoio de lojas maçónicas, das quais se destacava "A Revolta", com longa tradição revolucionária atrás de si<sup>(18)</sup>. Jornais, provindos do C.R.A. ou de independentes republicanos, iam saindo por um curto espaço de tempo, trazendo a público esse ambiente de luta. É isso que se passa, por exemplo, com o periódico *Gente Nova* (9 de Abril de 1927 a 18 de Maio de 1928), do C.R.A., que tinha como director Vitorino Nemésio e onde escreveram também Carlos Cal Brandão, Sílvio Lima e Paulo Quintela, ao que sucedeu o *Mundo Novo* (4 de Fevereiro a 11 de Março de 1931), também promovido pelo C.R.A., e dirigido por Fernando Miranda e Álvaro Monteiro, e com o jornal republicano independente *Voz do Povo* (15 de Novembro de 1928 a 15 de Março de 1929), que se apresenta como um jornal colaborado por estudantes, mas não, de forma classista, um "jornal de estudantes"<sup>(19)</sup>.

Os temas tratados nestes periódicos efémeros são elucidativos das lutas que se travavam, no seio da Universidade e fora dela. Para além das polémicas com as autoridades universitárias, a que nos iremos referir, poderemos destacar, pelo seu significado, outras temáticas interessantes. Uma das posições assumidas foi a defesa de uma Universidade única, que se situava na tradição napoleónica, e que era uma forma de defender a ideia de uma Universidade, a "Universidade Portuguesa", adequada aos princípios republicanos, com repúdio das concepções entendidas como sobrevivências do passado, vigentes nas três universidades existentes<sup>(20)</sup>. A "questão da capela", ou seja, o debate acerca do problema de saber se a capela da Universidade deveria ou não abrir ao culto, tal como defendiam os estudantes católicos e integralistas, foi também objecto de discussão. Evidentemente que os jornais republicanos optavam pela defesa da não abertura, com fundamento na ideia laicista de que reabrir a capela ao culto

---

António Farinha Alves e Luciano Mendes o esgotante trabalho que tiveram para constituir uma colecção de legislação sobre o tema que, se foi utilizada neste trabalho e em outros que foram realizados, está longe de ter sido analisada de forma sistemática.

(18). Cfr. *Os estudantes no regime fascista*, o depoimento de M. Cal Brandão, pp. 153-154.

(19). Sobre os jornais desta época, ver A. Carneiro da Silva, *Jornais e revistas do distrito de Coimbra*, Coimbra, Biblioteca Municipal, Separata do *Arquivo Coimbrão*, 9-10, 1947. Aproveitámos, em certa medida, os estudos levados a efeito neste campo pela então aluna Dina de Fátima Pires, autora do trabalho escolar, não publicado, *Conflitos Académicos na Universidade de Coimbra. Jornalismo estudantil*.

(20). Ver o artigo "Universidade Portuguesa", in *Voz do Povo*, n.º 2, 1.12.1928.

seria fazer voltar a Universidade ao seu carácter confessional<sup>(21)</sup>. As posições antipraxísticas também aparecem com frequência, na boa tradição liberal e republicana, procurando-se assim lutar contra costumes entendidos como obsoletos<sup>(22)</sup>. Mas também, ultrapassando os meros assuntos académicos, estes jornais tomavam naturalmente posições políticas e sociais mais amplas. Por exemplo, defendiam o feminismo<sup>(23)</sup>, atacavam o fascismo e a *Carta del Lavoro*<sup>(24)</sup> ou mesmo o estalinismo<sup>(25)</sup>. E, curiosamente, em tempo de hesitação quanto ao futuro político de Portugal e à posição a assumir pelo seu futuro líder, defende-se o cooperativismo, criticando-se o corporativismo e utilizando para tal o próprio pensamento de Salazar<sup>(26)</sup>.

A colaboração de estudantes, e até de alguns professores, em tentativas de golpes e em manifestações contra a Ditadura ou pelo menos de afirmação de fé republicana, sucediam-se. Verificaram-se movimentações académicas de apoio ao golpe falhado de 7 de Fevereiro de 1927, ao qual se seguiram outras tentativas igualmente goradas; ocorreram contra-manifestações relativamente ao movimento de apoio ao general Ivens Ferraz, Ministro do Comércio e interinamente Ministro das Finanças, na sua passagem pela estação de Coimbra, vindo de Paris, onde recusara as condições do empréstimo que lhe haviam sido impostas pela Sociedade das Nações, por pressão da Liga de Defesa da República, formada pelos exilados políticos republicanos<sup>(27)</sup>, como também se deram tentativas de boicote a conferências de cunho nacionalista. Escreveram-se vários manifestos contra a Ditadura, que originaram inquéritos e detenções no seio dos estudantes republicanos. Com a queda de Miguel Primo de Rivera, em Espanha, houve manifestações de apoio à República espanhola, assim como a "Revolta da Madeira", ocorrida em 1931, haveria de originar, após uma manifestação no Largo da Portagem, algumas prisões. Sucedem-se as celebrações do 31 de Janeiro e em Maio de 1933 os "gravatas vermelhas" (assim eram conhecidos

---

(21). Ver, por exemplo, *Gente Nova*, n.os 8 e 9. A polémica foi travada, sobretudo, com o jornal "integralista" *Ideia Nova*, a que à frente nos iremos referir.

(22). Ver, por exemplo, o artigo "Praxes académicas", in *Voz do Povo*, n.º 2, 1.12.1928.

(23). Ver "O Feminismo", in *A Voz do Povo*, n.º 3, 15.12.1928.

(24). Cfr. *Gente Nova*, n.º 16, 30.4.1928, "Três notas à margem do Fásccio".

(25). Cfr. *Voz do Povo*, n.º 2, 1.12.1928.

(26). Cfr. "Corporação e Cooperação", in *Voz do Povo*, n.º 4, 23.1.1929.

(27). Depoimento de M. Cal Brandão, in *ob. cit.*, pp. 154-156.

os estudantes republicanos que, quando trajavam capa e batina, substituíam a gravata por uma roseta vermelha na lapela) promovem um cortejo de homenagem ao túmulo de José Falcão.

Mas, entretanto, desenvolviam-se acções a favor da Ditadura, ou de oposição à República e aos republicanos, por parte dos "integralistas", ou seja, falamos agora, *grosso modo*, em sentido amplo, de monárquicos, republicanos desiludidos e de sentido nacionalista e autoritário, católicos tradicionalistas e até alguns fascistas assumidos, que se reuniram à volta do partido nacional-sindicalista (os "camisas azuis")<sup>(28)</sup>. Assim, logo em Fevereiro de 1927, ocorre uma manifestação de apoio ao Governo, a que se sucedeu uma manifestação de apoio ao "28 de Maio", no largo de Sanção (ou Praça 8 de Maio), frente ao mosteiro e igreja de Santa Cruz, e à qual se sucederão outras a pretextos diversos. Ocorrem contramanifestações a actos dinamizados pelos estudantes republicanos e tinge-se de negro a lápide comemorativa da República, que se encontrava cravada no edifício da Universidade. A Associação Académica de Coimbra, enquanto dirigida por "integralistas", o que sucede até 1928, convida estadistas da Ditadura e promove conferências de cunho nacionalista, como aconteceu no dia 1 de Dezembro de 1927 em que Cabral Moncada, professor da Faculdade de Direito, proferiu uma célebre conferência sobre 1640 com intenções persuasivas de apoio ao novo regime saído do "28 de Maio"<sup>(29)</sup>. Sucedem-se também os jornais "monárquicos integralistas", sem dúvida os mais militantes, como *Ideia Nova* (8 de Dezembro de 1927 a 31 de Março de 1928), *Acção Nacional* (24 de Janeiro a 21 de Março de 1929) ou *Vanguarda* (25 de Fevereiro de 1928 a 24 de Março de 1929), que, para além de intervirem nas lutas académicas, tomam posições políticas de princípio e inserem artigos de escritores e políticos que não pertenciam à Academia.

*Ideia Nova*, cujos responsáveis eram os estudantes Bento Caldas e José Adriano Pinto Coelho, liderou as lutas contra as ideias republicanas de *Gente Nova*, nomeadamente em relação à citada "questão da capela", tomando posições muito duras e de carácter pessoal contra Vitorino Nemésio. *Acção Nacional*, dirigido por Alberto Pires de Lima, citando Sardinha, Cabral

---

<sup>(28)</sup>. Sobre o tema, veja-se a obra de António da Costa Pinto. *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Lisboa. Editorial Estampa, 1994.

<sup>(29)</sup>. Vide Cabral Moncada. "1640... Restauração do Pensamento Político Português", in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. X, Coimbra, 1929, pp. 447-477.

Moncada e João Ameal, defende como programa o "Nacionalismo Integral Português"<sup>(30)</sup>. Invoca-se Nietzsche, admira-se Paul Valéry ou Proust, Manuel Ribeiro ou Antero de Figueiredo, e aconselha-se a leitura do Marquês de Penalva ou de Gama e Castro, de António Sardinha ou de Hipólito Raposo, de La Tour du Pin, de Barrès ou de Charles Maurras. Surgem textos literários de António Correia de Oliveira ou de Augusto Gil, artigos de Alfredo Pimenta ou de Fernando de Campos. Há lugar também para louvar Mussolini e a sua política religiosa — "o primeiro homem de Estado do seu tempo"<sup>(31)</sup>.

*Vanguarda* foi o órgão da junta Escolar do Integralismo Lusitano, dirigido por Leão Ramos Ascensão e, depois, por Abrantes Tavares. Nele não faltam elogios a Mussolini, o cântico da *Giovinneza*, o anti-semitismo<sup>(32)</sup>, ou, noutra frequência, o elogio a Salazar, a Cerejeira e ao Padre Mateo Crawley. Referindo-se a uma conferência realizada no Salão São Tomás de Aquino do Seminário Diocesano por esse "grande apóstolo do nosso tempo", pode ler-se esta conclusão:

"Se como demonstra Bardieff num livro notável, estamos a braços com as derradeiras e insensatas consequências da ética pagã, restaurada pelo Humanismo do século XVI, e desta angustiosa confusão os espíritos se levantarão redimidos para uma nova Idade Média — em que o homem reconquistará toda a profunda espiritualidade da sua natureza — o Padre Mateo pertence incontestavelmente a essa nova era."<sup>(33)</sup>

Entretanto, o "Centro de Estudos Nacionalistas" promove em Janeiro de 1931 uma conferência que foi proferida por Luís de Almeida Braga no Teatro Avenida, com o sugestivo título "Do Estado antigo ao Estado Novo"; ao poeta nacionalista António Correia de Oliveira é atribuído, no ano anterior, a honra de "perpétuo quintanista de Letras", com a crítica mordaz da *Intelligentsia* literária de Coimbra, nomeadamente do grupo da *Presença*. Ele será afinal o poeta oficial do regime, como João Ameal foi o historiador. Vale a pena

<sup>(30)</sup>. Cfr. *Acção Nacional*, n.º 1, 24.6.1929.

<sup>(31)</sup>. Cfr. "A política religiosa de Mussolini", in *jornal cit.*, n.º 8, 21.3.1929.

<sup>(32)</sup>. Cfr. *Vanguarda*, respectivamente, n.º 8, 5.5.1928, "Italia rinnovata"; n.º 14, 2.2.1929, "Os estudantes e a política"; e n.º 16, 25.2.1929, "Breves considerações sobre os judeus".

<sup>(33)</sup>. *Jornal cit.*, n.º 2, 3.3.1928.



aproveitarmos o ensejo para, neste momento, rumarmos até ao Brasil e até 1937 e ouvirmos alguns versos do poema *Pátria nossa, Pátria vossa*, então recitados pelo poeta no Gabinete Português de Leitura do Rio. Depois de falar de Nossa Senhora, que desceu em Fátima e a tornou o "Mirante do Milagre Português", declamou, referindo-se a Cerejeira e a Salazar:

"E Deus que em Portugal (qual é memória...)  
Sempre acabou o que Ela principia,  
Consigno disse então:  
— "Que falta aos Portugueses depois disto?  
Um sagrado doutor em Jesus Cristo,  
E um Doutor em Nação."

E, logo, entre o mais povo os escolheu,  
Depois de os ter formado  
Para o momento eterno e destinado,  
Noutra Coimbra que há de haver no Céu."<sup>(34)</sup>

Poucos comentários haverá a fazer a esta visão de providencialismo político de António Coreia de Oliveira, que constituía o poeta emblemático dos variados grupos "integralistas". O próprio jornal *Revolução*, dos nacional-sindicalistas, publicava a sua fotografia na edição de 4 de Junho de 1932.

Em 21 de Maio de 1933 os "camisas azuis" promoviam uma concentração na Quinta da Várzea, próximo das Lajes, nos arredores de Coimbra, à qual o seu diário, publicado em Lisboa, deu grande destaque em números sucessivos. No banquete então realizado, foi homenageado Eusébio Tamagnini, professor da Faculdade de Ciências, o líder do movimento em Coimbra, tendo discursado, entre muitos outros, para além de Rolão Preto, os professores da Faculdade de Direito Luís Cabral Moncada, também seu apoiante, e Mário de Figueiredo que, não se afirmando nacional-sindicalista, quis estar presente.<sup>(35)</sup>

---

<sup>(34)</sup>, *Pátria nossa, Pátria vossa. Saudação ao Brasil*. (Real Gabinete Português de Leitura: Sessão Solene de 10 de Junho de 1937), Rio de Janeiro, Edições Brasilusa, 1937, p. 29.

<sup>(35)</sup>. Ver *Revolução*, 20.5.1933 e números seguintes.

É afinal neste contexto de emoções nacionalistas de variada tendência que se verifica a espectacular "conversão" de Bissaya Barreto, professor da Faculdade de Medicina, republicano do primeiro momento, que militara na Carbonária e na loja "A Revolta", que participara nas greves académicas do final da Monarquia, que fora deputado às Constituintes e membro do Partido Evolucionista de António José de Almeida. Mas, diga-se também que essa conversão não foi pacífica, provocando alguns conflitos internos entre as organizações que se haviam formado de apoio à Ditadura.

Com efeito, Bissaya Barreto que, independentemente da viragem das suas ideias políticas, se tornara amigo de Salazar por ter sido médico de sua mãe, D. Maria do Resgate, afirmou a sua adesão ao regime, já a dar passos fundamentais para o Estado Novo, por altura da visita a Coimbra do Ministro do Interior, Dr. Mário Pais de Sousa, praticamente conterrâneo de Salazar, seu antigo aluno e irmão de um seu cunhado. Dirigindo-se ao Ministro, considera que ele representa um símbolo de "formação de uma valorosa corrente" que – no seu dizer – "nos há-de levar ao Estado Novo", ao "Estado Novo Republicano", que solicitaria a "colaboração de todos os bons Portugueses, que, despidos da sua ideologia e dos seus autorismos, vejam na República Portuguesa a única garantia de salvação do país nesta época de incerteza".

Era, assim, neste sentido de "união nacional", de "reconciliação da Família Portuguesa", com um apelo expresso aos "republicanos conservadores" – que teriam de abandonar a sua ideologia política, "inviável nos tempos que passam" –, de uma concepção de "Estado Novo Republicano", liderado pelo "Grande Português, grande estadista e grande coração", o Dr. Oliveira Salazar, que se operara a conversão do já célebre professor de Coimbra. Realizava-se num "ambiente de consenso", com a presença de velhos republicanos, como Albino dos Reis, que militara na União Liberal Republicana, liderada por Cunha Leal, e que era então Governador Civil de Coimbra.<sup>(36)</sup>

Fora uma espectacular conversão. Normalmente os lentes e Coimbra que apoiaram Salazar situavam-se no sector católico ou mesmo nacional-sindicalista. Por isso, e devido a contenciosos diversos havidos por Bissaya Barreto na Universidade e sobretudo na Faculdade de Medicina, a conversão soava a

---

<sup>(36)</sup>. Cfr. *Diário de Coimbra*, 21.12.1931. Sobre Bissaya Barreto, vide Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva, 1999.

escândalo. A ligação do médico republicano á União Nacional que se lhe seguiu iria gerar uma ruptura no partido do Governo em formação. Mas Bissaya manter-se-á a frente dos destinos da U.N., vindo a ser Presidente da Delegação Distrital e, no I Congresso, em 1934, já com o Estado Novo institucionalizado, o Presidente da 5ª. Sub-Secção, "Saúde e Assistência".

Todavia, nos meios estudantis eram os republicanos que venciam as lutas institucionais. Haja em vista o facto de a Presidência da Associação Académica ter sido por eles ocupada em anos sucessivos, até que o Estado Novo, em 1936, pondo termo a essa liderança e também ao processo eleitoral, nomeou uma comissão administrativa, e o facto de os republicanos serem geralmente eleitos para representantes ao Senado e à Assembleia da Universidade, situação que se extinguiu também nesse mesmo ano, com a suspensão da representação estudantil nesses órgãos.

A luta dos estudantes republicanos, nestes tempos conturbados e, ainda assim, apesar da forte repressão, com algum pluralismo e liberdade no campo político, foi marcada, sobretudo, por uma movimentação a que devemos dar um especial relevo, pois ela marca, de forma eloquentemente clara, a posição que a "Academia" tinha em relações à sua "Universidade". Trata-se do caso do Reitor Domingos Fezas Vital, da Faculdade de Direito.

Havia ele assumido a reitoria em 15 de Março de 1927, devido ao pedido de demissão de Almeida Ribeiro. Ocupava assim o cargo, passando da condição de Vice-Reitor a Reitor, nos termos da lei. Monárquico, homem de confiança da Ditadura e vítima, com Salazar, Carneiro Pacheco e Magalhães Colaço, do famoso processo de suspensão de 1919 por alegadas posições contra-revolucionárias em relação à República<sup>(37)</sup>, não lhe foi negado o desempenho de funções quando, por alteração legal ocorrida em 1928 e confirmada em 1929<sup>(38)</sup>, o Reitor passou a ser de livre escolha do

---

(37). Cfr. J. Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República*, pp. 317 ss., e o artigo de António Pedro Vicente, "Conflitos académicos durante a 1ª. República. Professores acusados de ofensas às instituições democráticas", in *Universidade(s). História, memória, perspectivas*, Coimbra, 1991, vol. 5, p. 327 ss.

(38). Através do decreto n.º 15 453, de 10 de Maio de 1928, "as nomeações para o cargo de reitor passam a ser de livre escolha do Governo". Pelo decreto n.º 16 623, de 18 de Março de 1929, art. 2.º, é modificado o art. 5.º, do já citado Estatuto da Instrução

Governo. Pediu a exoneração, em 10 de Julho de 1928, que lhe foi recusada pelo Ministro da Instrução Pública<sup>(39)</sup>.

O conflito que opôs os estudantes republicanos a Fezas Vital terá resultado de dois motivos: um deles, o principal, foi provocado pela eleição do representante dos estudantes ao Senado, em fins de 1928, do monárquico Bento Caldas, preterindo o académico republicano Vitorino Nemésio. Os republicanos entenderam ter havido ilegalidade no processo eleitoral, que fora presidido pelo próprio Reitor, razão pela qual impugnaram as eleições, acabando por lhes ser dada razão pelo Supremo Conselho de Administração Pública, após indeferimento inicial do Ministro da Instrução<sup>(40)</sup>. Outro motivo detectámo-lo no jornal do C.R.A., *Gente Nova*, o qual dá conta da polémica levantada por um manifesto em que se acusava o Reitor de ter afastado, do concurso para Secretário Geral da Universidade, Rui Machado, pelo facto de ele ser republicano<sup>(41)</sup>.

Gerou-se, assim, um movimento de contestação ao Reitor, só comparável ao que sucedeu no século XIX com o célebre revolta contra o reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto, liderada pela Sociedade do Raio e por Antero de Quental. Surgiram panfletos agressivos contra ele, contra os "integralistas" e contra a Universidade e, entre outros actos, foi boicotada a abertura solene das aulas, em Outubro de 1930, na qual proferia a "oração de sapiência" o Professor da Faculdade de Direito Mário de Figueiredo, que seria uma das figuras mais ligadas ao regime salazarista.

Dissemos que este conflito é particularmente significativo pela oposição que nele se estabelece entre a "Academia", ou pelo menos o seu sector mais militante e agressivo, e a "Universidade". Vamos explicar

---

Universitária (decreto n.º 12 426, de 9 de Maio de 1926), passando a vigorar o seguinte: "O Reitor será livremente escolhido pelo Governo entre os professores do ensino superior ou Juizes de Relação e Supremo Tribunal de Justiça".

(39). Cfr. Francisco Morais, *Reitores da Universidade de Coimbra*, pp. 117-118, e Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores*, pp. 338 ss. Mais desenvolvida investigação sobre os vários aspectos deste reitorado foi realizada por Ana Maria Mendes, em trabalho não publicado. Sobre Fezas Vital, cfr. *Reitores da Universidade de Coimbra. 1927-1960*. Trabalho de fim de curso policopiado. Coimbra, 1992, pp. 9 ss.

(40). Depoimento de M. Cal Brandão, in *ob. cit.*, pp. 164-165 e 168-169.

(41). Cfr. *Gente Nova*, n.º 13, 18.3.1928, "O Senhor Reitor e a Academia".

a razão da nossa afirmação que é particularmente evidente através da leitura do panfleto intitulado *Delenda est Carthago. A Academia Republicana perante a Universidade de Coimbra*<sup>(42)</sup>.

O texto, de uma violência sem quartel, apresenta da Universidade uma imagem tenebrosa, nomeadamente de quase todos os professores das Faculdades de Letras e de Direito. A razão disso é, de resto, facilmente compreensível, por serem as duas faculdades que foram consideradas durante a República como reduto do conservadorismo e da reacção monárquica, pelo que foram vítimas de processos por parte do regime deposto em 28 de Maio de 1926, no caso da Faculdade de Letras através da sua supressão pelo governo de Leonardo Coimbra<sup>(43)</sup>, que (como dissemos) não chegou a concretizar-se e, no caso da Faculdade de Direito, pela acção contra os quatro lentes já várias vezes referida.

Desta forma, estabelecia-se uma distinção entre a "Universidade" e a "Academia", que no entanto vinha a ser atenuada — e isso não deixa também de ser sintomático — quando, após o pedido de demissão de Fezas Vital, apresentado formalmente por razões corporativas e não devido à contestação estudantil<sup>(44)</sup>, assumiu o lugar de forma interina o Vice-Reitor Prof. Luís Carriço, da Faculdade de Ciências, até que o governo, exercendo o seu poder, nomeou também interinamente, para pacificar a Academia, Pedro Amor Monteiro de Barros, coronel do Exército, professor do Instituto Superior-Técnico de Lisboa e Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Unanimemente

---

(42). *Delenda-est Carthago. A Academia Republicana perante a Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1930. Vide a sua transcrição in *Os estudantes no regime fascista*, p. 179 ss.

(43). Cfr. decreto n.º 5 770, de 10 de Maio de 1919: desanexa a Faculdade de Letras de Coimbra, que acusa de uma "quase completa orientação tomista de forma escolástica", e coloca-a na Universidade do Porto.

(44). Cfr. *Actas do Senado*, sessão de 24 de Dezembro de 1930, fls. 41 ss. As razões invocadas eram, na verdade, as leis que, segundo o Reitor, "afectaram ou pretenderam afectar profundamente, quer a organização dos serviços, quer o património", entre as quais estava a extinção da Escola Superior de Educação e a reforma muito contestada da Faculdade de Ciências. É curioso que, nesta sessão do Senado, o professor da Faculdade de Medicina, Lúcio de Almeida, que se manifestou como adversário do regime, propôs uma moção pela qual se protestasse "contra os actos ministeriais que provocaram esta demissão", considerando esta posição crítica, no contexto da discussão que se gerou, como "uma atitude de profilaxia social". Sintomaticamente, foi nisso logo contrariado pelos professores afectos ao sistema, Mário de Figueiredo e Ferrand de Almeida.

considerado como amigo dos estudantes, sobretudo pelos estudantes republicanos, o Doutor Luís Carriço foi cognominado carinhosamente como o "Reitor da Academia"<sup>(45)</sup>.

A "Universidade" era, porém, considerada como uma instituição decadente, sendo particularmente contestada pelos sectores mais avançados, isto é, pelos republicanos, de tendências mais moderadas ou mais radicais. A questão que se verifica em 1933, já na vigência do Estado Novo, motivada por um documento assinado pela grande maioria dos professores de Coimbra<sup>(46)</sup>, é a prova de que, na realidade, qualquer pretexto serviria para que sobre ela recaíssem críticas violentas.

Numa mensagem dirigida ao Ministro da Instrução Pública, justificava-se a falta de qualidade do ensino universitário basicamente pela falta de autonomia da corporação e pelas carências de condições de trabalho dos seus professores. Assim, as reformas requeridas focavam em particular a melhoria das condições dos docentes, inclusivamente no domínio dos vencimentos. Este documento, escrito em tom equilibrado – apesar de uma ou outra expressão infeliz, que feriu a sensibilidade republicana<sup>(47)</sup> – foi assinado por cinquenta e quatro professores, isto é, pela grande maioria do quadro docente da Universidade, entre os quais se encontravam alguns assumidos democratas, como Anselmo Ferraz de Carvalho, da Faculdade de Ciências, ou Mário Silva. Conforme vieram a proclamar os folhetos de crítica que tal mensagem originou, só não terá sido assinado por três professores catedráticos, ou seja, Joaquim de

---

(45). Cfr. o referido depoimento de M. Cal Brandão, in *ob. cit.*, pp. 170-171, e A. Macedo, *Da Academia do meu tempo aos estudantes de amanhã*, Porto, 1945, pp. 24-29. Ver também alguns pormenores destas lutas em Alberto Vilaça, *Para a história remota do PCP em Coimbra. 1921-1946*, Lisboa. Caminho, 1997, p. 63 ss.

(46). Cfr. "Uma mensagem do corpo docente da Universidade de Coimbra ao sr. ministro da Instrução", in *Novidades*, 18 de Agosto de 1933.

(47). Nomeadamente chocou, com compreensível razão, a sensibilidade dos críticos o passo em que, para salientarem as suas más condições de trabalho — as quais os obrigavam a dar muitas aulas sem terem tempo para se dedicar à investigação —, os professores de Coimbra comparavam a sua situação "ao papel humilhante de mestre-escola" (*jornal cit.*, p. 4, coluna 1).

Carvalho e Virgílio Correia (ambos da Faculdade de Letras) e Aurélio Quintanilha (da Faculdade de Ciências)<sup>(48)</sup>.

Vários artigos de jornais e panfletos surgiram, pois, no contexto desta reivindicação do corpo docente universitário. Nomeadamente a contestação ao documento foi liderada pelo grupo "Renovação Democrática", saído da "Seara Nova". António Lobo Vilela, que havia frequentado a Faculdade de Ciências, foi um dos plumitivos desta questão. Após ter escrito antes dela alguns artigos no jornal *A Voz da Justiça*, da Figueira da Foz, periódico em que, de resto, se realizara um "Inquérito sobre a Universidade", e de ter publicado um opúsculo significativamente intitulado *A crise da Universidade*<sup>(49)</sup>, redigiu, já depois de ser conhecida a mensagem dos lentes de Coimbra, o pequeno livro *A Universidade falou!...*<sup>(50)</sup>.

As suas ideias revelaram um pensamento básico que se radicava nas concepções mais extremistas da Convenção, por altura da Revolução Francesa: manifesta-se contra a "autonomia", corporativa ou liberal, da Universidade, e defende a sua extinção.

Mas o certo é que não eram só estudantes ou ex-estudantes a contestar a Universidade ou a criticar o seu modo de funcionamento. Assim o fizeram explicitamente, antes desta polémica, Rodrigues Lapa, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Aurélio Quintanilha, Professor da Faculdade de Ciências de Coimbra, em conferências organizadas pelo jornal *O Século*, na capital<sup>51</sup>.

---

<sup>(48)</sup>. Cfr: a referência a esses nomes nos folhetos, a que a seguir nos vamos referir: A. Lobo Vilela, *A Universidade falou!...*, Figueira da Foz, Cadernos de Cultura Democratista, 1933, p. 12, nt, e Eduardo Salgueiro, *O suicídio dos catedráticos de Coimbra*, Figueira da Foz, Cadernos de Cultura Democratista, 1933, p. 14. Qualquer dos folhetos fala de "professores catedráticos". Portanto, nesta perspectiva, a informação deve estar correcta. No entanto, o documento não é apresentado em nome dos "professores catedráticos" e sim em nome de "um grupo de professores da Universidade de Coimbra". Assim, poderemos dizer que falta também, pelo menos, o nome de Sílvio Lima, que, não sendo professor catedrático, era então doutor e tinha a categoria de "professor auxiliar". Desconhecemos se a sua falta tem algum significado.

<sup>(49)</sup>. *A crise da Universidade*, Cadernos de Cultura Democratista, Figueira da Foz, 1933.

<sup>(50)</sup>. *Ob. cit.*

<sup>(51)</sup>. Cfr. Rodrigues Lapa, "A política do idioma e as nossas Universidades", in *O Século*, 16 de Fevereiro de 1933, e A. Quintanilha, "O papel da investigação científica e as suas necessidades em Portugal", in *O Século*, 26 de Março de 1933.

Se a conferência de Rodrigues Lapa provocou reacções na Universidade de Coimbra, sem todavia assumirem o carácter formal de um protesto, pois o seu autor era professor em Lisboa, mais graves foram, obviamente, as reacções à palestra de Quintanilha. Uma afirmação do professor de Ciências feriu particularmente a sensibilidade de alguns professores: "A Universidade não produz porque a investigação científica não tem tradições entre nós, porque o recrutamento dos elementos novos é feito pelos velhos, que seleccionam à sua imagem e semelhança, pessoas com a mesma mentalidade e que não sejam elementos perturbadores".

Alguns membros do Senado e da Assembleia Geral da Universidade<sup>(52)</sup> moveram uma dura luta a Aurélio Quintanilha, tendo sido aprovada no primeiro órgão uma moção contra ele. Lideraram o processo Fezas Vital, ex-reitor e director da Faculdade de Direito, vítima, como se disse, do processo de 1919, por alegadas acções contra-revolucionárias, situação que de resto invocará com orgulho na Assembleia Geral da Universidade, e da contestação dos estudantes em 1930, e Mário de Figueiredo, amigo íntimo de Salazar e um dos mais indefectíveis apoiantes do Estado Novo. No Senado e na Assembleia, Fezas Vital foi quem introduziu a questão, apresentando, como director da sua Faculdade, uma moção contra o comportamento de Quintanilha, e discursando ali e na Assembleia da Universidade durante largo tempo sobre a situação em termos bem duros. No entanto, apesar do apoio de alguns colegas, entre os quais se deve destacar o Professor Eusébio Tamagnini, nacional-sindicalista e que virá a ser Ministro da Instrução Pública de Salazar (1934-1936), a posição de Fezas Vital e de Mário de Figueiredo foi invertida, não tanto devido ao discurso de Aurélio Quintanilha, que acendeu um debate pessoal exaltado, mas sobretudo devido às posições assumidas por Ferraz de Carvalho, secundadas por Joaquim de Carvalho e, indirectamente, por uma moção dos estudantes. Foram elas que levaram a Assembleia a votar uma moção, que o próprio Mário de Figueiredo assinou, pela qual não só se dava "o incidente por liquidado", mas também se

---

(52). Cfr. Arquivo da Universidade de Coimbra, *Actas do Senado*, sessões de 3, 9 e 27 de Abril de 1933, e *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Assembleia Geral*, Coimbra, Arquivo da Universidade, sessão de 6 de Maio de 1933.



promoveria "uma larga discussão do recrutamento do professorado universitário, no campo elevado dos princípios" e se reivindicaria "o estudo de todas as questões pedagógicas da organização universitária".

Foi esse "estudo" decerto que levou à produção, meses depois, do referido abaixo-assinado dirigido ao Ministro da Instrução Pública, o tal que foi considerado pelos críticos um documento infeliz. *O suicídio dos catedráticos*, chamou um militante do movimento da "Renovação Democrática" à mensagem dos cinquenta e quatro lentes de Coimbra...<sup>(53)</sup>

### 3. O fim do "problema universitário" e a extinção da Imprensa da Universidade

la, porém, terminar, praticamente, este debate sobre o ensino universitário – assim como sobre os destinos da política portuguesa –, que envolvia estudantes, antigos estudantes, professores e simples cidadãos, debate que se verificou no domínio dos textos e nos órgãos da Universidade, mas também (como vimos) nas manifestações de rua, em conferências e em comícios ou em reuniões secretas. E se se deu em Coimbra (universidade onde particularmente o estudámos), ter-se-á dado com fulgor idêntico, ou ainda maior — a aceitar as críticas dirigidas sobretudo a Coimbra pelos ideólogos de "esquerda" e os testemunhos dos ideólogos de "direita" — no Porto e em Lisboa<sup>(54)</sup>. Aliás, são conhecidos alguns episódios de grande violência que se verificaram nesses

---

(53). Cfr. Eduardo Salgueiro, *ob. cit.*

(54). É sintomático o testemunho do folheto a que a seguir nos vamos referir, *O problema universitário em Portugal*, quando defende a Universidade de Coimbra das críticas que lhe eram feitas, nomeadamente pelo movimento de "Renovação Democrática". Vejamos este passo significativo: "Sim. O que os apoquentas é a Universidade de Coimbra. Porque mais tradicional, porque mais nacional, porque mais científica, a Universidade de Coimbra é o alvo comum das cóleras, das invectivas, dos rancores, dos despeitos, das injúrias... Eles não falam na Universidade do Porto, onde fumegam focos deletérios das mais nefastas ideologias... Também a Universidade de Lisboa é poupada — pelo mesmo motivo. Medram lá, prosperam lá, exemplares característicos da decadência que os ventos do oriente sopram — e por esse motivo, também a Universidade de Lisboa goza de certa impunidade" (pp. 25-26). Aliás, parece indubitável que, por exemplo, uma das razões da tentativa, não concretizada, de extinguir a

outros meios universitários<sup>(55)</sup>. Mas, como dizíamos, em breve ia terminar este debate. E quase diríamos que o tom da posição governamental é dado por um texto que vem ainda na sequência da questão universitária de 1933. Trata-se do folheto, publicado em 1934 pela Editorial Vanguarda, intitulado *O problema universitário em Portugal*.

Defensor de um "nacionalismo totalitarista", o texto, sem autor, afirma com uma grande clareza de princípios:

"Dentro do Estado Novo, não há, e não pode haver duas opiniões: Estado de tendências totalitárias, o Problema universitário terá que subordinar-se, na sua solução, às directrizes ideológicas que inspiram o Estado Novo. A Universidade terá que viver integrada no Estado Novo, e não à margem do Estado, alheia ao Estado, e quando Deus quer, inimiga do Estado. A Universidade, vivendo integrada no Estado, tem que pôr as suas actividades, todas as suas canseiras, ao serviço do Estado, no campo que lhe é próprio. Dentro da atmosfera do Estado Novo, ela tem que ser nacionalista, e não internacionalista; corporativista, e não liberalista; organicista, e não democrática"<sup>(56)</sup>.

E, depois de ter defendido a Universidade de Coimbra e de atacar o movimento de "Renovação Democrática", de ter afirmado o "totalitarismo" do Estado Novo, que deve integrar as instituições nos seus princípios e de

---

Faculdade de Direito de Lisboa, em 1928, a que havia pertencido, emblematicamente, Afonso Costa, era exactamente haver nela um importante lote de professores ligados à Primeira República, tais como Barbosa de Magalhães, Rocha Saraiva, Abranches Ferrão, Pedro Martins, Vieira da Rocha. Quanto à Faculdade de Letras do Porto, que foi efectivamente abolida, ela resultara de uma tentativa da República de extinguir a de Coimbra, exactamente pelos motivos contrários — o seu alegado carácter conservador. Nela ensinavam republicanos como Leonardo Coimbra (que havia sido o autor do projecto de extinção da congénere faculdade de Coimbra), Luís Cardim, Newton de Macedo.

<sup>(55)</sup>. Foi o caso de uma grande manifestação ocorrida no Porto em Abril de 1931, de que resultou, devido à queda de um varandim, a morte do estudante João Martins Branco. Verificou-se então uma grande concentração académica no cortejo fúnebre. Sobre estas manifestações e sobre outras ocorridas em Lisboa, Porto e Coimbra, ver o citado livro *Os estudantes no regime fascista*.

<sup>(56)</sup>. *O Problema Universitário em Portugal*, Editorial Vanguarda, Avenida da Liberdade, 3-2º. Lisboa, 1934, pp. 11-12.

execrar o bolchevismo estudantil, mais frequente em Lisboa e no Porto, termina num apelo retórico de nacionalismo dirigido à juventude, bem ao gosto do fascismo:

"A Mocidade passa uma hora difícil, porque os ventos que sopram e a tentam, são vários e desvairados. Urge empolgá-la, conquistá-la e conduzi-la a destinos gloriosos — quais sejam o de servir incansavelmente e desinteressadamente a sua Pátria, que é a mais bela de todas as Pátrias, escutando assim a palavra formosa do Poeta:

Ó mocidade heróica e bela,  
Morre a cantar!... morre... porque ela  
Reviverá!"<sup>(57)</sup>

Como se viu, a Universidade perdera a sua autonomia desde que o reitor não só passara a ser livremente nomeado pelo Governo, mas principalmente na medida em que passara a ser considerado, desde a legislação de 1930, o "representante do Ministro da Instrução Pública perante a Universidade"<sup>(58)</sup>. Em 1931, durante o ministério de Gustavo Cordeiro Ramos, previne-se o pessoal docente que "as infracções e delitos cometidos [...] no exercício das suas funções ou, fora deste exercício, em circunstâncias que o afectam serão punidos" com penas que poderiam ir desde a advertência à demissão<sup>(59)</sup>. Porém, não era tudo. Três actos fundamentais, em anos sucessivos, marcam realmente o ataque do governo de Salazar às ideias democráticas, que ainda subsistiam na Universidade, e a sua integração dentro dos esquemas "corporativos orgânicos" do regime:

O primeiro foi a extinção da Imprensa da Universidade, que era dirigida pelo Professor Joaquim de Carvalho<sup>(60)</sup>. É este afinal o caso que mais nos interessa devido à finalidade da nossa análise. Mas, como já se depreendeu,

---

<sup>(57)</sup>. *Ob. cit.*, p. 38.

<sup>(58)</sup>. Cfr. Estatuto da Instrução Universitária, decreto-lei n.º 18 717,2 de Agosto de 1930, art. 8.º.

<sup>(59)</sup>. Decreto n.º 19 794, 29 de Maio de 1931

<sup>(60)</sup>. Cfr. o citado Decreto-Lei n.º 24 124, de 30 Junho de 1934, regulamentado pelo decreto-lei n.º 24 440, de 29 de Agosto do mesmo ano. Ver sobre o tema Jorge Peixoto, *artigo in ob. cit.*

não vamos tecer sobre ele considerações demasiado específicas, por duas ordens de motivos: em primeiro lugar porque as reflexões fundamentais sobre o tema foram já expandidas por Jorge Peixoto e em segundo porque — conforme já afirmámos — nos parece mais lógico explicar essa extinção pelos objectivos essenciais do Estado Novo, tendo em conta as perturbações que se verificaram durante a Ditadura Militar e os primeiros anos do regime de Salazar, do que por motivos meramente casuísticos.

Digamos que, sem dúvida, se tratou de um acto de natureza política. Pode justificar-se, basicamente, pela ideologia republicana, sempre afirmada, de Joaquim de Carvalho, cuja acção convinha de alguma forma combater. Se é provável que Salazar e os seus colegas de Governo, alguns dos quais eram originários de Coimbra, tendo assinado, obviamente, o decreto regulamentador da extinção da Imprensa — Manuel Rodrigues Júnior e Caeiro da Mata —, não desejavam, ao contrário do que (como veremos) fizeram com outros professores, atingi-lo "pessoalmente", por certo devido às suas posições em defesa da Faculdade de Letras e da Universidade de Coimbra em 1919, consideraram oportuno tomar uma medida "institucional" que indirectamente atingia Joaquim de Carvalho. Por outro lado, a decisão justificar-se-ia principalmente — conforme atrás se sugeriu — pela desejo de neutralizar uma instituição anexa à Universidade que, devido à sua prática de autonomia, poderia publicar textos pouco adequados à ideologia única do Estado Novo.

No entanto, analisando as obras publicadas no tempo da administração de Joaquim de Carvalho<sup>(61)</sup>, dificilmente encontramos na actividade editora e impressora da Imprensa universitária alguma linha definida em prol de um ideário democrático assumidamente de oposição ao pensamento salazarista. Quando muito depararemos com uma acção cultural pluralista, onde, a par de obras de alguns republicanos, sobre temas que, em geral, não eram explicitamente de carácter político, se encontram textos de nacionalistas da ala de Salazar ou que vieram a integrar-se no grupo de acção cultural e ideológica do Estado Novo. Antes da Ditadura Militar houve uma colecção da Imprensa da Universidade chamada "Biblioteca Democrática". Foi nela que

---

<sup>(61)</sup>. Como amostragem de algumas obras publicadas pela Imprensa da Universidade (no tempo de Joaquim de Carvalho e muito antes), ver *Imprensa da Universidade. Catálogo*, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Serviços Culturais, 1992.

em 1924 se publicou a obra de Henriques Nogueira *Estudos sobre a reforma em Portugal*. Mas, essa coleção foi desactivada, mantendo-se sim colecções aparentemente "inofensivas" como "Subsídios para a História da Arte Portuguesa" e criando-se outra, que já podia ser considerada mais perigosa, intitulada "Filósofos e Moralistas". Nela publicaram-se obras de Benedetto Croce sobre Hegel, numa tradução de Vitorino Nemésio<sup>(62)</sup>, ou do republicano Newton de Macedo, sobre Psicologia Experimental<sup>(63)</sup>. Se, todavia, este livro do professor da Faculdade de Letras do Porto, de fundação republicana, seria "inofensiva" do ponto de vista científico-cultural no âmbito do que se considerava o modelo científico-cultural do jovem Estado Novo (embora seja difícil avaliar o que se entendia ou não por "inofensivo"), já talvez não seja tão "inocente" a obra publicada três anos antes pelo mesmo autor durante a Ditadura Militar, *A luta pela liberdade no pensamento europeu*<sup>(64)</sup>. Além disso, talvez a última obra a ser editada pela Imprensa (já com data de 1935) tenha sido o livro de Sílvio Lima, *O Amor Místico*<sup>(65)</sup> que, na verdade, nunca chegou a vir a público, pois o jovem professor foi então demitido, conforme veremos.

Além deste tipo de obras, publicaram-se, portanto, outras de nítido pendor ideológico de "direita" ou de autores representantes dessa corrente, que se integravam perfeitamente na linha de pensamento salazarista, o que, de resto, provocou a crítica dos correligionários de Joaquim de Carvalho, de acordo com o testemunho memorial de Belisário Pimenta<sup>(66)</sup>. Recordem-se os casos de Alfredo Pimenta, *Estudos filosóficos e críticos*, de Manuel Anselmo, *Soluções críticas*, e de João Ameal, *No limiar da Idade-Nova*.<sup>(67)</sup> Ao nível da

---

(62). *O que é vivo e o que é morto na filosofia de Hegel*. Tradução de Vitorino Nemésio. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

(63). *As novas tendências da Psicologia Experimental: a teoria da forma*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

(64). *A luta pela liberdade no pensamento europeu*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.

(65). *O Amor Místico*. (Noção e valor de uma experiência religiosa), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935.

(66). Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Memórias de Belisário Pimenta*, manuscrito 3363, vol. XII, 22 de Agosto de 1932, p. 338. Ver o trabalho de fim de curso de Ana Caldeira Serrano, *Belisário Pimenta — Visão crítica dos alvares do Estado Novo*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2001.

(67). Alfredo Pimenta, *Estudos filosóficos e críticos*. Prefácio de Ricardo Jorge. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930; Manuel Anselmo, *Soluções críticas*, Coimbra, Imprensa da

literatura, se é relativamente abundante a publicação de obras de Antero de Quental, que foram objecto de estudos de referência de Joaquim de Carvalho, ou de estudos sobre os autores da "geração de 70", passíveis de serem lidos pela *Intelligentsia* de esquerda, não deixa também de ser surpreendente a publicação do poema do Padre Vasco Reis, *Romaria*, prefaciado por Alfredo Pimenta<sup>(68)</sup>, que, surpreendentemente, foi vencedor *ex-aequo*, com *Mensagem* de Fernando Pessoa, do prémio de poesia "Antero de Quental", do Secretariado de Propaganda Nacional.

Segundo nos informa Jorge Peixoto, falou-se de um outro motivo mais imediato para explicar a extinção da Imprensa da Universidade. Trata-se do "boato" então propalado de que o jornal *A Verdade*, de que se publicaram onze números de Julho de 1933 a Fevereiro de 1934, em Lisboa, Coimbra e Madrid, e que foi dirigido por Armando Cortesão, irmão de Jaime Cortesão — que ali publicou, no número 9 de Janeiro de 1934, o poema de rara virulência contra Salazar, intitulado "Maldição" —, havia sido, em certa altura, dado à estampa na Imprensa da Universidade ou com os tipos vindos dali. Jorge Peixoto, embora sem citar dados concretos, limita-se a dizer que nenhuma das hipóteses é verdadeira<sup>(69)</sup>. O que devemos acrescentar, quanto a esta situação, apenas para entendermos que, mais do que motivos específicos, houve razões de prática política que levaram a extinguir a Imprensa e a tomar outras atitudes estratégicas é que, para fazer frente ao jornal *A Verdade*, de nítido carácter oposicionista, passou a publicar-se, por acção do S.P.N., dirigido por António Ferro, um outro periódico, também intitulado sintomaticamente *A Verdade* (1933-1939), dirigido pelo jornalista nortenho Costa Brochado, que, assim, iniciou uma significativa carreira política orgânica ao serviço do Estado Novo<sup>(70)</sup>.

---

Universidade, 1934; João Ameal, *No limiar da Idade-Nova*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

(68). Vasco Reis, *A Romaria*, Com uma Carta-Prefácio do Sr. Dr. Alfredo Pimenta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

(69). Jorge Peixoto, artigo citado in ob. cit., pp. XLIX-LIII.

(70). Vide a tese de mestrado, já concluída mas ainda não defendida em provas públicas, de João Tiago Caldeira de Sousa, *Costa Brochado. Um intelectual orgânico do regime salazarista*. Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 2001.

Ainda surge uma outra hipótese que vislumbrámos no processo da PIDE de Joaquim de Carvalho. No Cadastro Político n.º 72, com referência a 24 de Fevereiro de 1928, pode ler-se: "Existem fortes suspeitas de que os panfletos intitulados 'Ao Povo Republicano' e 'Ao Exército Republicano' tivessem sido mandados imprimir pelo epigrafado [Joaquim de Carvalho]". E, com referência a 21 de Março do mesmo ano, afirma-se que se mantinham as suspeitas de que "os últimos panfletos distribuídos nesta cidade [Coimbra], devem ter sido impressos na Imprensa de que o epigrafado é Director, de conivência com o Coronel reformado Bandeira e José Rodrigues da Costa que anda fugido"<sup>(71)</sup>

Dentro da lógica que nos propusemos seguir, acompanhando o rumo de anteriores páginas já publicadas, falemos, pois, das outras medidas tomadas pelo Estado salazarista em relação à Universidade.

Em 13 de Maio de 1935 foi publicado o Decreto n.º 25 317, que abria as portas a grandes depurações políticas. No artigo 1.º podia ler-se: "Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário". Foi no contexto desta legislação que foram demitidos, para além dos Professores Abel Salazar, da Faculdade de Medicina do Porto, e Rodrigues Lapa, da Faculdade de Letras de Lisboa, os Professores Sílvio Lima e Aurélio Quintanilha<sup>(72)</sup>, respectivamente da Faculdade de Letras e da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Entre os funcionários

---

<sup>(71)</sup>, IAN/TT, Arquivo da PIDE/DGS, Joaquim de Carvalho, Processo Individual n.º 646, doc. n.º 123.

<sup>(72)</sup>, Vide *Diário do Governo*, n.º 111, 1.ª série, 16.5.1935, e n.º 173, 1.ª série, 27.7.1935. Sobre os casos de Sílvio Lima e Aurélio Quintanilha, ver o estudo de Nídia Gregório, por nós dirigido, "'Subversão' e repressão na Universidade de Coimbra — dois casos exemplares", in *Ideologia, cultura e mentalidade no Estado Novo. Ensaios sobre a Universidade de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, p. 23 ss. Sobre Abel Salazar, vide Norberto Cunha, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Dissertação de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 1989. Vide, também, sobre Sílvio Lima, o artigo da nossa autoria "Estado Novo e vigilância policial na Universidade. Os casos de Sílvio Lima e Joaquim Ferreira Gomes", in *Ensaios em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Lisboa, Núcleo de Análise e Intervenção Educacional - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1998, e outro

destaque-se o Secretário da Universidade José de Oliveira Neves<sup>(73)</sup>, curiosamente genro do reitor de então, João Duarte de Oliveira.

As razões de tais demissões são óbvias. Sílvio Lima era um militante republicano desde os seus tempos de estudante e distinguira-se, já na qualidade de Professor Auxiliar, no domínio da polémica, em particular através das suas *Notas Críticas* à obra do Cardeal Cerejeira, *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, crítica essa que provocou grande celeuma nos meios católicos e conservadores<sup>(74)</sup>. A sua posição em defesa da ciência, pondo entre parênteses a fé, contrariava a tese de Cerejeira, que considerara as duas realidades interligadas, opondo-se, assim, ao pensamento laicista liberal, republicano e socialista e esperando o "Renascimento Cristão" dos intelectuais. Aquela teoria "heterodoxa" de Sílvio Lima, a juntar à sua dissertação sobre o "Amor Místico"<sup>(75)</sup>, com que desejava apresentar-se a provas para professor extraordinário nesse ano de 1935, foram, pois, suficientes para precipitar o seu processo de exoneração. Não se poderá esquecer que o Catolicismo fazia parte integrante da ideologia do Salazarismo e da própria estrutura do pensamento universitário coimbrão. Quanto a Aurélio Quintanilha, era conhecida a sua acção republicana, e até

---

artigo, de próxima a parição, a publicar, no Porto, em volume de homenagem a João Francisco Marques.

(73). José de Oliveira Neves havia proferido em 1933, na Associação dos Artistas de Coimbra, uma conferência sobre o tema "O Nacional-Sindicalismo e o movimento operário", na qual atacara o fascismo italiano, o nazismo alemão e o nacional-sindicalismo português, onde militavam professores da Universidade de Coimbra próximos de Salazar, como Eusébio Tamagnini e Cabral Moncada. Cfr. os comentários acerca desta conferência no jornal nacional-sindicalista *Revolução*, 25.4.1933. Vide uma curta notícia sobre este caso in Nídia Gregório, *idem*, pp. 34-35, e uma breve referência em Jorge Peixoto, *ob. cit.*, p. XLVI.

(74). Cfr. a obra *Notas críticas ao livro do Sr. Cardinal Gonçalves Cerejeira "A Igreja e o Pensamento Contemporâneo"*, 2ª edição, corrigida, ampliada e com um apêndice-resposta, Coimbra, Livraria Cunha, 1931. A 1ª edição da obra de Cerejeira, que era então professor da Faculdade de Letras e um militante católico do Centro Académico de Democracia Cristã (C.A.D.C.), data de 1924 e teve depois sucessivas edições. Outra obra que criticou o livro do cardeal foi publicada em Lisboa pelo médico Almeida e Paiva, *Liberdade, ciência e religião. Estudo das bases da crença e vida da Igreja. Seguido duma réplica a propósito de "A Igreja e o pensamento contemporâneo"*, Lisboa, 1930.

(75). Cfr. *ob. cit.*: *O Amor Místico. (Noção e valor de uma experiência religiosa)*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935.



o seu radicalismo, pois militara enquanto estudante na associação anarquista "Falange Demagógica"<sup>(76)</sup>. A agravar essa situação, precipitou-se o processo originado pela conferência de *O Século*, que sumariamente descrevemos, o que, apesar do apaziguamento corporativo que lhe sucedeu, criara a ideia de que tomara uma posição ostensiva contra a Universidade tradicional.

Finalmente, dir-se-á que o ano de 1936 é decisivo em termos de política da educação do Salazarismo e da extinção das liberdades académicas que subsistiam.

Carneiro Pacheco, companheiro com Salazar e Fezas Vital (para além de Magalhães Colaço, falecido prematuramente) do célebre processo de 1919, já várias vezes referido, sobe à pasta do Ministério da Instrução Pública, que, pela lei n.º 1 941, de 11 de Abril, se transforma em Ministério da Educação Nacional (Base I). Para além de aspectos de organização — a criação da Junta Nacional de Educação, cuja primeira secção era sintomaticamente a de "Educação moral e física" (Base II) — deve salientar-se que a Base V dizia respeito à "selecção do professorado de qualquer grau de ensino", exigindo-se a "sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional". E na Base IX apontava-se para a Mocidade Portuguesa, cujo Regulamento surgirá em 4 de Dezembro: "Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa". É certo que a Mocidade Portuguesa não teve grande efeito ao nível do ensino superior, mesmo que se considere que o grupo dos jovens dos 17 aos 26 anos ("cadetes") constituiria a "Milícia", que colaboraria directamente com a Legião Portuguesa, e apesar de se fundarem residências da M.P. nas cidades universitárias que albergariam sobretudo estudantes do ensino superior. No entanto, também é verdade que neste ano de 1936 se atentaram fortemente contra as liberdades académicas, por se entender que a Academia deveria ser tutelada pelo Estado. Assim, por "ordem de

---

(76). Veja-se o seu testemunho em entrevista concedida a João Medina: João Medina, "Entrevista com Aurélio Quintanilha", *Clio — Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. IV, 1982.,

serviço" do Ministro da Educação, de 6 de Novembro, foi suspensa a representação dos estudantes no Senado e na Assembleia Geral da Universidade e, no mesmo mês, foram suspensas as eleições na Associação Académica de Coimbra, tendo sido nomeada a primeira Comissão Administrativa, presidida por João Pedro Miller Guerra. O grupo católico começava, assim, por cooperar com a estratégia do Estado Novo e da "sua Universidade", o que — diga-se — nem sempre sucederá, como mais tarde virá a provar o próprio Miller Guerra, quando, já professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e deputado crítico da ala "liberal" do regime marcelista, vier a denunciar a crise da Universidade<sup>(77)</sup>.

Consumava-se assim o processo de ligação da Universidade ao regime, que era acompanhado de leis gerais repressivas, extensivas a todas as instituições e a todos os funcionários públicos. Era o caso do famigerado decreto-lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, que obrigava todos os funcionários do Estado a fazer o seguinte juramento:

"Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas."

Mas, resta perguntar, para perceber em toda a perspectiva este processo: como reagiu a Universidade a estas medidas atentatórias da sua liberdade?

Quanto à extinção da Imprensa, não há nenhuma reacção firme por parte do Senado nem por parte da Assembleia da Universidade, que não se reuniu sequer para discutir o assunto. Não há mesmo unanimidade quanto à importância por ela desempenhada na vida universitária, nem quanto a qualquer crítica à medida governamental, nem até quanto a uma moção de apreço ao Ministro da Instrução, Alexandre Alberto de Sousa Pinto, que entretanto se demitira, alegando-se que tal posição poderia ser entendida implicitamente como uma censura ao governo, na medida em que circulavam rumores que ligavam essa demissão à decisão de abolir a

<sup>(77)</sup> Cfr. *As universidades tradicionais e a sociedade moderna. Aviso prévio efectuado na Assembleia Nacional em 14 de Abril de 1970 seguido de debate*. Lisboa, Moraes Editores, 1970.

Imprensa. Acima de tudo, o que se manifesta, para além de uma platónica afirmação de apreço pelo papel desempenhado por Joaquim de Carvalho e da perplexidade de o Reitor não ter tido conhecimento prévio da referida medida, é o cuidado em assegurar que o edifício onde a Imprensa se encontrava se mantivesse na posse da Universidade e que se não extinguísse a acção editorial que a Imprensa vinha assegurando<sup>(78)</sup>. E não deixa ainda de ser curioso – como já o notou Jorge Peixoto<sup>(79)</sup> – que, na segunda sessão em que o assunto foi tratado, Mário de Figueiredo tenha procurado desviar a atenção dos senadores para um assunto que considerou ser mais importante, as obras da Cidade Universitária, em que o edifício da Imprensa se integraria, as quais o governo iria em breve iniciar. Sintomaticamente o Senado fica-se por meras discussões de circunstância, respeitando afinal de contas o decreto-lei do governo presidido por Salazar, que passará sempre a estar presente no espírito da maioria dos professores de Coimbra.

A reacção negativa à extinção da Imprensa veio sim de outros sectores. Por exemplo, uma das personalidades que publicamente manifestou o seu desacordo encontrava-se em posição política bem diferente do ex-director da Imprensa – Alfredo Pimenta<sup>(80)</sup>. Por sua vez, os estudantes, logo em Janeiro de 1935, reuniram uma Assembleia Geral para promover uma homenagem a Joaquim de Carvalho<sup>(81)</sup>.

Quanto à demissão de Sílvio Lima e Aurélio Quintanilha, não se fez mais do que lamentar o sucedido. Somente Anselmo Ferraz de Carvalho propôs que fosse dado provimento ao pedido de inquérito à sua actividade, que Quintanilha havia solicitado para ser realizado, o que todavia não obteve acordo. A expressão mais eloquente será, porém, a de Mário de Figueiredo. Afirmando não poder discutir medidas de legislação geral, não deixou de lamentar as situações: quanto a Sílvio Lima, lastimou-a em todos os sentidos, ao passo que, relativamente a Quintanilha, embora lamentasse a sua situação no plano pessoal e no

---

<sup>(78)</sup>, A.U.C., *Actas do Senado*, sessão de 30 de Junho de 1934, fl. 161 ss. e 30 de Outubro de 1934, fl. 168.

<sup>(79)</sup>, *Ob. cit.*, pp. XLV-XLVI.

<sup>(80)</sup>, Vide *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 1934.

<sup>(81)</sup>, Cfr. A. J. Soares, *Saudades de Coimbra*, Jan. 1935.

plano universitário, devido à sua competência como investigador, não se solidarizava tanto com ele na qualidade de elemento da corporação universitária, dada a falta de espírito de corpo que havia revelado. A corporação universitária manifestava-se, pois, por omissão, solidária com o Governo, segregando aqueles que se opunham ao espírito de unidade de pensamento para que irremediavelmente o regime apontava. Considerando, por outro lado, que o assunto só se deveria debater no interior da corporação, o Senado recusou-se afinal a discutir as decisões governamentais, tendo, de resto, o Reitor afirmado que o Ministro lhe havia garantido tratar-se de "uma medida de ordem geral que não visava as Universidades". Estava, pois salvaguardada a "dignidade da corporação"...(82)

Finalmente, o Senado nunca apreciou, de qualquer forma, as medidas governativas relativamente à cessação das liberdades e dos direitos de representação dos estudantes. Nem mesmo a Academia terá tomado quaisquer medidas significativas. Os tempos eram outros — eram momentos de afirmação autoritarista, nacionalista e anticomunista, coincidentes com o avanço franquista na Espanha e com os primeiros sintomas de investidas imperialistas nazis e fascistas. A Universidade e a Academia, salvo em alguns casos pessoais e excepcionais, coincidirão durante alguns anos com o pensamento e a acção do Estado Novo.

#### 4. Nota final

Portanto, procurámos mostrar, através de uma análise alargada, retomando palavras já escritas anteriormente, que apenas foram actualizadas e complementadas, que a extinção da Imprensa da Universidade não é um acto isolado do Estado de Salazar. Ele insere-se numa prática de intervenção — de "tendências totalitárias", para empregar o conceito de uma obra de regime atrás citada — no sentido de controlar ou de neutralizar instituições e pessoas que eventualmente poderiam quebrar a lógica unitária do regime.

---

(82). Cfr. A.U.C., *Actas do Senado*, sessão de 18 de Julho de 1935, fls. 190-192.

Joaquim de Carvalho permaneceu na Universidade, mantendo a disciplina possível, ao mesmo tempo que manifestava a sua ira contra os regimes autoritários e totalitários. No ano de 1931 — segundo os documentos do Arquivo da PIDE/DGS — fez parte da Comissão Municipal da Coligação Republicana-Socialista, organizada para combater a Ditadura nas eleições<sup>(83)</sup>. Em 1933, reflecte no jornal de Lisboa *Diário Liberal* em relação a questões políticas que não deixam dúvidas quanto às suas posições ideológicas<sup>(84)</sup>. No mesmo ano participa na publicação das obras de António José de Almeida, escrevendo o prefácio ao volume II<sup>(85)</sup>. Mas, após a extinção da Imprensa da Universidade, só depois do fim da guerra, nomeadamente em 1949, ano da candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos, começou a tomar parte sistematicamente nas actividades da oposição<sup>(86)</sup>. E, intimamente, nas suas notas pessoais (publicação póstuma do seu filho Joaquim Montezuma de Carvalho), ia exprimindo todo o seu ódio ao regime e ao seu líder, apelidando, por exemplo, o Salazarismo de "nacional-seminarismo" <sup>(87)</sup>.

Entretanto, ia publicando os seus textos científicos e documentos, entre os quais as *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, segunda edição

---

(83). Arquivo da PIDE/DGS, Processo Individual n.º 646, Cadastro Político n.º 72, doc. 123.

(84). Entre outros artigos citados por Jorge Peixoto (*ob. cit.*, pp. XXVIII, nota), vide "Sobre a ideia de estado total. I - Noção de partido político", in *jornal cit.*, 31 de Maio de 1933, "II - Digressão sobre a alma burguesa", *idem*, 5 de Junho de 1933, e "III - Outra digressão sobre o senhorio do e a civilização", *idem*, 11 de Junho de 1933.

(85). Vide António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política*, 4 volumes, Lisboa, 1933. Os prefácios aos outros volumes foram escritos por Caetano Gonçalves e por Hernâni Cidade.

(86). Cfr. vários documentos no citado Processo Individual n.º 646 do Arquivo da PIDE/DGS. Nomeadamente, no ofício do Inspector-Adjunto José Barreto Sacchetti para o Inspector Superior da PIDE, datado de 31 de Outubro de 1956, pode ler-se: "São bem conhecidas a ideologia e actividades políticas do Professor Joaquim de Carvalho, anti-situacionista de ideias demo-maçónicas. Desde 1928 sempre se tem mantido, mais ou menos veladamente, em actividade a favor da chamada 'oposição'. Porém, ultimamente já não procura ocultar a sua verdadeira posição política e a partir de 1949 o nome do Dr. Joaquim de Carvalho aparece em várias comissões de honra ou organizadoras de todas as homenagens que, em Coimbra ou na Figueira da Foz, têm sido levadas a efeito pela facção democrática" (doc. 93).

(87). Vide *Mar Alto*, Figueira da Foz, n.ºs 403 a 406, de 8, 15, 22, e 29 de Maio de 1974.

da obra do século XVIII, da autoria do membro da Academia Real da História Francisco Leitão Ferreira. A publicação data de 1937, ano em que a Universidade celebrava os quatro séculos da sua transferência para Coimbra. E, curiosamente, a obra é publicada "Por ordem da Universidade"<sup>(88)</sup>, assim como o serão muitos outros textos, publicados ao longo do tempo que se lhe segue. Era como se a Universidade tivesse recuperado, segundo a lógica oficial, a sua capacidade editora. De algum modo, salvavam-se as aparências...

---

<sup>(88)</sup>. Francisco Leitão Ferreira, *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra escriptas pelo beneficiado...* 2.<sup>a</sup> edição organizada por Joaquim de Carvalho. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1937.

A Imprensa da Universidade  
na Actualidade



Coimbra

Imprensa da Universidade





## A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NA ACTUALIDADE

### Passos da reactivação da Imprensa da Universidade

Mediaram 64 anos entre a extinção da Imprensa da Universidade (1934) e a sua reactivação, em finais de 1998.

O facto de os actuais Estatutos da Universidade terem contemplado a criação da Imprensa da Universidade, assenta em preocupações mais distantes sobre a necessidade de um suporte à actividade editorial e de publicações, com estruturação específica que se constituísse como uma alternativa robusta para acolher a produção científica, pedagógica e documental da Universidade de Coimbra.

Antes, por força do Decreto-Lei nº 356/79, de 31 de Dezembro, fora criado o Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra. Pela letra deste diploma legal, caberia a este Serviço, entre outras missões, "programar, coordenar e orientar as publicações de carácter pedagógico, científico e cultural da Universidade". Certamente, para inventariar formas de aprofundar o desempenho destas missões, o então Reitor Rui de Alarcão solicitou, em 1986, ao Prof. Doutor Reis Torgal, um estudo sobre a situação daquele Serviço.

O documento, elaborado com a colaboração da Dra. Maria Antónia Amaral, foi apresentado em Julho de 1986. Para suportar e fomentar a actividade editorial e de publicações, salientam-se, no documento, as seguintes recomendações, para uma resposta mais eficaz neste domínio:

- A reactivação da "Imprensa da Universidade de Coimbra", como tarefa prioritária;
- A necessidade de autonomia decisória;
- A existência de um Conselho Editorial, pelo menos com representantes das unidades orgânicas;

- A não concentração, no reestruturado organismo, de toda a acção editorial e de publicações da Universidade;
- A importância da mobilização dos docentes para ali editarem as suas obras;
- A instituição do pagamento de direitos de autor;
- A não publicação de todas as teses de doutoramento, mas só daquelas que se considerassem importantes do ponto de vista da edição;
- A necessidade de um quadro de pessoal;
- A premência da informatização;
- A dispensabilidade de um parque gráfico próprio;
- A necessidade de gerar lucros financeiros.

Por despacho de 15 de Outubro, o Magnífico Reitor solicitou ao Vice-Reitor, Fernando Rebelo, que se pronunciasse sobre o relatório antes referido, o que mereceu resposta a 30 de Outubro de 1986. Aí se afirma concordância genérica com as propostas de reestruturação do Serviço de Documentação e Publicações, são apontados alguns pontos de vista divergentes (v.g., menor dimensão do Conselho Editorial), algumas sugestões inovadoras, como seja a necessidade de a Universidade dar público conhecimento do seu trabalho científico e cultural por meios a produzir pelo Serviço (v.g., Boletim Informativo), e a necessidade de confiar a direcção do Serviço a um Professor com muita experiência que presidiria ao Conselho Editorial.

Ainda no tempo do Reitor Rui de Alarcão, teve lugar a publicação dos Estatutos da Universidade de Coimbra, que o Despacho Normativo nº 79/89 de 28 de Julho homologou. A criação da Imprensa da Universidade de Coimbra, como estabelecimento anexo à Reitoria, foi aí contemplada e definida a sua missão. Pelo artigo 28º, ficou estabelecido que:

“1. A Imprensa da Universidade de Coimbra tem por missão específica a definição da política editorial da Universidade, competindo-lhe igualmente programar, coordenar e orientar a publicação de obras de interesse cultural, científico e pedagógico.

2. Incumbe-lhe ainda gerir a distribuição, a venda e o intercâmbio de publicações.”

Pelo artigo 29º, ficou dito que o Director será eleito pelo Senado Universitário, sob proposta do Reitor, sendo o seu mandato de quatro anos,

e que será constituído um Conselho Editorial.

Entre a criação estatutária da Imprensa e o início da actividade, os órgãos de governo da Universidade promoveram várias iniciativas dirigidas para a sua reactivação.

Assim, e em resposta a solicitação do Magnífico Reitor, foi apresentada uma proposta de viabilização da Imprensa da Universidade, da autoria do Prof. Doutor Romero de Magalhães, datada de Julho de 1992. Nessa proposta, era afirmada a convicção de que não seria difícil "proceder à restauração da Imprensa", embora, para tal, tenha aventado a necessidade de "derrubar velhos preconceitos". Uma das ideias-base assentava na constituição de uma sociedade anónima de que a Universidade manteria a maioria de capital (51%), abrindo os restantes 49% a uma empresa editora e a uma empresa distribuidora. A estrutura deveria ser "muito leve, com poucos encargos". As edições deveriam ser seguras e integrar obras completas de autores, colecções de fontes e textos indispensáveis à afirmação da Universidade elaborados por especialistas, podendo as edições resultar ainda de acordos de associação. Ficava claro que a Imprensa não deveria assumir a responsabilidade por nenhuma das edições já existentes.

Subsequentemente, como assessor jurídico da Universidade, o dr. Rubens Terra realizou os estudos necessários para suportar juridicamente a constituição da empresa e elaborou uma proposta de regulamento.

Em Junho de 1996, o Prof. Doutor Romero de Magalhães, encarregado de presidir à Comissão Instaladora da Imprensa da Universidade de Coimbra, dirigiu uma carta ao Reitor da Universidade, acompanhada dos documentos elaborados pela Assessoria Jurídica, em que continua a considerar a Imprensa de grande importância para a Universidade, mas conclui pela não existência de condições capazes de permitir, naquela data, viabilizar a Imprensa da Universidade, tendo em consideração:

- as dificuldades do mercado editorial;
- a antevisão de uma eventual falta do necessário apoio dos docentes que estariam mais vocacionados para a edição de obras ligadas a actos académicos, o que iria acarretar "novos encargos" para a Universidade;
- a previsão da falta de interesse das editoras comerciais na concretização de uma associação com a Universidade, já que às boas editoras nada poderia trazer esta associação;

- a convicção de que, entre os professores da Universidade, não haveria alguém preparado para o cargo de gerente da empresa e de Director da Imprensa que evitasse o simples amadorismo.

### **A Imprensa da Universidade no presente**

Com a eleição do Prof. Doutor Fernando Rebelo para Reitor, em 1998, não se alterou o sentimento sobre a importância da activação da Imprensa da Universidade e foram dados novos passos para a sua concretização. Em finais de 1998, por proposta do Magnífico Reitor, o Senado elegeu-nos para o cargo de Director da Imprensa da Universidade.

Após consulta aos conselhos científicos das oito unidades orgânicas da Universidade e a indicação dos seus representantes, a que se juntaram os directores da Biblioteca Geral e do Arquivo e o presidente da Associação Académica de Coimbra, o Conselho Editorial entrou em funções em Maio de 1999.

O Regulamento da Imprensa da Universidade, entretanto elaborado a nível do Senado, foi aprovado por este, em Julho de 1999. Por sua vez, também durante o ano de 1999, o Conselho Editorial elaborou o Regulamento Interno da Imprensa.

Com estes passos, foram criadas as condições institucionais para suportar a nova fase da existência da Imprensa da Universidade. Restava estabelecer as condições para a sua viabilidade prática, que partiam de um passado riquíssimo e de uma superior exigência de qualidade, mas que esbarravam em 64 anos de vazio funcional.

Os apoios administrativos e técnicos da Imprensa foram ancorados no espaço físico e no quadro de pessoal do Serviço de Documentação e Publicações coordenado pelo dr. Ilídio Barbosa Pereira, o que se constituiu num ganho significativo, em termos de alguma capacidade de resposta imediata.

As negociações entre a Imprensa da Universidade e o dr. António Luzio Vaz, administrador do Serviço de Acção Social da Universidade de Coimbra, permitiram à Imprensa passar a contar com a Livraria da Imprensa da Universidade no seu activo, como espaço dedicado a servir a comunidade universitária com um significativo fundo livreiro e a funcionar como interface

para a colocação das edições da Imprensa no mercado, seja por venda directa, seja por intermediação da distribuidora contratada.

Houve ainda que estabelecer os circuitos burocráticos e administrativos e encontrar as formas mais leves e ao mesmo tempo as mais eficazes para responder a compromissos financeiros que exigem pagamento a pronto para ter ganhos competitivos no mercado editorial, o que foi conseguido com a colaboração da dra. Margarida Mano, como administradora da Universidade, e dos Serviços Centrais.

Foi basilar o encontro de formas complementares de apoio financeiro para juntar ao financiamento anual concedido pela Reitoria, o que foi ocorrendo junto de instituições públicas e privadas, de forma casuística, em função dos títulos a editar e da sua abrangência geográfica. Entre os apoios de instituições salienta-se o da Fundação Calouste Gulbenkian com o pagamento integral de uma estação profissional de pré-impressão.

Foi sentida, como essencial, a importância de mobilizar autores que confiassem os seus textos à novel e ao mesmo tempo secular Imprensa da Universidade, o que paulatinamente veio a acontecer, sem cedências em termos de exigência de qualidade. Com excepção da série "Documentos", os títulos publicados passam pela leitura crítica de duas personalidades que sejam autoridades científicas na respectiva área e que emitem parecer sobre a obra em causa.

Contudo, a "velha" chancela ainda mantinha os seus encantos! A primeira obra, intitulada "Reitorado I", foi lançada em 23 de Junho de 1999. Inse- se na série "Documentos" e, significativamente, tem como autor o Prof. Doutor Rui de Alarcão.

Dois anos volvidos sobre a data do primeiro lançamento, já foram publicados títulos nas séries "Documentos", "Investigação" e "Ensino", um dos quais em CD-ROM e há um número considerável de autores que procura a Imprensa da Universidade para publicar as suas obras. A colecção "O Estado da Arte" também está aberta aos autores.

Entretanto, a Imprensa da Universidade procurou alargar os espaços de difusão editorial para as suas obras. Neste sentido, destacam-se o Encontro de Imprensas Universitárias Europeias e de Língua Portuguesa, que decorreu em Coimbra a 28 e 29 de Setembro de 2001, com a participação de 44 editoras, o lançamento de um espaço próprio na WEB ([www.imp.uc.pt](http://www.imp.uc.pt)) e a admissão da Imprensa da Universidade, desde

Setembro de 2001, como membro Associado Correspondente da Associação Brasileira de Editoras Universitárias.

Para divulgação e reflexão sobre o seu passado e as personalidades que serviram a Imprensa da Universidade foi organizada uma Exposição sobre a "Imprensa da Universidade de Coimbra – a História, os Homens e os Livros", durante o mês de Outubro de 2001.

Com a intenção de recuperar o que fosse possível das memórias do seu passado, foram estabelecidos os necessários entendimentos com a Imprensa Nacional, na pessoa do seu Presidente, Prof. Doutor Brás Teixeira, de forma a permitir o regresso à Universidade de Coimbra, do seu antigo espólio, que se encontrava, desde 1934, à guarda daquela instituição, o que veio a concretizar-se em 2001. Nesse espólio, actualmente à guarda do Arquivo da Universidade, encontram-se documentos diversos, gravuras em cobre, tipos em madeira, tipos em metal e vinhetas, sendo que algumas destas são, presumivelmente, restos do material oriundo da antiga Imprensa dos Jesuítas.

A Imprensa da Universidade tem ainda em curso a catalogação das obras por si impressas ou editadas, desde a fundação até à actualidade. O catálogo deverá vir a comportar cerca de uma dezena de milhar de títulos.

### **Regulamento da Imprensa da Universidade de Coimbra**

O Regulamento da Imprensa foi aprovado por maioria com uma abstenção, por deliberação nº 47/99 do Senado da Universidade de Coimbra, em sessão de 13 de Julho de 1999.

(Preâmbulo)

A "Imprensa da Universidade de Coimbra", referida nos artigos 28º e 29º dos Estatutos da Universidade de Coimbra, homologados pelo Despacho Normativo nº 79/89, de 28 de Agosto, tem, na verdade, uma longa história, que recua, pelo menos, ao final do século XVIII. Data de 9 de Janeiro de 1790 o alvará régio de confirmação do seu primeiro regimento. No entanto, o seu funcionamento secular foi bruscamente interrompido no início do Estado Novo, quando era seu director o Doutor Joaquim de Carvalho, professor da

Faculdade de Letras. O Decreto-Lei nº 24124, de 30 de Junho de 1934, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 24440, de 29 de Agosto do mesmo ano, extinguiu a "Imprensa da Universidade de Coimbra". Só em 1989 ela voltou a ser criada, no âmbito dos citados Estatutos, como estabelecimento anexo à Reitoria. Passará a reger-se pelo seguinte Regulamento:

Art.º 1º  
(Atribuições)

1. Sem prejuízo da política científica, cultural e pedagógica definida pelos órgãos universitários estatutariamente competentes, a Imprensa da Universidade de Coimbra tem por missão específica:

- a) Contribuir para a definição da política editorial da Universidade;
- b) Programar, coordenar e orientar a publicação de obras de interesse cultural, científico e pedagógico;
- c) Desenvolver actividades e promover iniciativas de índole cultural, científica, pedagógica e promocional, que se enquadrem nos seus fins.

2. A Imprensa da Universidade de Coimbra poderá assegurar a realização das atribuições a que se referem as alíneas b) e c) do número anterior mediante a celebração de convénios, protocolos ou contratos de colaboração com outras instituições, ou entidades públicas ou privadas.

Art.º 2º  
(Natureza)

A Imprensa da Universidade de Coimbra é um estabelecimento dotado de orçamento próprio, podendo, por proposta do Director aprovada pelo Reitor, vir a ser dotada de autonomia financeira por deliberação do Senado Universitário.

Art.º 3º  
(Relacionamento institucional)

A Imprensa da Universidade poderá estabelecer relações, designadamente científicas, pedagógicas e culturais, com todas as Unidades

Orgânicas, Instituições e Serviços da Universidade de Coimbra, bem como com quaisquer instituições ou entidades públicas e privadas, cuja colaboração se mostre necessária à prossecução das suas atribuições estatutárias .

Art.º 4º  
(Órgãos e Serviços)

1. A Imprensa da Universidade dispõe dos seguintes órgãos:
  - a) O Director;
  - b) O Conselho Editorial.
2. A Imprensa da Universidade disporá de um Gabinete de Apoio.

Art.º 5º  
(Director)

1. O Director é eleito pelo Senado Universitário, por proposta do Reitor, para mandatos de quatro anos, podendo ser reeleito.
2. O Director cessa funções com as do Reitor que o propôs.
3. O Director é o órgão de gestão da Imprensa da Universidade, competindo-lhe, designadamente:
  - a) Programar, coordenar e orientar a publicação de obras de interesse cultural, científico e pedagógico, de acordo com o plano aprovado pelo Conselho Editorial;
  - b) Assegurar a distribuição, a venda e o intercâmbio de publicações;
  - c) Elaborar o plano anual e plurianual de actividades e o relatório anual de actividades, a apresentar ao Reitor da Universidade;
  - d) Elaborar o projecto de orçamento e a conta de gerência, a submeter à aprovação do Conselho Administrativo da Universidade;
  - e) Exercer as competências que pelo Senado, pelo Reitor ou pelo Conselho Administrativo da Universidade lhe forem delegadas ou subdelegadas;
  - f) Representar a Imprensa da Universidade dentro e fora da Universidade.



4. O Director pode ser coadjuvado por um Director-Adjunto, a designar pelo Reitor da Universidade, sob proposta do Director.

5. O Director da Imprensa da Universidade poderá delegar e subdelegar no Director-Adjunto parte das suas competências.

6. O Director-Adjunto cessa funções com o termo do mandato do Director .

#### Art.º 6º

##### (Conselho Editorial)

1. O Conselho Editorial é o órgão de consulta permanente do Director.

2. O Conselho Editorial, que é presidido pelo Director da Imprensa da Universidade, é composto por um professor representante de cada uma das unidades orgânicas da Universidade, o Director da Biblioteca-Geral da Universidade e o do Arquivo da Universidade, um representante da AAC designado pela respectiva Direcção-Geral e um representante dos funcionários da Imprensa.

3. O Conselho Editorial tem reuniões ordinárias trimestrais e reuniões extraordinárias sempre que convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de 1/3 dos seus membros.

4. O mandato dos membros do Conselho Editorial é de quatro anos, excepto o mandato do estudante que é de um.

#### Art.º 7º

##### (Competências do Conselho Editorial)

Compete ao Conselho Editorial:

- a) Definir a política editorial da Imprensa da Universidade;
- b) Emitir pareceres de natureza científica, cultural e/ou pedagógica sobre as obras a publicar;
- c) Indicar especialistas que possam coadjuvar o Conselho na avaliação de obras a publicar, quando julgado necessário;
- d) Definir os critérios que presidam ao concurso ou à encomenda de obras a publicar;

- e) Pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo Director, no âmbito das atribuições da Imprensa da Universidade.

Art.º 8º  
(Gabinete de Apoio)

1. Compete ao Gabinete de Apoio a realização de várias tarefas de natureza editorial e outras tarefas respeitantes ao funcionamento da Imprensa.
2. Compete também ao Gabinete de Apoio assegurar o Secretariado e o expediente do Director, do Director-Adjunto e do Conselho Editorial.

Art.º 9º  
(Receitas)

São receitas da Imprensa da Universidade de Coimbra:

- a) As dotações que lhe forem concedidas;
- b) As receitas derivadas da prestação de serviços e o produto da venda das publicações por si editadas;
- c) Os rendimentos de bens próprios ou de que tenha a fruição;
- d) Os juros de contas de depósito;
- e) Os subsídios, subvenções, quotizações, doações, heranças ou legados de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- f) Os saldos da conta de gerência dos anos anteriores;
- g) As que por lei, contrato ou qualquer outro título lhe sejam atribuídas.

Art.º 10º  
(Pessoal)

1. Os elementos que constituem o Gabinete de Apoio serão recrutados pelo Reitor da Universidade, sob proposta do Director.
2. Por proposta do Director, será criado pelo Reitor da Universidade, um quadro de pessoal em que se integra o Gabinete de Apoio.

Artº 11º  
(Chancela da Imprensa da Universidade)

A Imprensa da Universidade usará como chancela a insígnia da Universidade de Coimbra sublinhada pelas palavras "Coimbra/Imprensa da Universidade".

Artº 12º  
(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor, depois de aprovado pelo Senado.

## ÍNDICE GERAL

Prefácio.....	5
<i>FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA</i>	
A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE NO PERÍODO DE 1537 A 1772 .....	7
<i>JOSÉ ANTUNES</i>	
A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE NA REFORMA POMBALINA.....	55
<i>IRENE VAQUINHAS E ISABEL NOBRE VARGUES</i>	
A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE NO LIBERALISMO E NA I REPÚBLICA .....	69
<i>LUÍS REIS TORGAL</i>	
O CONTEXTO POLÍTICO DA EXTINÇÃO DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE PELO ESTADO NOVO .....	93
<i>FERNANDO J. REGATEIRO</i>	
A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NA ACTUALIDADE .....	127

(Página deixada propositadamente em branco)

